

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Lucas Becker Delwing

**“Começou combatendo o Kayser e
acabou combatendo Hitler”: A trajetória
de Friedrich Kniestedt e os trabalhadores
falantes de alemão em Porto Alegre (1917-
1947)**

Porto Alegre, 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Lucas Becker Delwing

**“Começou combatendo o Kayser e
acabou combatendo Hitler”: A trajetória
de Friedrich Kniestedt e os trabalhadores
falantes de alemão em Porto Alegre (1917-
1947)**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em História.

Orientadora: Regina Weber

CIP - Catalogação na Publicação

Becker Delwing, Lucas
"Começou combatendo o Kayser e acabou combatendo Hitler": A trajetória de Friedrich Kniestedt e os trabalhadores falantes de alemão em Porto Alegre (1917- 1947) / Lucas Becker Delwing. -- 2022.
152 f.
Orientadora: Regina Weber.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Imigração. 2. Movimento Operário. 3. Antifascismo. I. Weber, Regina, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus familiares, especialmente minha mãe Dirce Becker Delwing e meu pai Eduardo Becker Delwing, que me apoiaram nesse projeto e todos os outros na minha vida, acolheram as minhas angústias e ansiedades e me deram segurança para seguir em frente.

Agradeço enormemente aos familiares de Frederico Kniestedt. O apoio de Álvaro Kniestedt e Rosana Dunker nessa pesquisa foi essencial para que eu tivesse a oportunidade de entrevistar dois netos de Frederico, Maria Clara Helga Kniestedt e Hellmut Kniestedt. Em ambas as entrevistas, fui recebido com muito carinho, o que resultou em uma conversa muito agradável e produtiva para esse trabalho. Registro aqui também os meus sentimentos aos familiares pelo falecimento de Hellmut Kniestedt que ocorreu algumas semanas após a nossa conversa.

Agradeço enormemente aos membros da banca: Frederico Duarte Bartz, que sem ele essa dissertação nunca existiria, uma vez que entrei em contato com Frederico Kniestedt através do seu curso Caminhos Operários e através dele também consegui acessar boa parte da documentação utilizada nessa dissertação; Clarice Speranza, que, através das nossas trocas, contribuiu muito no sentido do debate teórico e historiográfico; Haike Roselane Kleber da Silva, cuja tese de doutorado foi uma grande inspiração para a escrita dessa dissertação.

Não poderia deixar de agradecer muito a minha orientadora Regina Weber pela dedicação, prestatividade e paciência com as quais ele orientou esse trabalho. Infelizmente a grande maioria dos nossos encontros foram virtuais, mas, ainda assim, ela conseguiu fazer com que eu me sentisse acolhido nessa jornada pelo mundo acadêmico.

Por fim, agradeço a todo o programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Apesar de todas as dificuldades que tive ao longo do caminho, consegui chegar à etapa final do mestrado, o que em grande parte se deve ao trabalho desse corpo de profissionais, docentes e trabalhadores técnicos-administrativos, cujo trabalho torna possível a produção de conhecimento.

RESUMO

O entrecruzamento da comunidade imigrante germânica com o movimento operário resultou na criação de espaços sociais complexos, onde diversos significados estavam em disputa. Assim, essa dissertação de mestrado tem como objetivo apresentar uma reflexão a partir da problematização da categoria de identidade, principalmente étnica e de classe, através da trajetória do imigrante anarquista Friedrich Kniestedt, que nasceu na Alemanha e emigrou para o Brasil, tendo se estabelecido em Porto Alegre, onde se tornou uma importante liderança operária e antinazista. O exame das suas memórias, publicações em jornais e entrevistas com familiares foram os objetos privilegiados de análise. Como resultado, podemos concluir que a articulação entre as identidades étnica e de classe aparece na vida de Kniestedt apenas após a experiência da diáspora, sendo que a identificação linguística se revelou o elemento principal da identidade étnica.

Palavras-chave: Imigração; Identidade; Movimento operário; Anarquismo; Antifascismo

ABSTRACT

The crossing of the Germanic immigrant community with the labor movement resulted in the creation of complex social spaces, where several meanings were in dispute. That being said, this dissertation aims to present a reflection from the problematization of the category of identity, mainly ethnic and class, through the trajectory of the anarchist immigrant Friedrich Kniestedt, who was born in Germany and emigrated to Brazil, having settled in Porto Alegre, where he became an important worker and anti-Nazi leadership. The examination of his memories, publications in newspapers and interviews with family members were the privileged objects of analysis. As a result, we can conclude that the articulation between ethnic and class identities appears in Kniestedt's life only after the diaspora experience, and linguistic identification proved to be the main element of ethnic identity.

Key words: Immigration; Identity; Workers movement; Anarchism; Anti-fascism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - MEMÓRIAS DE UM IMIGRANTE ANARQUISTA	41
1.1 As palavras que têm algum valor: breve reflexão sobre a escrita sobre si	41
1.2 Tão novo e ainda assim tão velho: as infâncias da Alemanha e de Friedrich Kniestedt	43
1.3 O caminho para o socialismo: entre colaborações e conflitos com o partido social-democrata da Alemanha (SPD)	51
1.4 Um guarda-chuva, um chapéu e a fuga para o Brasil: anarquismo e a identidade nacional alemã	63
CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA DE UMA LIDERANÇA OPERÁRIA	72
2.1 A Babel operária: a efervescente Porto Alegre multicultural do começo do Século XX	72
2.2 Entre o “Professor-greve” e o Capitão Satanaz: a construção de uma liderança operária	82
2.3 Não bebam cerveja Bopp! a construção do sentimento de classe entre os trabalhadores que falavam alemão	88
2.4 Por um prato de lentilhas: entre colaborações e conflitos com os adeptos de Moscou	96
CAPÍTULO 3 - A RESISTÊNCIA AO NAZISMO	100
3.1 Qual é o nosso Lugar? a Liga dos direitos humanos e a luta contra a incultura marrom	100
3.2 : Por uma outra forma de ser alemão: o velho libertário e a luta contra a germanidade nazista	118
3.3 O maior inimigo de Hitler no Brasil: o Movimento dos Alemães Anti-Nazistas e a luta por reconhecimento	131
3.4 Memória sobre um imigrante anarquista: as Palavras que ficaram de fora	137
PALAVRAS FINAIS	141
LISTA DE FONTES	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

LISTA DE SIGLAS

AAV – Allgemeiner Arbeiterverein (Associação Geral dos Trabalhadores)

DAD - Das Andere Deutschland (A Outra Alemanha)

FORGS – Federação Operária do Rio Grande do Sul

KPD - Kommunistische Partei Deutschlands (Partido Comunista da Alemanha)

LAI – Liga Agrícola Industrial

LDP – Liga de Defesa Popular

NSDAP - Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães)

PCB – Partido Comunista Brasileiro

SAP - Sozialdemokratische Arbeiterpartei Deutschlands (Partido social-democrata dos trabalhadores da Alemanha)

SOGIPA - Sociedade de Ginástica de Porto Alegre

SPD - Sozialdemokratische Partei Deutschlands (Partido Social-democrata da Alemanha)

UGT – União Geral dos Trabalhadores

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** - Desenho de Frederico Kniestedt feito por Frederico Duarte Bartz.....p. 72
- Imagem 2** - Panorama dos arrabaldes Floresta e Navegantes em 1920.....p. 77
- Imagem 3** - Cabeçalho do jornal Der Freie Arbeiter, edição de 28 de setembro de 1920...p. 87
- Imagem 4** - Friedrich Kniestedt e Elisa Augusta em frente a Livraria Internacional.....p. 107
- Imagem 5** - Cabeçalho do jornal Aktion, edição de 18 de maio de 1933.....p. 112
- Imagem 6** - Frederico Kniestedt e Elisa Augusta alimentando galinhas na chácara.....p. 129
- Imagem 7** - Foto da família na chácara de Frederico Kniestedt.....p. 130
- Imagem 8** - Gravura e citação de Frederico Kniestedt publicada no jornal Diretrizes.....p. 140

INTRODUÇÃO

A construção dessa dissertação começou em 2018, quando eu estava prestes a embarcar para a Alemanha, onde participei de um programa de intercâmbio financiado pelo governo alemão. Poucos dias antes de entrar no avião, tomei conhecimento de um livro cujo título despertou o meu interesse: “Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)” de Haike Roselane da Silva (2006). Ampliando o leque de estudos sobre a história da imigração alemã, esse livro focava na trajetória de uma liderança étnica, Jacob Aloys Friedrichs, importante figura para o associativismo teuto no Rio Grande do Sul e para a construção de uma identidade teuto-brasileira. Intrigado com essa perspectiva que colocava em tensionamento esse duplo pertencimento, com o qual eu mesmo me deparava, adquiri o livro e o li durante a minha estadia em território europeu.

Todavia, Jacob Aloys Friedrichs foi um membro da elite da sociedade brasileira e os meus interesses de pesquisa repousavam nas manifestações populares, em especial no movimento operário. Juntando a perspectiva da “história vinda de baixo” e o estudo de trajetória, nasceu a ideia que resultaria nesta dissertação tendo como fio condutor a trajetória de uma única pessoa: Friedrich Kniestedt, um escoveiro¹ nascido no interior da Alemanha que migrou para o sul do Brasil onde se tornaria uma importante liderança anarquista. Se, para Jacob Aloys Friedrichs, a questão da identidade se colocava em termos de um amor ao Brasil, terra de oportunidades, e aos costumes herdados da Alemanha, como essa questão se apresentaria entre a classe trabalhadora?

Sendo assim, esse estudo não é somente sobre Friedrich Kniestedt em si, mas sobre como sua trajetória pode nos ajudar a compreender a questão da identidade entre os trabalhadores de língua alemã, pois como veremos, o público que esse anarquista procurava mobilizar eram todos trabalhadores que dominassem o idioma alemão. O

¹ Escoveiro é a especificação do artesão que se especializa na produção de escovas

objetivo desse texto, portanto, não é reproduzir textualmente a trajetória desse imigrante, mas estudá-la para compreender as articulações da identidade étnica e de classe na cidade de Porto Alegre na primeira metade do século XX.

Em termos de fontes, o estudo baseia-se na 1) leitura dos periódicos publicados por Kniestedt entre 1920 e 1937, permitidas pelo meu domínio do idioma alemão; 2) suas memórias escritas entre 1934 e 1937 e traduzidas em 1989 por René Gertz; 3) as menções de seu nome em outros jornais da época; e 4) entrevistas realizadas com dois de seus netos.

Como comentarei na sessão seguinte de revisão bibliográfica, esse tema e outros correlatos já foram abordados por outros pesquisadores e inclusive existem bons trabalhos focados em Friedrich Kniestedt. Em especial, é importante destacar a contribuição de René Gertz (1989) que produziu os primeiros trabalhos sobre esse imigrante. Em seguida, Isabel Bilhão, em seus estudos sobre identidade étnica entre os trabalhos, também abordou aspectos da trajetória de Kniestedt a partir da perspectiva étnica (2008). Além disso, dentro dessa temática, são essenciais os trabalhos de Frederico Bartz (2017; 2021) que destacaram o papel desse imigrante nas lutas sociais.

Todos esses trabalhos foram essenciais, mas nenhum deles pode ser considerado um estudo de maior fôlego sobre a trajetória de Friedrich Kniestedt. De forma semelhante, faltam estudos de fôlego sobre o operariado germânico em Porto Alegre, principalmente levando em consideração a temática da articulação da identidade de classe com a identidade étnica. É preciso ressaltar que, para o caso dos trabalhadores italianos de São Paulo, essa temática foi abordada em pesquisas de Biondi (ref.) e Toledo (ref.). Assim, como justificativa para essa dissertação, procurei ampliar a nossa compreensão sobre a história das lutas sociais através da problematização da categoria de identidade, principalmente nos seus aspectos de classe e étnicos. Sendo assim, essa dissertação parte de algumas perguntas: em que termos a inserção social/política do personagem provoca fraturas/contradições na comunidade germânica e ou movimento operário? Como a identidade étnica e a de classe se articulavam? Como imprimir um caráter combativo a uma identidade étnica associada à disciplina e obediência? Friedrich Kniestedt foi um líder étnico e/ou operário?

A partir desses debates, entendo que os significados de classe, etnia, nação e nacionalidade não são imanentes ou naturais. São, pelo contrário, forças históricas reais

(FORTES, 2004, p.123), em que pese de modo geral se basearem em uma dimensão estrutural objetiva. Tendo em vista isso, esse trabalho busca enfatizar as diferentes matrizes identitárias que perpassam a experiência da classe trabalhadora através da trajetória de Frederico Kniestedt, entendo que a identidade de classe disputa e se articula com outros elementos culturais através de um processo de troca e construção simbólica. Assumindo peso e conotações diferentes de acordo com o contexto, esses elementos refletem questões políticas, da estrutura econômica e culturais da sociedade.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No século XIX e até parte do XX, a humanidade viveu um período de intenso fluxo migratório. Segundo Herbert Klein (1999), esse processo foi motivado por uma combinação de diferentes fatores, sendo que a motivação da maioria dos migrantes foi a subsistência, colocada em risco no local de origem por conta das condições econômicas. Ou seja, em geral, os migrantes não desejavam abandonar suas casas, mas o fizeram porque tinham esperança de que encontrariam melhores condições para suas vidas. Nesse sentido, o continente americano se mostrou particularmente atrativo uma vez que, de modo geral, possuía terra abundante e mão-de-obra escassa, em relação à qual exigia-se um nível de qualificação menor do que na Europa.

Existiram ainda outros fatores que colaboraram na “expulsão” de europeus pobres para o continente americano, como o avanço do capitalismo sobre o setor rural que, entre outras consequências, foi responsável pela expropriação da terra de um sem número de famílias camponesas. Muitas dessas famílias seriam absorvidas no ambiente urbano através da proletarianização, mas muitas outras veriam suas condições de subsistência em risco. Existiu também uma minoria dos casos de migração motivados por perseguição política, religiosa ou por nacionalidade.

Isso quer dizer que, diferente de Friedrich Kniestedt, a maioria dos imigrantes não era composta de artesãos radicais ou trabalhadores de fábrica e não traziam consigo a experiência de envolvimento político com partidos, greves e sindicatos. Além disso, Kniestedt chega ao Brasil no período em que se finaliza o grande fluxo migratório ocorrido entre 1880 e 1915 e iniciava-se um declínio geral da migração internacional motivada por um conjunto de fatores relacionados à Primeira Guerra Mundial:

dificuldade de obter passaporte, menores taxas de natalidade na Europa e aumento do nacionalismo europeu (KLEIN, 1999).

Segundo os dados de René Gertz (1987, p. 15), ingressaram cerca de 233.382 estrangeiros de língua alemã no território brasileiro entre 1820 e 1939. Para fins de comparação, nesse mesmo período, os imigrantes italianos somariam 1.507.581; os portugueses, 1.428.032; os espanhóis, 596.961; e os japoneses, 182.799. A população migrante de língua alemã era, portanto, numericamente minoritária, mas, apesar disso, alcançou significativa visibilidade no cenário nacional. Olgário Paulo Vogt (2007) acredita que no final do século XIX, havia quase duzentas "colônias alemãs" no Brasil Meridional.

No RS [sic], localizavam-se principalmente em algumas regiões como os vales dos rios Sinos, Jacuí, Taquari e Caí e no Alto Uruguai; em Santa Catarina, o vale do Itajaí e na região noroeste do Estado; no Paraná, na região de Ponta Grossa e adjacências. [...] . Nessas áreas coloniais, o idioma alemão era utilizado cotidianamente pela população; nas escolas comunitárias, as crianças eram alfabetizadas na língua dos seus antepassados; liam-se jornais, almanaques, livros de literatura e material religioso no vernáculo (VOGT, 2007, p. 2)

Porém, apesar da forte presença em regiões de imigração no interior do estado, a população estrangeira de língua alemã também se estabeleceu de forma significativa na capital. Nesse sentido, destaca-se o estudo de Magda Gans que, em "Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX" (2004), analisou as identidades étnicas alemãs na cidade através da imprensa local publicada em alemão. Pensando na questão territorial, a autora observa uma "distribuição diferenciada destas coletividades pelo espaço urbano" (GANS, 2004 p. 16), ou seja, na cidade de Porto Alegre havia uma distribuição étnica na ocupação do espaço urbano. Embora não tenha existido uma segregação absoluta ou um isolamento geográfico, havia um fechamento cultural gerador de fronteiras sociais entre as populações. Por exemplo, ruas como Cristóvão Colombo e Voluntários da Pátria eram vistas como locais de concentração de patrões e empregados alemães, ainda que outros grupos também circulassem por aquela região. Por outro lado, regiões da cidade que, na época, eram consideradas de menor valor, tais como a Cidade Baixa e a Colônia Africana, eram considerados bairros "dos negros".

Em relação a territorialidade da comunidade germânica em Porto Alegre, é bastante significativo que ela coincida com o primeiro bairro fabril de Porto Alegre e com o avanço industrial na cidade. A questão da divisão étnica no espaço urbano foi estudada por Alexandre Fortes (2004) que enfocou as experiências e formas associativas de imigrantes alemães no chamado “Quarto Distrito” de Porto Alegre, local que na primeira metade do século XX viveu uma intensa ocupação operária por conta da industrialização. O seu trabalho indicou uma tendência dos diferentes grupos étnicos de estabelecer uma solidariedade intragrupal em detrimento de uma solidariedade intercultural. Em Porto Alegre, contudo, a comunidade de estrangeiros de língua alemã não era homogênea em termos classistas pois ela abriga de forma significativa tanto trabalhadores como também burgueses. O trabalho de Pesavento (1985) ainda dá luz à outra personagem: o “burguês imigrante” (PESAVENTO, 1985, p. 32), isto é, aquele imigrante que, diferentemente da grande maioria, veio diretamente para ocupar algum cargo importante em alguma fábrica ou trouxe consigo um capital acumulado com o objetivo de abrir o seu próprio negócio. Como exemplo deste último, podemos citar Ernesto Neugebauer, fundador de fábrica de balas e chocolate em 1891, estudada por Aristeu Lopes (2020), e o industrial do ramo da marmoraria, Friedrich Aloys, cuja trajetória foi estudada na tese de Haike (2006).

Os estudos indicam que os patrões “alemães” privilegiavam a contratação de trabalhadores do mesmo grupo étnico e insistiam na solidariedade étnica como uma forma de minimizar os interesses antagônicos de classe (PESAVENTO, 1988). A tese de Regina Weber (2002) constatou essa mesma tendência para os anos 1940, em Ijuí. Contudo, o estudo de Joan Bak sobre a Greve de 1906 (BAK, 2000) demonstra que os trabalhadores “alemães” em contexto de conflitos trabalhistas mais amplos assumiram uma identidade de classe mesmo quando isso significava ir contra a solidariedade étnica.

Ao longo do tempo e com intensidade variada, esses imigrantes e descendentes de imigrantes alemães radicados no Sul do Brasil passaram defender uma ideologia da germanidade ou *Deutschtum*. Segundo Giralda, os “jornais de língua alemã que circularam no sul do Brasil até 1941 se consideravam, sem exceção, como defensores do *Brasilianisches Deutschtum*” (SEYFERTH, 1981, p.49). Essa ideologia também se manifesta na afirmação de uma dupla-identidade, os *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiros), uma categoria mobilizada principalmente pela elite étnica que buscava inserir o imigrante de ascendência alemã no Brasil, mas marcando uma diferença étnica.

Na Primeira República, essa identificação por origem imigrante se tornou alvo dos que argumentavam que as identidades étnicas e regionais colocavam em risco a integridade nacional. Entre eles, Sílvio Romero era um dos mais destacados divulgadores da idéia do "perigo alemão", isto é, da tese de que o imperialismo germânico, em segredo, patrocinava uma secessão de territórios do Brasil Meridional, que deveriam ficar como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha (GERTZ, 1991). Seja real ou hipotético, o “perigo alemão” foi entendido como uma questão urgente de segurança nacional e associava-se com a necessidade de assimilação dos “estrangeiros” dentro do contexto da Campanha de Nacionalização instituída no Estado Novo. Tendo como alvo principal os “quistos raciais”, isto é, regiões de imigração com pouco contato com a sociedade brasileira, essa campanha intensificou-se no contexto da Segunda Guerra Mundial de tal modo que o uso do idioma estrangeiro em público foi proibido e as escolas etnicamente orientadas de modo geral formadas e mantidas pelos próprios colonos imigrantes, sofreram intervenções (SEYFERTH, 1999).

Buscando amortecer a reação das autoridades do Estado Novo, as elites étnicas resolveram demonstrar adesão à nação brasileira, como destaca o estudo de Méri Frotscher que objetivou analisar as identidades das elites de Blumenau e suas mudanças ao longo do tempo. Em particular, o capítulo, “Reinterpretando o passado”, demonstra como essa identidade teve que se reposicionar a partir da década de 30 no contexto da campanha de nacionalização e valorização de figuras tidas como "nacionais" como o mestiço. Na época, o “abrasileiramento” dos descendentes de alemães, o combate à formação de “quistos raciais” e etc eram vistos como questões de segurança nacional por conta do envolvimento da Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Segundo a autora, em resposta a esse contexto, as elites de Blumenau passam a dar destaque à assimilação de práticas culturais tidas como “brasileiras” na cidade.

Da celebração da etnicidade teuto-brasileira, cuja manutenção das fronteiras era tida como fator explicativo para o desenvolvimento do município, passa-se para a afirmação da brasilidade da cidade (FROTSCHER, 2007, p. 253-254).

As elites étnicas locais, portanto, através da identidade hifenizada de “teuto-brasileira”, afirmavam sua cidadania brasileira, buscavam estrategicamente agradar as autoridades e convencê-las de seu patriotismo, dando sinais de uma aproximação cultural, mas não deixavam de afirmar o seu pertencimento à uma “comunidade de origem”

diferenciada. Qual seria o motivo para isso? Eu acredito que um deles era que, apesar da Campanha de Nacionalização e lógica de assimilação terem atingido de forma significativa a organização comunitária, ela não foi suficiente para acabar com os sentimentos de etnicidade e as diferenças culturais (SEYFERTH, 1999, p. 223).

Além disso, a Campanha de Nacionalização, como destaca Marlen Eckel, também trouxe dificuldade para os exilados e refugiados do nazismo engajarem-se politicamente, especialmente após a proibição de atividades políticas por parte de estrangeiros, promulgada em 1938. Contudo, cidades como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, viram a formação de círculos informais de cunho antifascista que permaneceram sem reconhecimento por parte do governo brasileiro.

Esse é o caso do Movimento dos Anti-Nazis Alemães, fundado por Friedrich Kniestedt e Johann Grimmeisen em 1942:

O Movimento dos Anti-Nazis Alemães encarregou-se da distribuição da revista publicada pelo DAD² no Brasil. Nos artigos sobre a situação no Brasil que Kniestedt publicava nela regularmente denunciou o fato que, apesar da Campanha da Nacionalização e das medidas contra os “súditos de eixo”, os simpatizantes dos nazistas ainda sabiam divulgar sua propaganda enquanto as atividades políticas dos seus oponentes estivessem condenados a falhar por causa dos empecilhos (ECKEL, 2015,p. 136).

Outro fator que poderia ser levantado para o desejo desses descendentes de alemães de se associarem à uma identidade branca com o objetivo de atingir privilégios simbólicos dentro da ideologia de mestiçagem que buscava o branqueamento da população brasileira, com a participação dos imigrantes. A ideologia do branqueamento precisa ser vista de dois ângulos: 1) aumento do número de brancos na população; 2) miscigenação com triunfo da raça branca. Nesse segundo aspecto, a miscigenação era vista pela elite como uma forma de branqueamento tendo como objetivo de apagar da população brasileira as características físicas e culturais do negros e indígenas, consideradas entraves para o processo civilizatório.

² O movimento Das andere Deutschland – La Otra Alemania (DAD) foi fundado em Buenos Aires em 1937 e editada uma revista do mesmo nome. Graças aos seus contatos internacionais, o DAD tornou-se um grupo político de significativa influência na América do Sul, associando-se com diferentes grupos de representantes nas principais cidades do Brasil.

Para o Brasil do começo do século XX, no entanto, esse processo encontrava-se em fase inicial e é difícil constatar se os imigrantes, em sua maioria colonos comuns pouco letrados, algum dia ouviram falar de branqueamento. Existem, porém, estudos sobre contextos nos quais os imigrantes perceberam que podiam reivindicar um privilégio simbólico com base no racismo nos Estados Unidos ao associarem-se à “branquitude” (ROEDIGER, 2007; IGNATIEV, 1995). Em direção parecida, o sociólogo Karl Monsma estudou as relações entre libertos e imigrantes italianos no Oeste paulista e, através da análise de processos criminais, demonstrou que em muitas ocasiões os italianos e descendentes de italianos, ao se considerarem racialmente superiores, não aceitavam ordens vindas de um negro, ainda que esse último fosse hierarquicamente superior na relação de trabalho (MONSMA, 2016).

Monsma chega a essas conclusões porque estudou as relações entre os imigrantes italianos e os libertos, ou seja, o foco dele é na relação entre grupos étnico-raciais diferentes. É justamente essa perspectiva que, de acordo com Marcus Vinicius Rosa, faltou em autores comentados anteriormente como Magda Dans que “se voltou para a construção da identidade alemã entre os próprios alemães, e bem menos para as relações sociais estabelecidas entre eles e os “outros” grupos sociais” (ROSA, 2014, pg. 3). Dessa forma, o “outro” não aparece como tendo um papel ativo na construção da identidade étnica. Em sua tese, Marcus Vinicius Rosa aponta as lacunas dessa concepção e busca relativizar a ideia de que havia um “fechamento cultural” entre a população:

Como explicar os diversos casos de pretos, crioulos e mulatos (estudados no último capítulo desta tese) que surpreendiam e, por vezes, assustavam os viajantes europeus ao se comunicarem em idioma alemão no campo e na cidade? Afinal, de que forma muitos negros aprenderam tal idioma? A própria Magda Gans identificou diversos casos de teutos que compraram escravos em Porto Alegre, comprometendo suas afirmações de que eles viviam separados (ROSA, 2014, p. 25).

Com maior ou menor grau de interação, é evidente que no começo do século XX, a capital gaúcha viveu um intenso contexto multiétnico e multilinguístico. Como estudado no trabalho de Isabel Bilhão (2005), em Porto Alegre, alemães, italianos, açorianos, descendentes de indígenas, afrodescendentes, poloneses e espanhóis, entre outros, conviviam no interior da classe trabalhadora. Essa diversidade se torna ainda mais marcante à luz do fato de que, diferente dos italianos em São Paulo, nenhum grupo era massivamente mais expressivo do que os outros. Não é sem razão que, em 1896, a Liga

Operária foi chamada de Babel Operária em um artigo do periódico operário A Gazetinha (BILHÃO, 2005, p.103-106)

Apesar da diversidade, percebe-se uma relativa tendência de concentração étnica em certas profissões e sindicatos. Por exemplo, os metalúrgicos seriam liderados por grupos de origem alemã, enquanto os sapateiros estariam mais marcados pela presença italiana e etc. Essa relação entre a etnicidade e a ocupação profissional é o que Wallerstein explicou pelo termo “etnificação da força de trabalho” (1991, p. 49). Em alguns casos, é justamente isso que se aplica, como no caso dos imigrantes europeus que vieram para o Brasil para desempenhar funções pré-determinadas, como é o caso dos cafezais do interior de São Paulo ou das colônias estatais ou privadas do interior do Rio Grande do Sul. No século XIX, houve uma escolha de uma população de imigrantes dos quais se esperava determinado papel. Esse processo de etnificação podia se estender ao movimento sindical, como a União Metalúrgica e também aos recortes ideológicos, quando os alemães eram associados ao socialismo, por exemplo.

Nesse meio, destaca-se uma figura estudada na dissertação de Benito Schmidt Bisso (1996): Xavier da Costa, foi casado com uma austríaca e trabalhou na oficina de um alemão, o que possibilitou que desenvolvesse uma proximidade com a comunidade alemã, como também o domínio do idioma. Essas características, somadas com a sua militância no movimento operário, foram determinantes para que ele se transformasse em indivíduo “ponte” entre os operários falantes de português e alemão. Representante da ideologia socialista, Xavier foi um dos mais importantes líderes operários da primeira metade do século XX em Porto Alegre

No entanto, a classe trabalhadora não era só dividida por razões étnico-raciais pois a disputa ideológica no movimento operário foi uma das principais questões daquele contexto. A hegemonia dentro da FORGS (Federação Operária do Rio Grande do Sul) foi um dos principais alvos dessa disputa entre, principalmente, socialistas e anarquistas. Com a popularização da Revolução Russa de 1917, surgiram grupos ligados ao bolchevismo de modo que um novo grupo ideológico, os comunistas ou marxistas, entrou no campo de batalha.

Como esse trabalho enfoca a trajetória de um militante ligado à ideologia anarquista, ao longo do texto, essa ideologia tomará uma posição central em detrimento das outras, mas é importante não perder de vista o conflito e o diálogo que foram estabelecidos entre os outros campos ideológicos. Ao contrário dos socialistas, que, de

modo geral, tiveram como foco construir espaços de poder através dos quais pudessem levar suas demandas para o Estado, os anarquistas privilegiavam atuar em um campo mais cultural. Em “Nem Pátria, Nem Patrão - Memória Operária, Cultura e Literatura no Brasil” (2003), Foot Hardman indica que ações dos anarquistas tiveram maior ênfase na informação e formação dos trabalhadores: os diferentes grupos anarquistas organizaram escolas, teatros, cinemas e etc com teor pedagógico libertário, cujo objetivo era convencer a classe trabalhadora da “necessidade de emancipação social” (HARDMANN, 2003, p. 32).

Nesse contexto histórico, geográfico, político e cultural é que se insere o personagem principal desse trabalho: Friedrich Kniestedt. É importante citar que esse não é o primeiro trabalho sobre ele. Destaca-se, nesse sentido, a enorme contribuição dos estudos desenvolvidos por René Gertz que estudou a figura de Kniestedt em artigos e também traduziu as suas memórias para o português.

Frederico Bartz (2017), com o objetivo de analisar a recepção que a Revolução Russa teve entre os anarquistas do movimento operário de Porto Alegre, também se deteve sobre a figura de Kniestedt e trouxe contribuições muito relevantes. Apesar da aceitação inicial da Revolução Russa por parte dos anarquistas, ele conclui que, no período que vai de 1917 a 1920, haverá uma diferenciação entre os anarquistas e as nascentes associações comunistas na medida em que os rumos que a Revolução Russa divergiu do que idealizavam os anarquistas, o que ficou ainda mais claro após o fuzilamento de anarquistas durante a Revolta de Kronstadt em março de 1921. Por conta disso, alguns anarquistas, como Zenon de Almeida, viam a revolução com bons olhos, já outros se mostraram bastante críticos à esse evento. Kniestedt se encontra nesse segundo grupo e a explicação disso, segundo Bartz, encontra-se nas suas experiências de militância progressas na Alemanha.

O antagonismo que estabelecera com os marxistas e a aversão à ideia de partido que sua experiência com o Partido Social Democrata Alemão lhe inculuiu, podiam tê-lo feito ver a influência comunista como um perigo para a organização operária. Seus textos tentavam propagar anarquismo o sindicalismo, incentivando o ímpeto revolucionário da população (BARTZ, 2017, p. 152).

Com outra perspectiva, Isabel Bilhão (2002) também trouxe uma contribuição digna de nota ao analisar as memórias de Kniestedt. O que chamou a atenção dela foi a condição de anonimato relegada à sua esposa Elisa. A falta de presença, ao longo do texto, dessa mulher, que acompanhou o seu marido em todas as lutas, dores e transumância, é representativa da visão do papel da mulher nas lutas sociais e políticas.

Na verdade, foi exatamente o silêncio acerca da identidade de Elisa Hedwig Augusta Kniestedt que chamou a atenção de imediato: o seu nome não é mencionado uma vez sequer ao longo do texto que compõe a autobiografia de seu marido. Esse, nas poucas linhas que lhe dedica, trata-a sempre como minha mulher embora nomeie os filhos, os amigos, os companheiros de militância e até os policiais que o perseguiram (SCHMIDT; BILHÃO; SILVA, 2002, p. 166).

Por conta disso, Friedrich Kniestedt insere no contexto do discurso operário tradicional no que se refere à construção de uma imagem idealizada da mulher. Nesse aspecto, o discurso operário em nada tinha de revolucionário, muito pelo contrário pois estava convergindo com a imagem veiculada também pelos discursos da elite da época ainda que se situam em campos político-ideológicos opostos.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

O nome, tal como apontado por Ginzburg e Poni (1989), é aquilo que distingue um indivíduo dos outros e isso nos permite, em uma determinada série documental sobreposta, estabelecer as várias posições que determinado indivíduo ocupou durante a sua vida. Essa proposta de uma documentação seriada, característica de uma história mais quantitativa, quando aplicada para a ideia de biografia, recebe o nome de método onomástico. Sua proposta, contudo, é uma resposta às limitações dos estudos quantitativos de longa duração. Tendo o nome como fio condutor da análise, esse “fio de Ariadne que guia o investigador no labirinto documental”, portanto, comportaria a vantagem de nos permitir “enxergar” certas questões que são invisíveis em um olhar macro.

Como solução à crise dos grandes sistemas explicativos, totalizante e estruturalista, a proposta da Microhistória Italiana, grupo de referências teóricas variadas oriundo da revista *Quaderni Storici*, é uma redução da escala de análise e a biografia ou estudo de trajetória é uma dessas possibilidades de escala. Uma observação micro, contudo, não significa um problema de pesquisa também pequeno. Cito o famoso livro de Ginzburg que, a partir da trajetória de Menocchio (1987), um moleiro, conseguiu debater a cultura popular camponesa, ou A Herança Imaterial de Giovanni Levi (2000) que, estudando o padre exorcista Giovan Battista Chiesa, analisou as estratégias econômicas dos camponeses e a sociedade de Antigo Regime. A observação micro, nesses casos, levou à apreciação de fatos previamente não revelados ou pouco estudados. Na Microhistória, portanto, a observação é micro, mas o problema trabalhado não. A questão central desse método é abordar questões “macro” através de uma perspectiva “micro”.

O Exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações dos atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam. Centrando nossa atenção em atores estamos, ao mesmo tempo, refletindo sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos (GRYNSPAN, 1990, p.2).

Essa trajetória individual nos permite pensar as diferentes escolhas, estratégias e motivações dentro de um universo de possibilidades construído no contexto histórico. Assim, para refletir sobre esse contexto mais amplo, não são as respostas que devem ser generalizadas, mas as perguntas que cada circunstância sugere. Quando falamos de uma biografia ou trajetórias feitas por historiadores não se trata, portanto, de reconstruir a trajetória de um sujeito para dizer o quanto ele foi exemplar. A historiadora Maíra Vendrame (2018, p. 14.) afirma que, longe de “celebrar a singularidade”, devemos nos concentrar na relação entre o particular, o subjetivo e o geral, especialmente o que pode ser alcançado através da conexão entre essas esferas.

Ao encontro desse pensamento, Benito Schmidt (1996) entende que o método biográfico pode apontar o indivíduo com uma “via de acesso” para questões mais amplas. O mesmo autor, em um texto mais recente, destaca que o gênero biográfico é tão antigo

quanto o gênero histórico e ambos mantiveram relações ambíguas entre si (2012). Em termos de encontrar uma definição, essa dissertação adotará o termo “estudo de trajetória” por entender que a palavra “biografia” assumiu na contemporaneidade um sentido vinculado ao estudo da vida de personagens tendo como foco o entretenimento ou uma reprodução do passado em todos os seus detalhes. Embora existam inúmeras excelentes biografias disponíveis, essa dissertação terá como foco somente os momentos da trajetória de Kniestedt que respondam aos objetivos da pesquisa histórica, deixando de lado situações que podem ser consideradas importantes ou extremamente curiosas, mas que não contribuem para a reflexão proposta. Nas últimas décadas, o estudo de trajetórias por historiadores renovou-se com o objetivo de indicar novas possibilidades de se compreender o passado. Essa empreitada nos coloca diante de dualidades que estruturaram o pensamento ocidental desde a Grécia antiga. Binômios como homem versus contexto, sujeito versus estrutura, indivíduo unitário versus indivíduo fragmentado, entre outros. Em relação a isso, o importante talvez não seja resolver definitivamente essas contradições, mas recuperar a tensão desenvolvida entre elas.

A abordagem biográfica também contém armadilhas. Em sua crítica aos estudos de trajetória na sociologia, Bourdieu (1998) já nos alertava para o que ele chamou de Ilusão Biográfica, que seria essa tendência a narrar retrospectivamente a nossa trajetória de forma lógica e cronológica. Ao contrário disso, a vida não é um conjunto coerente e unificado, cujo fim serve para dar sentido a todo o trajeto. Na vida real, muitas vezes, os projetos mudam, os objetivos também, e acredito que isso foi muito presente na vida de Kniestedt, dada a sua impressionante transumância e, principalmente, a ação do contexto e de outros agentes sobre sua trajetória. Temos também que levar em conta que não estamos falando de um sujeito “típico” que fosse capaz de representar o seu grupo. Apesar de certas generalizações possíveis, todos estão inseridos em determinado campo de possibilidades, no qual ocorre o “drama existencial humano” como aponta a ideia de que estamos condenados a ser livres de Sartre (1987). Resgatar essas múltiplas facetas, bem como o drama de fazer escolhas vivido pelas pessoas do passado nos permite justamente refletir sobre quais eram as possibilidades da época, portanto os fatores condicionantes, e o que motivou as escolhas feitas.

Após essa abordagem de caráter mais metodológico, partimos para colocações mais teóricas. Analisando um conjunto de teóricos contemporâneos, Stuart Hall escreveu uma contextualização das principais mudanças na forma como o sujeito e a identidade

foram conceitualizadas no pensamento ocidental moderno (2015, p. 17). Com o surgimento da modernidade e da sociedade burguesa, ganha força uma noção de indivíduo, ou seja, aquele que não se divide. Pensadores como Descartes e Locke teriam contribuído para a emergência dessa noção de individualidade unitária e centrada. No entanto, na medida em que o pensamento social desenvolveu uma visão mais complexa sobre a sociedade, essa noção de indivíduo passou a ser contestada na filosofia e na literatura. Desde o “K” de Kafka, vítima anônima de uma burocracia estatal sem rosto, até os trabalhos de Siegfried Kracauer, que buscou relacionar o cinema alemão e o fenômeno nazifacista, encontramos contribuições que estabeleceram uma noção mais sociológica de sujeito e identidade (HALL, 2015, p. 22). A descentralização da concepção de sujeito e indivíduo, dessa forma, deveu-se a uma série de rupturas nos discursos do pensamento moderno. Em relação a isso, Hall destaca principalmente a contribuição do pensamento marxista, da psicanálise, da linguística de Saussure, dos trabalhos de Michel Foucault e do impacto do feminismo, tanto como crítica teórica quanto como movimento social.

Se a identidade não é mais pensada como unitária e centrada, mas fragmentada e inacabada, não mais fixa e estável, mas em constante construção, como podemos abordar a articulação das múltiplas identidades que o indivíduo pode assumir na sociedade?

O debate que surge entre os possíveis conflitos entre a identidade étnica e classista já sinalizaram como o pertencimento étnico pode ser o obstáculo para a formação de solidariedade baseadas em critérios classistas (NEGRO; GOMES, 2013), o que pode ser interpretado como uma estratégia, deliberada ou não, da burguesia etnicamente identificada, influenciando o movimento dos trabalhadores. Como demonstra Bak (2000) em seu clássico estudo sobre a Greve de 1919, a laços étnicos entre os trabalhadores da marmoraria de Aloys entram em conflito por questões de classe, o que, para a autora, marca o momento no qual os trabalharam optam por uma solidariedade de classe no lugar da étnica. De fato, na comunidade alemã no período estudado é marcante a presença de imigrantes e descendentes de alemães atuando como patrões, donos de fábricas e demais empreendimentos e a preferências desses pela contratação de seus semelhantes em termos étnicos já é um assunto bastante conhecido (PESAVENTO, 1988).

Partindo do pressuposto de que esses pertencimentos, seja o étnico ou o classista, não são naturais, isto é, são construídos através das representações mobilizadas pelos sujeitos inseridos no espaço social, procuro discutir a identidade de classe dos

trabalhadores potencialmente vinculados à uma identidade étnica alemã de Porto Alegre na primeira metade do século XX. Ao longo do texto, evitarei o termo “alemães” uma vez que o seu uso para o contexto estudado é historicamente impreciso. De fato, ao procurar pelo termo “alemães” nos jornais de grande circulação da época é muito mais comum encontrar referências de eventos que ocorreram no continente europeu do que no Brasil. Dentro do conjunto de homens e mulheres etnicamente classificados como “alemães” encontram-se figuras dos mais variados tipos e origens, como imigrantes propriamente, ou seja, nascidos na Alemanha, descendentes de imigrantes ou até imigrantes ou descendentes de outras regiões da Europa, como polacos e russos, que no contexto brasileiro foram etnicamente considerados como “alemães”, embora os mesmos se sentissem como austríacos, polacos e etc.

Inicialmente, havia uma identificação de fora para dentro: se a pessoa entrou com passaporte alemão, seja porque embarcou na Alemanha ou vinha da área polonesa dominada pela Alemanha, ela era provisoriamente identificada como alemã. Isso era um reconhecimento alfandegário oficial. Ao longo do tempo este indivíduo se organizava com o grupo que etnicamente se reconhecia, como os poloneses e teuto-romenos por exemplo (WEBER, 1993). Considerando isso e para fins de possuir uma definição mínima dessa comunidade, ao longo do texto vou privilegiar o termo “trabalhadores falantes de alemão”, o que se justificará ao longo do texto uma vez que uma das conclusões é que a identificação linguística era um dos critérios de diferenciação mais importantes para a trajetória de Kniestedt.

Sobretudo, é necessário, contudo, deixar claro que não podemos falar de “alemães” no sentido de pessoas portadoras da nacionalidade alemã, mas sim de uma categoria étnica socialmente construída em um contexto histórico-geográfico específico. E, relativamente a este contexto, foi relevante o encontro de pessoas que tinham em comum: 1) serem procedentes de regiões europeias alemãs ou dominadas pela Alemanha, 2) se comunicarem por idiomas assemelhados, 3) serem vistas pela sociedade de acolhimento como semelhantes entre si e diferentes dos habitantes tradicionais ou de outros grupos imigrantes. Para tal análise, o foco em um personagem com destaque no movimento operário do período, Friedrich Kniestedt, pode nos oferecer um ângulo interessante sobre o tema pois esse sujeito mobiliza, por aquilo que se conhece da sua atuação, ao mesmo tempo uma identidade classista e étnica.

Quando nos debruçamos sobre essa temática, nem a identidade do migrantes e nem a sociedade que os recebe podem ser vistos como estanques, homogêneos e parados no tempo. Pelo contrário, esse processo de construção da identidade, seja a étnica ou a classista, é marcado por uma constante redefinição e reconstrução e deve-se evitar demasiada atenção ao processo de assimilação à nova sociedade ou de manutenção de características originais do imigrante.

É necessário, portanto, focar as diferentes matrizes identitárias que perpassam a experiência da classe trabalhadora como elementos de um processo de troca e construção simbólica em que as mesmas disputam ou se articulam de modo complexo e dinâmico com outros aspectos da existência social, assumindo peso e conotação variados de acordo com o contexto. Esse contexto envolve não apenas as estruturas econômicas, políticas e a cronologia dos fluxos migratórios, mas a configuração simbólica na qual os atributos identificados com as nacionalidades particulares adquirem significado e os fatores que influem na sua modificação ao longo do período (FORTES, 2004, p. 123-124).

Dessa forma, é fundamental ter em mente algo que já é uma conquista antiga dos estudos de identidade: a crítica à essencialização. Segundo essa visão, a identidade não é uma essência, um atributo ou uma propriedade intrínseca do sujeito, mas tem um caráter intersubjetivo e relacional (GIMÉNEZ, 1997, p.12). É necessário, portanto, desnaturalizar as identidades construídas e percebê-las como produto das interações intersubjetivas. Essa consideração é de grande importância para os estudos de processos migratórios uma vez que ela nos ajuda a entender que a identidade dos migrantes não vêm pré-moldada no país ou região de origem, mas sim é produzida nas relações que se estabelecem na sociedade que os recebe. Um exemplo disso é que, no Brasil, ninguém associaria o imigrante italiano com a máfia (exceto jocosamente), mas isso ocorre e ocorreu em certas regiões dos Estados Unidos. Podemos também pensar no interessante estudo de Ellen Woortmann (2000), onde ela mostra que uma tendência na primeira geração de emigrados alemães de não cultivar ligações com a Alemanha, o que foi bem diferente para as gerações posteriores. Então, não há uma essência da identidade italiana ou alemã, mas sim relações sociais construídas na sociedade onde essas identidades étnicas são mobilizadas. O historiador Alexandre Fortes resume bem essa questão:

O significado de ser alemão, italiano, polonês, ou eslavo, embora todas essas identidades tenham uma base histórica e cultural objetiva, certamente se alterará de acordo com as particularidades do momento histórico, da relação com outros grupos étnicos e dos fluxos migratórios. (FORTES p. 123)

Partindo dessa visão não-essencializante para fazer a crítica das visões reificadas e apologéticas do processo imigratório do século XIX, a antropóloga Giralda Seyferth se tornou um referencial para os que estudos sobre imigrantes no sul do país, principalmente por contribuir na interpretação dos estudos da imigração pelo viés da etnicidade, como em *Imigração e cultura no Brasil* (1990), onde ela realiza um comparativo da postura etnocêntrica diferentes grupos étnicos. Inspirada nos conceitos de Fredrik Barth, a autora destaca o aspecto dinâmico das demarcações étnicas pois a distinção pode permanecer apesar dos grupos se aproximarem culturalmente.

Nesse sentido, a teoria de Barth muda o foco da discussão central do conteúdo cultural prévio para estudar o estabelecimento de um princípio de fechamento, construído através de uma seleção de traços culturais, responsável por produzir e reproduzir uma fronteira entre o “Eu coletivo” e o “Outro coletivo”. A manutenção da fronteira, segundo essa teoria, define o grupo enquanto que a cultura do grupo e os elementos elegidos como de distinção podem mudar de acordo com contextos estudados.

Poutignat e Streiff-fenart (1998), dentro do sistema de classificações para as teorias sobre etnicidade, utilizaram o termo “interacionista” para se referir a essa teoria. Em oposição ao essencialismo dos autores considerados primordialistas, Barth estaria entre os que consideram que os grupos étnicos não são concretos, mas tipos de organizações baseados na consignação e na auto-intitulação. Etnicidade, nessa visão, seria um sistema cultural, que permite aos indivíduos situar o seu espaço em uma ordem social mais ampla, de modo a atribuir significativa importância à atividade simbólica, principalmente em seus aspectos interativos.

Essa inversão de problemática coloca o processo de atribuição categorial e de interação no centro da análise: na medida em que a existência dos grupos étnicos depende da manutenção de suas fronteiras, a questão é saber de que modo as dicotomizações entre membros e outsiders são produzidas e mantidas e discernir seu efeito próprio nos comportamentos efetivos (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 112).

É muito mais através dos significados atribuídos às diferenças do que nas diferenças em si que esses autores buscam entender a etnicidade. De forma semelhante, acredito ser possível afirmar que o cientista social, entre os quais se encontra o historiador, não estuda a raça ou etnia enquanto tais, mas as relações étnico-raciais, isto é, relações sociais orientadas por noções de etnicidade e racialidade é que são objeto de estudo.

Uma visão não-essencializante também pode ser encontrada em Sarna (1978). Discordando que os grupos migrantes nos Estados Unidos estavam internamente unidos por laços pré-existentes, o autor defende que os fatos, por outro lado, demonstram que os laços étnicos se desenvolveram somente em solo americano” (SARNA, 1978, p. 370, tradução nossa). Na sequência, ele descreve que os imigrantes comumente mantinham laços com suas regiões nativas, mas raramente iam além disso. Os grupos que emigraram da Itália, por exemplo, chegaram no continente americano se sentindo como genoveses, napolitanos, sicilianos e etc. Ao interagirem com os outros grupos, tanto os nativos quanto os imigrantes de outras regiões do mundo, passaram a ser amplamente referidos por uma nova categoria: os “italianos”.

Esse sistema de classificação, baseado em símbolos ou similaridades compartilhadas como idioma, fenótipo e religião, se revelaria bastante eficaz uma vez que a natureza fragmentada dos grupos de imigrantes durante sua chegada está em grande contraste com a unidade social e cultural encontrada entre grupos étnicos anos depois. O autor destaca que essa aceitação tinha uma motivação prática: trata-se de uma união defensiva às adversidades da vida na sociedade que os recebia. Considero essa conceptualização muito útil para compreender o mutualismo e as sociedades benevolentes formadas pelas comunidades de imigrantes. No entanto, essa visão pode ser demasiadamente pragmática uma vez que não leva em conta a necessidade subjetiva de se sentir pertencente à uma comunidade ou grupo social.

Por fim, segundo Sarna, os imigrantes só se tornam étnicos quando colocam em segunda importância a região de origem e passam a se identificar com o rótulo imposto sobre eles exteriormente através da máquina policial, a igreja, a escola, os nativos e até mesmo outros imigrantes. Dessa forma, a identidade étnica não representa uma tentativa

de manutenção de algo velho (cultura de origem), mas sim um processo contínuo desenvolvido pelo encontro intersubjetivo e tem como resultado a criação de algo novo.

Na linha desta formulação de Sarna (1978), temos a contribuição de um autor que estuda fenômenos diferentes. Trata-se de Stuart Hall, que foi bastante feliz ao utilizar o termo “processo de identificação” pois esse termo deixa evidente que estamos falando de algo que não estava pronto, mas que foi construído.

A identidade emerge, não tanto de um centro interior, de um “eu, verdadeiro e único”, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente e inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados [...] em resumo, de investimos nossas emoções em uma ou outra daquelas imagens, para nos identificarmos (HALL, 1997, pg. 26).

É através de um processo de identificação que nos posicionamos no interior das definições fornecidas pelos discursos culturais. Essas representações seriam ao nível individual internalizadas de forma idiosincrática (GIMÉNEZ, 1997, p. 15), isto é, de forma única cada indivíduo, porém elas dizem respeito ao pertencimento ao grupo como um todo. Nesse esquema, a identidade deixa de ser uma questão individual para ser entendida como um processo de inserção no sistema social. Se pensamos que a identidade depende da classificação, externa ou interna, do indivíduo, não é absurdo afirmar que a discussão sobre a relevância dos aspectos sociais já foi abordada, embora em outros termos, em textos mais antigos como em “Algumas Formas Primitivas de Classificação” escrito por Marcel Mauss e Émile Durkheim (1981).

Nesse texto, os autores partem da crítica às tradições de sua época, como a Psicologia, que costumava atribuir ao indivíduo a função de classificar a realidade, e destacam o caráter social que se encontra fortemente expresso na lógica das classificações. Na visão desses autores, esse argumento se sustenta porque as classificações mentais teriam surgido em função da observação empírica dos indivíduos que já se encontravam organizados em grupos de tipos variados

As formas de classificação, segundo esses autores, são uma intrincada rede de significados que, ao tipificar homens e objetos de acordo com suas características, serve de orientação para o pensamento e ação no mundo. Além disso, as classificações surgem

da necessidade humana de relacionar as ideias entre si com o objetivo de tornar o conhecimento sobre o mundo, de alguma forma, unificado, agrupado e, como consequência, inteligível. Por exemplo, quando utilizamos palavras como “etnia”, “raça”, “gênero” e “classe” estamos falando de, antes de tudo, abstrações intelectuais que dizem respeito ao modo como dividimos e classificamos os indivíduos. Ao nível pessoal, relaciona-se com a resposta que damos ao conjunto de relações sociais nas quais estamos inseridos. O ato de classificar seria portanto uma condição obrigatória para tornar o mundo social passível de ser conhecido.

De forma semelhante, funciona a autoclassificação. Classificar-se em categorias socialmente reconhecidas é uma etapa fundamental e inescapável da inserção do indivíduo na sociedade. A autoclassificação permite aos indivíduos uma localização através da qual possuem vínculos com eventos e comunidades anteriores à sua própria existência. Com isso, engajam-se em um processo de construção dos sentidos com os quais leem e atuam no mundo social. Autoclassificar-se é conhecer-se e permitir ser conhecido pelos outros. Além da importância da autoclassificação que destacamos anteriormente, esse exemplo elucida o papel da forma como classificamos os “outros” e, mais importante ainda, como a autoclassificação acontece em oposição ao “outro” (POUTIGNAT, 1998).

Portanto, há forte relação entre a autoclassificação e a classificação dos outros uma vez que ambos processos são interdependentes. A própria autoclassificação não pode ser tratada como um processo individual - isto é, sem a participação dos outros - porque os sujeitos pensam, sentem e veem as coisas desde o ponto de vista do grupo de pertencimento e referência. Se colocarmos nosso foco em coletivos no lugar de indivíduos, podemos pensar junto de Giménez que afirma que a identidade de um ator social “se afirma apenas no confronto com outras identidades no processo de interação social, que frequentemente implica relações desiguais e, portanto, lutas e contradições.” (1997, p. 12)

Até então, concentrei o meu foco em discutir as categorias de classificação étnicas, buscando uma visão desessencializante em relação às identidades formadas pelos grupos migrantes. Esse trabalho, contudo, também aborda outra categoria que precisa ser debatida: a classe trabalhadora. Numa das passagens mais citadas da historiografia, essa dimensão do autoreconhecimento, pensada de um ponto de vista coletivo, pode ser notada

no conceito de consciência classe de Thompson³. Como aponta Badaró (2019, p. 125), o mérito dessa definição está no fato dela ser suficientemente ampla para abordar a dimensão objetiva (a experiência) e a subjetiva (consciência de classe) do processo de formação da classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

Como aponta Ellen Wood (2011), a preocupação de Thompson com a sua definição de classe é torná-la “visível na história e suas determinações manifestas como forças históricas, como efeitos reais no mundo, não como simples construtos teóricos sem referência a um processo ou a uma força social real” (p. 87). Thompson considera a classe como uma “categoria histórica”, isto é, que se “deriva de processos sociais através do tempo”. (THOMPSON, 2012, p. 270). Para o autor, no lugar de deduzi-la mecanicamente de uma estrutura, devemos pensar a categoria “classe” a partir dos processos históricos concretos. O seu objetivo com isso era recuperar concretamente o papel dos sujeitos como “fazedores” da história partindo da conceitualização da classe como uma relação histórica que não poderia ser congelada num dado momento e ter sua estrutura dissecada. Diferenciando-se do marxismo de Althusser, para Thompson a classe não é uma coisa “dada”, isto é, ela não é um fato congelado esperando ser estudada pelo historiador, pelo contrário, ela só adquire sentido no processo histórico.

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período

³ Importante citar que, embora Thompson esteja abordando a história da classe trabalhadora inglesa, as suas percepções podem ser discutidas para outros cenários, como é o caso de Porto Alegre da primeira metade do século XX, uma vez que o capitalismo possui essa característica de ser extremamente expansivo, impondo um avanço das relações capitalistas em todos os cantos do mundo.

adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições (THOMPSON, 1987, p. 11, 12).

Essa conceitualização foi alvo de críticas. Segundo Perry Anderson, a proposição de Thompson favorece os fatores subjetivos em detrimento das condições objetivas (ANDERSON apud WOOD, 2011, p. 79). No entanto, Thompson busca recuperar a noção de uma estrutura e também da base material, porém as compreendendo como experiências de exploração e solidariedade coletivas. Segundo ele, a experiência da classe é “determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente” (THOMPSON, 1987, p. 10). Assim, a definição de Thompson busca trazer para a análise social o papel ativo dos trabalhadores, mas sem perder de vista as condições sociais nas quais eles estão inseridos.

Thompson deixa claro que privilegia a “luta de classe” em detrimento da “classe” enquanto um conceito reificado, pois a luta de classe implica necessariamente em um processo. Partindo de uma crítica ao determinismo econômico que identificava nos motins populares ingleses do século XVIII como uma “rebelião do estômago”, isto é, unicamente motivadas pela falta de alimento, Thompson no famoso texto “A Economia ‘Moral’ da Multidão” vai reconhecer uma lógica cultural nesses movimentos populares. Em resumo, esses motins ocorreram dentro de um consenso popular do que era percebido como legítimo e ilegítimo na atividade dos mercados, moleiros, fazendeiros e etc. Essa noção de legitimidade estava fundamentada em uma releitura da visão tradicional sobre as normas, obrigações e funções sociais que encontrava-se sob ameaça por conta do avanço da lógica de mercado, associada ao pensamento liberal, sobre esses espaços sociais.

Nessas condições, há uma relação interessante entre o que Thompson está apontando e o trabalho de Karl Polanyi, “A Grande Transformação” (2012), principalmente quando esse último aborda a economia, em uma sociedade que não a de mercado, estava incrustada (em inglês, *embedded*) nas relações sociais de modo que o sistema econômico era dirigido por motivações não econômicas, tais como reciprocidade e a redistribuição. Com a sociedade de mercado, contudo, a economia vai passar a ser percebida como um princípio organizativo para quase todas as dimensões do mundo social de modo a buscar subordinar a organização social ao sistema econômica

Ainda segundo Polanyi, a sociedade não receberia essa “investida” do mercado sem reagir e nisso surgem os “contramovimentos defensivos”. Haveria, portanto, um duplo movimento no qual, por um lado, o mercado busca impor os seus princípios de organização e percepção e a sociedade reage à essa imposição. É nessa dialética que os textos dos autores dialogam, pois ambos estão enxergando como “a sociedade” – no caso de Thompson, da classe popular, dos plebeus – reage defensivamente ao avanço da lógica de mercado. O historiador Alexandre Fortes também destaca os pontos de encontro desses dois estudiosos.

Polanyi e Thompson coincidem na recusa em aceitar a naturalização dessas teses vencedoras e no resgate da crítica contemporânea que as denunciava, não por qualquer tradicionalismo cego, mas pela indignação ante os efeitos desumanos concretos da sua aplicação. Mais ainda, convergem ao identificar justamente nesse movimento contra-hegemônico do período, inicialmente derrotado, valores e concepções muito mais universais (FORTES, 2006, p. 210).

Todavia, a comparação tem limites. Para Polanyi, a grande questão é que a economia de mercado, através da transformação de elementos da sociedade em mercadoria (trabalho, dinheiro, natureza), leva a uma destruição da sociedade. Em resposta, surgem os movimentos defensivos da sociedade, entre eles o movimento operário. Por sua vez, Thompson percebe a persistência de tradições e relações antigas numa sociedade já transformada estruturalmente. Segundo esse último, a cultura dos rebeldes seria ao mesmo tempo conservadora, pois busca um retorno a um estado de relações já superado, e contestadora, porque se volta contra uma ordem social dominante.

Raymond Williams, por outro lado, ao localizar vários elementos da cultura britânica que transitavam entre diferentes classes sociais - estando esses elementos, como a linguagem e a vestimenta, sujeitos à variação de valorização com o tempo - chega até a questionar a validade do conceito de classe para se pensar a cultura. Qual seria a distinção básica, em termos culturais, entre uma classe e outra quando vários desses elementos simbólicos atravessam as estruturas sociais?

Com essas questões em mente, Raymond Williams reflete sobre o conceito de cultura e segundo ele, a mesma não pode ser entendida somente como um trabalho imaginativo e intelectual, mas também como um modo de vida (WILLIAMS, 1960,

p.333). É essa a noção que nos permite romper com a visão elitista da cultura e pensar uma distinção entre as classes sociais, que, para Williams, está nas formas alternativas de se conceber a natureza da relação social. Nessas condições, o autor enuncia seu argumento segundo o qual a burguesia estaria vinculada ao individualismo e a classe trabalhadora com um pensamento mais voltado à comunidade, ou seja, coletivista. Williams sugere que pessoas do mundo operário também têm acesso a alguns bens "universais", como obras de arte, objeto de consumo. Então busca a diferença no modo de vida ou visão de mundo. Williams talvez não tivesse como prever o surgimento do Neoliberalismo, uma vez que ele escreveu em 1958, quando o Estado de Bem-Estar social, ao menos no Ocidente europeu, estava consolidado. O autor pontua que a ideia coletivista de comunidade não estaria presente necessariamente em todos os indivíduos que possam objetivamente ser incluídos na classe, mas corporificada nas organizações e instituições que a classe gera (WILLIAMS, 1960, p. 335).

Embora em uma roupagem bastante diferente, essa posição teórica vai ao encontro com o objetivo Bourdieu de superar ou conciliar a antinomia objetivismo e subjetivismo, ou ação e estrutura. É a partir desse enfoque que o sociólogo Fernando Larrea Maldonado (2015) interpreta que podemos traçar pontos de encontro entre o pensamento de Thompson e Bourdieu. Ambos partem da rejeição de uma posição meramente objetivista ou substancialista da classe, que “derivam as classes de um modelo estático de relações de produção no capitalismo, deslocando para um segundo plano a atuação humana e o papel da classe trabalhadora, na construção da história” (MALDONADO, 2015, pg. 10). Para esse sociólogo, tanto Thompson como Bourdieu possuem uma teoria das classes que pode ser classificada como construtivista uma vez que, no lugar de reificar as categorias, suas ideias destacam o papel ativo dos sujeitos na construção das categorias através das quais os sujeitos se inserem no mundo.

Embora com implicações diferentes, os conceitos do sociólogo francês dialogam com o “fazer-se” da classe operária de Thompson. Ambos se distanciam do entendimento segundo o qual a classe é uma categoria que existe independentemente do que pensam os agentes e entendem a classe como uma formação processual de caráter político-simbólico. Essa dimensão subjetiva não é compreendida como uma entidade separada da dimensão objetiva, mas relacionada dialeticamente. Essa perspectiva leva em conta o papel consciente e ativo dos indivíduos, que são simultaneamente “sujeito” e “objeto” nos processos históricos. Essa dimensão do processo é explicitada no título do famoso trabalho de Thompson, *The Making of the English Working Class*, publicado

originalmente em 1963. Ao utilizar o verbo “making” dessa forma (no gerúndio), o título do livro passa uma ideia processual que é essencial nas concepções do autor de tal modo que a tradução caso tivesse se tivesse optado por “O fazer-se da Classe Trabalhadora Britânica” no lugar de “A Formação da Classe Trabalhadora Britânica” teria sido mais precisa no que se refere ao significado, embora naturalmente a versão escolhido soe melhor em português.

No texto “Espaço social e gênese das Classes”, o Pierre Bourdieu propõe algumas rupturas com a noção de classe marxista. Essas rupturas partem da crítica que o autor faz à primazia do espaço econômico na teoria marxista e da tendência de perceber no mundo social as categorias de classe criadas pelo observador. Isto é, para Bourdieu, existe uma diferença entre o que ele chama de “Classe no Papel”, um agregado de agentes que ocupam posições similares no espaço social por estarem sujeitos a condições similares de existência, e a “Classe Real” ou a “Classe Mobilizada”, que seria resultado de uma luta de classificações para construir uma determinada percepção do mundo social.

O Conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo. (BOURDIEU, 1989, p. 142).

Esse o debate assemelha-se bastante com “classe em si” e “classe para si”, presente em alguns autores do marxismo, sendo que a passagem da “classe em si” à “classe para si” corresponde ao problema da possibilidade de tomada de consciência coletiva da classe trabalhadora a respeito das contradições inerentes da sociedade capitalista. Diferentemente dessa visão, Bourdieu dá maior destaque à dimensão simbólica:

A teoria mais acentuadamente objetivista tem de integrar não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo, por meio do trabalho de representação (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão de mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social (BOURDIEU, 1989, p. 139).

As fronteiras entre o objetivo e o subjetivo se borram na medida em que a classe se constrói simultaneamente nos esquemas de percepção e na realidade do mundo social. Apesar de associadas ao terreno do subjetivo, as representações operam na realidade na medida em que orientam a ação prática. Por isso que a “Classe Real” aparece quando os agentes submetidos a condições similares na estrutura produtiva fazem uma leitura do mundo social na qual eles são membros de um grupo cujos interesses são diferentes e/ou antagônicos ao de outro grupo. Adaptando aos termos marxistas, assim como Thompson, Bourdieu entende que não existe classe sem “consciência de classe”, o que equivale a dizer que uma classe só está formada quando essa se vê, ou seja, se classifica enquanto classe.

Além disso, Bourdieu afirma que essas classificações e identificações, como também o conteúdo valorativo que as preenche, estão em disputa no mundo social, processo que ele nomeou de “luta de classificação”. Em termos gerais, podemos definir as lutas de classificação como um processo e trabalho político cujo objetivo é impor princípios de visão e de divisão do mundo social, baseando-se nas classificações (ou representações), que são continuamente produzidas pelos agentes como parte das lutas simbólicas. Importante destacar que essas lutas de classificação, embora ocorram num plano simbólico, são essenciais para manter ou modificar sua posição objetiva no espaço social.

Um exemplo de estudo que faz uso dessa concepção é o de Karl Monsma, em *A reprodução do racismo*, que estudou as relações entre libertos e imigrantes italianos no Oeste paulista através da análise de processos criminais. (MONSMA, 2016). Neste trabalho, em alguma medida, o autor se contrapõe à tradição sociológica de inspiração marxista que entende que os indivíduos localizados em uma mesma posição na estrutura econômica deveriam se solidarizar e agir coletivamente para defender os seus interesses. Em seu trabalho o autor demonstrou que em muitas ocasiões os italianos e descendentes de italianos, ao se considerarem racialmente superiores, não aceitavam ordens vindas de um negro, ainda que esse último fosse hierarquicamente superior na relação de trabalho. Segundo Monsma, os negros

[...] negavam a significância hierárquica da cor e insistiam em se classificar da mesma maneira que os europeus – como trabalhadores, cristãos, homens ou mulheres, pais ou filhos, ou simplesmente como

seres humanos. Os imigrantes, por outro lado, tendiam a perceber a cor como forma última de categorização, prevalecendo sobre todos os outros, e de enfatizar suas associações hierárquicas, ligadas a pele escura com características consideradas negativas, como estupidez, paganismo, preguiça ou alcoolismo (MONSMA, 2016, p. 251).

Além da importância da autoclassificação que destacamos anteriormente, esse exemplo elucidada o papel da forma como classificamos os “outros” e, mais importante ainda, como a autoclassificação acontece em oposição a um “outro” (POUTIGNAT, 1998). Portanto, não há separação entre a autoclassificação e a classificação dos outros uma vez que ambos processos são interdependentes. O que chama atenção no exemplo é que essa classificação ocorre conjuntamente com a atribuição valorativa. É, portanto, através dessa luta pelas formas de classificar que Monsma, inspirado em nas reflexões sobre o capital simbólico de Bourdieu, localiza uma tensão entre trabalhadores negros e brancos ligados à imigração. Os primeiros tinham uma tendência maior a se reconhecer como trabalhadores, portanto como classe, buscando nessa classificação o reconhecimento da sua humanidade e seus direitos cidadãos naquela sociedade republicana recém egressa de séculos de escravidão, onde ainda muitas práticas de trabalho coercitivo existiam. Já o segundo grupo tendia a colocar maior peso na sua autopercepção em termos étnico-raciais, principalmente na medida que essa visão social racializada garantia privilégios simbólicos para os indivíduos de pele branca. Quanto a isso, Sarna (1978), pensando no contexto dos Estados Unidos, estabelece que a atribuição é costumeiramente uma nivelção por baixo e as teorias raciais desempenhavam papéis para determinar o caráter dos grupos imigrantes.

Na formulação de Mauss e Durkheim, comentada anteriormente, a classificação social precede as classificações mentais do indivíduo. Em outras palavras, as classificações mentais surgiram em função da observação empírica dos grupos que já estavam organizados. É como se a ordem social concreta antecedesse a tomada de consciência desta mesma, algo muito semelhante com o debate da “classe em si” passando para a “classe para si”. Por outro lado, para Bourdieu, nem a dimensão simbólica antecede a posição concreta no espaço social e nem o contrário, mas ambos são construídos e se constroem simultaneamente. Essa afirmação corrobora o que Maldonado (2015) identificou como construtivista em Bourdieu pois nos permite olhar tanto para os aspectos subjetivos como os objetivos enquanto processos em constante e dialogada construção, dentro do conquistas das disputas sociais: “não se pode fazer uma ciência das

classificações, sem se fazer uma ciência da luta dessas classificações” (BOURDIEU, 1989, p. 149).

A consequência desse conceito para a discussão que venho desenvolvendo até então é a seguinte: para “Classe no Papel” torna-se “Classe Real” é necessário um trabalho político de mobilização que se desenvolve através da luta de classificações, isto é, no campo simbólico. Nesses termos, o grupo observável na experiência concreta da história somente existe como resultado de uma luta propriamente simbólica e política, desenvolvida a partir do autoreconhecimento de um grupo como tendo interesses antagônicos uns aos outros. Essas lutas de classificações são constituídas e expressadas politicamente por órgãos de representação, por símbolos e demarcações, obedece a uma lógica específica de produção simbólica (BOURDIEU, 1989). Portanto, a luta de classificação é na verdade a luta em torno das representações que, por sua vez, servem de base para a formação de grupos.

No entanto, é preciso não supervalorizar a dimensão subjetiva. Essa luta simbólica não ocorre em um vazio, mas sim em condições historicamente e geograficamente determinadas. Em seu livro “O marxismo encontra Bourdieu”, Burawoy afirma que o sociólogo francês deixou para trás um conceito que é central para o marxismo: o conceito de exploração (2010, p. 30). Embora a questão do conflito seja essencial, para Bourdieu essa noção de exploração fica de fora da sua conceitualização de classe. Esse ponto certamente marca um distanciamento muito grande em relação ao trabalho de Thompson que, em seu livro sobre os trabalhadores britânicos, dedica muitas páginas para demonstrar como o aumento da exploração, associado com a revolução industrial, foi uma experiência formadora da classe trabalhadora. No pensamento de Thompson, a estrutura produtiva da sociedade condiciona os interesses econômicos das classes sociais como antagônicos e, por conta disso, a exploração é uma experiência formadora da identidade do trabalhador.

Assim, esse trabalho busca enfatizar a dimensão simbólica da formação da classe social, mas sem perder de vista as condições sociais concretas nas quais esse processo aconteceu. Para atingir esse objetivo, precisamos prestar mais atenção a como essa dimensão subjetiva ou simbólica torna-se observável. Naturalmente, se estamos falando de produção simbólica, estamos falando de discursos, narrativas textuais ou visuais e etc que normalmente são assinadas como sendo de autoria de uma pessoa física ou de uma entidade. Nesse sentido, destaca-se o que Bourdieu chamou de “porta-vozes” autorizados

para falar em nome da classe e para representá-la em distintos espaços públicos. Nesse raciocínio, faz-se necessário um trabalho de representação que possibilita que a classe, no caso os “porta-vozes” da classe, construa uma representação de si mesma sobre a sua inserção no mundo social. Esse porta-voz é

[...] o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem (BOURDIEU, 1989, p. 158).

Segundo esse pensamento, para uma classe existir é necessário que existam agentes autorizados para falar e atuar oficialmente em seu lugar e em seu nome, exercendo um poder sobre aqueles que, reconhecendo neles o poder de falar e atuar em seu nome reconhecem-se, ao mesmo tempo, como membros dessa classe. É através desse mecanismo de delegação que os atores passam a se comportar como atores coletivos, isto é, capazes de pensar e falar em nomes dos seus representados. O texto “Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e Interpretações” também sinaliza a importância dos líderes representantes para a existência dos grupos sociais:

A presença de “líderes” pode ser muito significativa na existência dos grupos sociais, particularmente em termos da visibilidade, identidade e, sobretudo, do poder de atuação destes grupos. Os líderes fundam associações e jornais, redigem textos, fazem discursos, buscam convencer os membros do grupo a aderirem a determinadas ideias e a participarem de entidades e eventos; empreendem esforços para agilizar o processo de reconhecimento dos adventícios por parte da sociedade de acolhida, nos casos de migrações; contrapõem-se a condições de vida e trabalho consideradas injustas ou discriminatórias e, em outro extremo, consolidam sua posição de notáveis em comunidades prósperas (WEBER, 2014, p. 704).

Em suma, a existência de uma “Classe Real”, uma classe mobilizada, só acontece quando se produzam estes processos coletivos, de construção simbólica e produção política da classe que, por sua vez, implicam que ela tenha se dotado de representantes ou porta-vozes (carisma), de coletividades formalizadas (sindicato, partido, etc.), os quais

foram construídos também com enunciados que ensejaram a ação coletiva, de visões comuns do mundo social e, conseqüentemente, de discursos que as expressem.

Antes de seguir, julgo ser prudente questionar o poder explicativo da categoria de classe. Segundo Alexandre Fortes (2016), o auge do poder explicativo desse conceito foi entre o final do século XIX e o imediato pós-guerra, momento marcado pelo aumento da força dos movimentos políticos baseados na identidade de classe. A partir do final da década de 1960, porém, o poder explicativo desse conceito passa a sofrer questionamentos na medida em que outros movimentos sociais vinculados a outras identidades, como gênero, raça e sexualidade, descentralizaram a lógica clássica. Além disso, a conjuntura de avanço do neoliberalismo na década de 1970 favoreceu uma série de ataques à solidariedade classista como princípio de mobilização social.

“Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”. Com essa frase, Karl Marx e Engels concluem o manifesto político mais lido e debatido da história da humanidade. A palavra trabalhadores no plural remete ao que estamos discutindo sobre o conceito de classe e especialmente no caso dessa frase estamos lidando com uma conceituação universalista de classe. Ainda que dialogando com o contexto no qual estavam temporalmente e geograficamente inseridos, é bastante claro que Marx e Engels entendiam que suas palavras eram válidas para todos os trabalhadores de todos os lugares do mundo porque a exploração capitalista representa uma experiência comum que os unificava.

No debate contemporâneo, diversos autores apontam que é um erro tomar essa categoria de modo universal. A universalidade é na realidade uma falsa universalidade uma vez que ela, ao não problematizar raça e gênero, toma a branquitude (ROEDIGER, 2007; IGNATIEV, 1995) e a masculinidade como dado natural. O resultado disso é a produção da centralidade no sujeito masculino e branco, cuja experiência e valores são universalizados e naturalizados como o ponto de referência para todos os outros. O historiador David Roediger nos propõe problematizar a centralidade dada ao trabalhador branco e masculino na história do trabalho (2013). Esses sujeitos são percebidos como não só tendo uma posição central, mas também natural na classe trabalhadora de modo que a identidade branca e masculina passa despercebida. Essa provocação é reveladora quando percebemos que a historiografia e a ciência social tem muito mais facilidade de falar em termos de gênero, raça e sexualidade quando está enfocando esses sujeitos que desviam do que é naturalizado como a norma, isto é, o sujeito branco hetero e masculino.

Ao encontro disso, o livro “A Hidra de muitas cabeças” (2008.) é uma excelente demonstração da heterogeneidade de experiências que podem ser colocadas dentro do conceito de classe trabalhadora. Para abordar essa diversidade, é necessário descentralizar o conceito de classe a partir do resgate da experiência histórica tal como fazem os estudos acima citados. No entanto, acredito que a universalidade, subjacente no conceito marxista de classe, é uma condição para uma solidariedade internacional entre os sujeitos explorados e oprimidos pelo sistema capitalista. Em relação a isso, faço minhas as palavras do historiador Asad Haider.

As percepções desse brilhante pensador, Karl Marx, não pertenciam à Europa. Pertenciam ao mundo todo, a todos que lutavam contra a injustiça. Elas foram refinadas e desenvolvidas na Ásia, África e América Latina. Mesmo aqui [Estados Unidos], no coração da besta, em meio à acidez e à bÍlis do patriotismo e do evangelicalismo, os negros americanos mostraram que esse legado não poderia ser circunscrito geograficamente (HAIDER, 2019, p.23).

Privilegiando essa perspectiva internacionalista, essa dissertação se aproxima de uma história transnacional no sentido de que, ao enfatizar a trajetória de um imigrante, visa compreender os intercâmbios realizados entre as nações, sociedades, as pessoas, e práticas, as crenças e as instituições que transcendem as fronteiras nacionais. Nesse sentido, o espírito dessa dissertação se aproxima das posições de Marcel Van der Linden, caracterizadas pela superação do que esse autor entende como “nacionalismo metodológico” através de uma perspectiva transnacional das relações de trabalho e dos movimentos sociais de trabalhadores (LINDEN, 2009). Assim, o enfoque não pode se resumir à esfera estritamente política e diplomática dos Estados nacionais. De acordo com Barbara Weinstein, a história transnacional “ênfatiza questões para as quais o país não é a principal arena de interação ou conflito” (2013, p. 20), e, portanto, deve realizar uma investigação dos intercâmbios culturais, capazes de demonstrar a permeabilidade das fronteiras nacionais.

*
**

Além desta introdução, a dissertação terá os seguintes capítulos:

O primeiro, baseado nas memórias escritas por Friedrich Kniestedt, desde o seu primeiro contato com o socialismo em 1888 até a imigração definitiva para o Brasil em agosto de 1917. Nele procurarei refletir sobre o sentido que o escritor deu às suas memórias considerando o momento no qual elas foram escritas. Buscarei pensar a “escrita sobre si” em um contexto que se insere na história da imigração e das lutas operárias da época.

O Segundo capítulo, cuja primeira versão está nesse texto de qualificação, enfoca o período que vai desde o momento que chegou em Porto Alegre até meados da década de 30, quando Kniestedt foi um personagem central do sindicalismo revolucionário na capital gaúcha. O objetivo deste capítulo é abordar a articulação de Friedrich Kniestedt nos movimentos operários. Procuo compreender o papel dessa liderança na criação de um sentimento de classe entre a comunidade etnicamente e linguisticamente delimitada como de origem alemã.

Por fim, o terceiro abordará a resistência ao nazismo no Rio Grande do Sul por meio da participação de Friedrich Kniestedt e as organizações que ele articulou. Buscarei compreender como a identidade do seu público-alvo foi mobilizada na direção da luta antifascista.

Nesse estudo de trajetória, naturalmente só é possível apresentar elementos de um contexto que evidentemente é muito mais amplo do que aqui se apresenta, mas acredito que o trabalho tenha conseguido debater a identidade étnica alemã a partir dos seus atravessamentos entre identidades classistas e políticas. São questões formuladas em um contexto sócio-político dinâmico, onde as próprias definições do que era ser “alemão” e “anarquista” estavam em jogo.

A própria grafia do nome de nosso sujeito seria representativa dessa disputa de definições. Dependendo da fonte em questão, vamos encontrar o seu nome na forma germânica “Friedrich” ou de modo aportuguesado Frederico, muito mais familiar aos ouvidos dos falantes nativos de português. Uma vez que, como debatemos anteriormente, um indivíduo pode ter múltiplas identidades ao longo da sua trajetória, essa dissertação por ora adotará a grafia original e por ora a aportuguesada. Também farei o uso de adjetivos como “anarquista”, “imigrante”, “militante”, “velho”, “jovem”, “experiente”

para indicar de que posição, entre as muitas que ocupou em vida, o nosso sujeito está emitindo o seu discurso.

CAPÍTULO 1 - MEMÓRIAS DE UM IMIGRANTE ANARQUISTA

1.1 As palavras que têm algum valor: breve reflexão sobre a escrita sobre si

A principal fonte analisada neste capítulo é uma série de publicações que, a partir de 31 de março de 1934, Friedrich Kniestedt publicou abordando sua trajetória. Quando nos debruçamos sobre as memórias escritas, devemos atentar que estamos lidando com um tipo muito particular de registros históricos. Em primeiro lugar, estamos lidando com um texto cujo conteúdo reflete um passado já experienciado sendo revivido pelo escritor. Essas memórias, contudo, são reinterpretadas em um contexto sócio-histórico determinado de modo que o momento no qual as memórias são escritas, as intencionalidades e público-alvo, desempenham um importante papel na produção dessa fonte. Por fim, não podemos esquecer que o historiador e os seus leitores também estão inseridos em um contexto, uma sociedade e uma época diferente da qual esse material foi produzido. Assim, uma terceira camada de tempo, a do tempo presente, também interfere na complicada equação que é analisar as memórias escritas.

Como em todo processo de escrita, há uma seleção e uma hierarquização de eventos e significados na produção do material. As memórias escritas de Frederico não são o passado “em si”, mas a construção narrativa que ele criou olhando para si mesmo no passado. O seguinte trecho de Ângela de Castro Gomes é especialmente esclarecedor sobre esse aspecto da fonte autobiográfica.

Está descartada a priori qualquer possibilidade de se saber ‘o que realmente aconteceu’ (a verdade dos fatos), pois não é essa perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve, mas de dizer o que o autor

diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, p. 15).

Pensando dessa forma, podemos ver nas memórias as percepções de um adulto Frederico Kniestedt, militante anarquista convicto, olhando para um jovem Frederico Kniestedt, escoveiro que atuava na zona de influência do Partido Social-Democrata Alemão. Além disso, temos um jovem Kniestedt, cidadão alemão, sendo revisitado pela sua versão mais experiente, já consolidado em terras brasileiras e com sua cidadania alemã cassada. Ou seja, devemos nos questionar qual o significado que a recuperação desse passado poderia ter para Frederico e o contexto no qual ele viva. Quanto a isso, o escritor em questão não dificulta o nosso trabalho uma vez que as primeiras linhas dessa série servem justamente para destacar um determinado direcionamento.

No nº 21 de *Aktion* prometi relatar de tempos em tempos algumas recordações da minha vida. Naturalmente não pretendo apresentar aos nossos leitores a história da minha vida, mas pretendo fixar apenas aquilo que penso que tenha algum valor (KNIESTEDT, 1989 [1934], p. 7).

Esse trecho, contudo, nos coloca diante de um novo problema: o que em seu passado tinha valor para Frederico Kniestedt na década de 1930? Infelizmente ou não, as recordações escritas do imigrante anarquista revelam poucos detalhes da vida privada. O foco é sua vida pública e suas atividades políticas, o que estava ao encontro do conteúdo e objetivo maior do jornal *Aktion*, como veremos nos capítulos seguintes. Além disso, a publicação desse material serviria para pessoalizar ainda mais o jornal que, apesar de contar com a colaboração de outros militantes, tinha como carro-chefe a figura de Kniestedt.

Assim, o seguinte texto leva em consideração que essa seleção de eventos foi feita por Frederico em um contexto e tempo determinado, isto é, a década de 1930 para o movimento operário de Porto Alegre, segundo a ótica do imigrante anarquista. De forma programada ou inconsciente, esse tipo de fonte carrega uma autoimagem do personagem, sabendo que, em autobiografias ou textos assinados para publicação, inevitavelmente, o autor se constrói para o leitor. Diante disso, o trabalho do historiador é não se deixar guiar apenas pelas pistas preparadas por seu biografado, fazendo a crítica relativa ao lugar e ao

momento no qual Kniestedt se encontrava ao produzir a escrita, buscando as contradições em seu discurso e tensionando a trajetória do personagem com o contexto histórico no qual ele estava inserido. Tendo isso em mente, peço que o leitor não se surpreenda com alguns saltos temporais e os interprete como uma forma de dar sentido e contextualizar as fontes nos quais esse trabalho se fundamenta.

1.2 Tão novo e ainda assim tão velho: as infâncias da Alemanha e de Friedrich Kniestedt

Quando o estadista piemontês-italiano Massimo d'Azeglio disse “Nós fizemos a Itália: agora temos que fazer os italianos” (AZELIO apud HOBBSAWM, 2012, p. 147) ele estava resumindo um dos maiores desafios dos estados nacionais europeus do século XIX. Dentre os estados maiores, a Itália e a Alemanha começaram esse processo muito mais tardiamente em relação aos seus vizinhos da Europa Ocidental, sendo que a unificação italiana só viria se concluir por volta de 1860 e a alemã, ainda mais tarde, em 1871. Com a definição das fronteiras nacionais, a busca por padronização das leis e da educação assumia o objetivo de transformar as pessoas em cidadãos de um determinado estado-nação, cuja limitada participação política não pode ser desconsiderada. Mas o que, de fato, unia essas pessoas além do fato de estarem subordinadas aos mesmos governantes?

O Império Alemão, formado por Bismarck e o rei da Prússia Guilherme I após a unificação, encarava, dessa forma, o desafio de governar uma população que não tinha em comum uma experiência nacional histórica. Até a segunda metade do século XIX não se podia falar em uma identidade nacional alemã, em que pese a história da ocupação humana nos territórios onde hoje é a Alemanha data de mais de 500 mil anos como indicado pela presença de fósseis do Homo Heidelbergensis.

Ao longo da história, esse território foi ocupado por diferentes povos que hoje em dia grosseiramente podem ser aglutinados no termo “povos germânicos”. Cada região falava uma variação diferente do que posteriormente seriam os dialetos da língua alemã. Contudo, a questão do idioma, apesar de garantir certa unidade pela facilidade de comunicação, não representava uma identidade maior entre esses povos. Como colocou

Hobsbawm, em seu estudo sobre Nações e Nacionalismo, antes da generalização da educação primária

[...] não havia, nem poderia haver, nenhuma língua “nacional” falada, a não ser certos idiomas literários ou administrativos do modo como eram escritos, dirigidos ou adaptados ao uso oral [...] Em outras palavras, a “língua materna”, real ou literal, isto é, o idioma aprendido pelos filhos de mães analfabetas e falado para o uso cotidiano não era, em qualquer sentido, uma “língua nacional” (HOBSBAWM, 2013, p. 76).

O primeiro estado cujo território se identifica pela ocupação dos “povos germânicos” foi o Sacro-Império Romano Germânico, cuja formação está ligada com a divisão do Império Carolíngio pelo Tratado de Verdun em 843 d.c.. Ao longo desse período, as pessoas não se identificavam com uma identidade alemã, mas com a sua região, como indicado na frase em latim *Cujus regio, eius religio* (De quem é a região, dele se siga a religião) atribuída à Paz de Augsburgo de 1555, que definiu que os súditos deveriam ter a mesma religião do seu respectivo governante. O objetivo do então imperador Carlos V com isso era evitar conflitos sangrentos dentro do Império, garantindo que cada estado imperial teria o direito de professar a religião assumida pelo seu governante. Assim, o Luteranismo ou protestantismo passa a encontrar um terreno mais favorável para o seu crescimento na Alemanha uma vez que surgia como uma alternativa em relação ao poder do Papado e do Imperador. Posteriormente, a Paz de Vestfália, em 1648, acordo que colocou fim à Guerra dos Trinta Anos, seria importante no processo de enfraquecimento do Sacro Império, pois reconhecia a soberania de estados independentes no Império.

Nesse sentido, os estados alemães, unificados no Sacro Império Romano Germânico, tinham autonomia e laços descentralizados entre si. Esse cenário só começaria a mudar no século XVIII, quando os exércitos franceses de Napoleão derrotaram o Imperador Austríaco Francisco I, que também era o Imperador Romano Germânico. Com isso, em 1806, o Sacro-Império Romano Germânico é desmantelado e os seus territórios são reorganizados sob uma confederação liderada inicialmente pela Áustria. No ano de 1848, uma série de movimentos revolucionários de cunho nacionalista e anti-monarquistas ocorreram por todo o continente europeu. Nos reinos da Confederação Germânica, essa onda revolucionária fortaleceria um sentimento pan-

germanista, que defendia a união dos povos germânicos. Nesse contexto, desenvolve-se uma rivalidade entre os dois estados mais poderosos da confederação germânica: o reino da Áustria e o da Prússia.

É importante destacar que na época a divisão territorial na Europa era diferente dos tempos atuais. O território do Império Austro-Húngaro era muito maior do que hoje é o país Áustria e abrangia os territórios de onde hoje em dia estão a Hungria, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia e Croácia. De forma semelhante, o Reino da Prússia estendia-se por onde era o norte da Polônia até fazer fronteira com o então Império Russo. Havia também uma questão religiosa uma vez que o Reino da Prússia, situado no norte da Alemanha, seguia a religião protestante e o Império Austríaco era católico. Por conta disso, os reinos germânicos católicos, em especial o da Baviera, eram mais simpáticos ao Império Austríaco do que ao Prussiano, o que teria repercussões após a unificação. Esse conflito entre os dois maiores estados da confederação germânica iria desembocar na guerra Austro-prussiana de 1866, cujo resultado favoreceu os prussianos. O último capítulo da unificação alemão seria a guerra Franco-Prussiana entre 1870 e 1871, quando a Prússia, apoiada pela Confederação da Alemanha do Norte, anexou a região da Alsácia e Lorena e garantiu a integração dos estados germânicos do Sul ao novo Império.

Assim, no dia 18 de janeiro de 1871, na Galeria dos Espelhos do Palácio de Versalhes, o rei da Prússia é declarado o imperador dos alemães e inicia-se o segundo Reich. Esse momento também representaria o surgimento do estado unificado alemão que hoje é a Alemanha, de modo que o data 18 de janeiro é um feriado nacional. O estado alemão, portanto, é extremamente novo em comparação com os outros estados-nacionais europeus e até com os latino-americanos.

Três anos após a unificação, em 27 de fevereiro de 1874, nasceria Friedrich Kniestedt em uma pequena cidade chamada Köthen, localizada na região da Saxônia, no centro da Alemanha. Existem poucas informações sobre sua infância. A maioria delas são retiradas de uma melancólica passagem em suas memórias.

‘A infância é o tempo mais lindo’ – esta era uma canção que eu não podia cantar. Criado por estranhos, quando minha avó faleceu estava com cinco anos e na rua, sozinho sem pais. Minha mãe só conheci de fato quando tinha 13 anos. Mas em compensação conhecia o negociante de trapos que com um saco ou uma carreta ia de casa em casa para trocar

trapos de roupa, ossos e etc. por alfinetes ou quadros de Gustav Klimt de Neuruppin (KNIESTEDT, 1989 [1934], p. 11).

Quer o nosso sujeito tenha gostado ou não, a história da Alemanha esteve ligada à sua até o final da sua vida. Separados por poucos anos de nascimento, Friedrich Kniestedt e a Alemanha estabeleceram ao longo desses anos uma relação conflituosa, de aproximações e rejeições de ambas as partes. A Alemanha, nesse caso, representa não só a classe política dominante no país, mas o povo alemão ou falante alemão. Essa sociedade, apesar de estar oficialmente unificada a pouco tempo, conseguiu inventar, desenvolver e imprimir uma identidade nacional e, em alguns casos, étnica. Assim, Kniestedt cresceu em um ambiente onde o significado do que era ser alemão estava em uma incipiente construção e, ao longo da vida, viu esse significado sofrer alterações de acordo com o momento e os locais por onde passou.

Definir o que era ser alemão era uma das tarefas desse novo império. Diante disso, o imperador Guilherme I e o chanceler Otto von Bismarck precisavam enfrentar o problema de, nas palavras de Hobsbawm e Terence Ranger (2015, p. 344), “emprestar legitimidade história” à sua versão da unificação e lidar com aquela parte do eleitorado “que teria preferido outra solução”. O novo contexto exigiu o desenvolvimento de instrumentos que assegurassem e expressassem a coesão nacional. Em meio a isso, surge o que os historiadores citados acima chamam de “tradições inventadas”, isto é, a criação de feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais, cujo objetivo era mobilizar os cidadãos em torno da identidade nacional em construção. Naturalmente que esses símbolos não teriam o efeito desejado se não tivessem genuinamente repercussão popular, o que não se verificou na tentativa de transformar o imperador Guilherme I no pai e fundador da Alemanha, apesar da variedade de estátuas suas erguidas nas cidades alemãs. Por outro lado, este projeto de personalização da nação parece ter tido mais sucesso com a figura de Bismarck de tal modo que os historiadores falam em “um verdadeiro dilúvio de monumentos a Bismarck, que gozaram de apoio mais genuíno dos nacionalistas” (HOBSBAWM; RANGER, 2015, p. 347).

Essas homenagens, não se resumiam a personagens históricos, mas também abarcavam eventos que deveriam representar uma experiência histórica compartilhada

dos cidadãos alemães, como é o caso do monumento Niederwald⁴ (inaugurado em 1883), situado nas margens do rio Reno, em comemoração à unificação, e do monumento do centenário da Batalha de Leipzig (iniciado em 1894 e inaugurado em 1913). As imponentes construções tinham como objetivo estabelecer uma interpretação do passado marcada pela convergência da história alemã e prussiana. Mesmo o Sacro-Império Romano, que dificilmente se adaptava aos moldes nacionalistas do século XIX, foi considerado o primeiro *Reich* (Reino), do qual o Império Alemão seria o sucessor. A guerra franco-prussiana (1870-1871) também desempenhava um papel fundamental pela sua capacidade de representar a luta do povo alemão como “um um povo só”. Nesse sentido, a identidade nacional buscada pelos governantes alemães corrobora com a descrição da identidade nacional desenvolvida por Stuart Hall.

A nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas partilham da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional (2015, p. 30).

A questão da identidade nacional, contudo, não se encerra nesses aspectos das tradições inventadas. O estado imperial, liderado pelo *kayser* Guilherme e pelo chanceler Bismarck, encarava o desafio de se modernizar, mas mantendo as antigas estruturas de poder. Para o continente europeu do século XIX, modernização significava responder às questões políticas e econômicas que estavam em emergência. Como vimos, a unificação dos territórios alemães não possui vínculo com o caráter popular e revolucionário dos movimentos nacionalistas europeus de 1848. A unificação foi antes uma consequência da vitória militar da Prússia. A breve existência da Comuna de Paris em 1871, um efeito não desejado da Guerra Franco-prussiana, colocou a vontade popular por mudanças econômicas e uma política democrática contra o medo dos governantes de perder suas posições de poder. A resposta francesa foi um massacre normalmente inconcebível em território europeu do século XIX (HOBSBAWM, 2011, p. 140).

Os governantes alemães, com o objetivo de impedir que as massas populares controlassem o destino político, enfrentavam a questão da democratização da política parecia ser um processo inevitável. No entanto, se a democratização não poderia ser

⁴ Trata-se de um monumento localizado nas margens do rio Reno, no estado de Hesse. Foi construído para comemorar a Unificação da Alemanha.

evitada ou protelada, a solução foi manipulá-la e, nesses termos, desenvolve-se o sistema eleitoral baseado no direito ao voto instituído no Parlamento nacional alemão. Apesar de trazer um eleitorado de massas para o debate político, os direitos constitucionais do Parlamento alemão eram reduzidos ao mínimo, sendo subordinados ao chanceler e ao imperador. Os parlamentares só podiam votar leis em concordância com o Conselho Federal (Bundesrat), que era formado por delegados dos 25 estados federados (Länder). Na prática, esse conselho era dominado pelo governo da Prússia, cujo sistema eleitoral era dividido em três “classes” de acordo com os bens dos eleitores. Essa divisão garantia que, apesar da democratização, a aristocracia prussiana *Junker*, representada na figura do chanceler Bismarck, definisse os rumos da política alemã.

Quando confrontados com o surgimento de movimentos considerados irreconciliáveis, o governo alemão não hesitou em mostrar o seu lado mais repressivo e coercitivo. Assim foi quando Bismarck, ao se deparar com a massa organizada de católicos, leais a um Vaticano reacionário, declarou uma guerra cultural (Kulturkampf) na década de 1870 contra os dissidentes religiosos. Esse movimento católico politicamente organizado formaria o partido do Centro (Zentrum) que possui vínculos históricos com o atual partido alemão CDU (União Democrática Cristã). Em 1879, como veremos adiante, foi a vez dos sociais-democratas se tornarem alvo do governo bismarckiano, tendo suas atividades legalmente proibidas a partir da Lei Socialista.

A sociedade alemã do Segundo Reich situava-se uma importante contradição. De um lado, as consequências da Revolução Industrial estabelecem novas relações de trabalho dado o contexto da crescente industrialização. Por outro, o legado da Revolução Francesa, imbuídos no sentimento pangermanista de 1848, estabelecia a política democrática como norte, tendo o sufrágio universal masculino como ponto fundamental. Essa última questão naturalmente interessava às crescentes massas de trabalhadores fundados na experiência da Revolução Industrial de modo que os processos econômicos e políticos estavam amplamente interligados. Enquanto, que a industrialização interessava a classe governante no II Reich alemão, a política democrática causava um incômodo. Nesse sentido, o império alemão, ao almejar o que se entendia por modernização, abraçava uma contradição na medida em que buscava abraçar as consequências políticas e econômicas das transformações em curso, mas eliminando ou mitigando todos os aspectos revolucionários. Assim, Karl Marx (1818 – 1883) definiu o kaiserreich nesses termos:

Um Estado que não passa de um despotismo militar, com uma armadura burocrática e blindagem política, adornado de formas parlamentares, com misturas de elementos feudais e de influências burguesas (MARX apud LOUREIRO, 2005, p. 29).

Também é a partir de um complicado balanço entre passado e presente que Isabel Loureiro afirmou que o Império Alemão (*kayserrreich*⁵) “enfrentava todos os problemas de uma sociedade industrial-capitalista pouco desenvolvida, e tentava resolvê-los nos limites das estruturas de poder herdadas do passado” (LOUREIRO, 2005, p. 27). Dessa forma, analisando esse período da história da Alemanha, podemos perceber a articulação de elementos “jovens” com elementos “velhos”. Em outras palavras, o “jovem” no Império Alemão, industrializado e fundado de forma unificada somente em 1871, era marcado pelo o que havia de “velho” em sua composição, em especial a estrutura aristocrática, que limitava os poderes dos deputados eleitos, e o militarismo prussiano, que buscava criar uma identidade alemã ligada à lealdade e obediência.

Como veremos mais adiante, em 1942, Frederico Kniestedt escreveria uma carta enviada ao consulado alemão de Porto Alegre. No ano que os diplomatas alemães precisavam deixar o Brasil por conta do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial no lado contrário aos alemães, Kniestedt denunciaria o peso desse militarismo prussiano, como o principal esteio do Estado alemão, que o motivou a deixar o seu país e nunca mais voltar. Nessa carta, enviada no ano de 1942, o militante com seus 60 anos faz uma breve autoanálise da sua trajetória, na qual ele identifica o militarismo prussiano como a síntese de tudo o que ele havia lutado contra durante a sua vida (KNIESTEDT, 1989 [1935], p. 58).

Isto é o espírito do prussianismo que agora, sob a máscara do Hitlerismo, entende poder cavalgar tudo e todos que se oponham a ele, massacrando o que encontra no seu caminho para a conquista mundial. Isto é aquele espírito de prussianismo que há mais de cem anos soube subjugar o pensamento livre do povo alemão por meio de uma disciplina cega. E neste espírito, meus senhores, diplomatas, vós todos trabalhastes, usando todos os meios para conseguirdes esse intuito, denunciando os alemães aqui residentes, arrojando os vossos adeptos contra aqueles que vos detestavam.

Durante vários anos eu lutei – ainda quando estive na Alemanha – contra este espírito; em inúmeras conferências falei muito antes de Hitler – contra essa loucura que se intitula militarismo prussiano,

⁵

Forma germânica de se referir ao Império Alemão de 1871 até 1918.

indicando já naquela época as consequências desastrosas que o mesmo traria ao mundo e especialmente à Alemanha, e como resposta fui atirado por uma justiça militar-prussiana nos fundos dos cárceres. [...] (DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942).

A identidade nacional, que Kniestedt chama de espírito do prussianismo, em torno da qual os governantes alemães procuravam mobilizar os seus governados, baseava-se nos valores militares de obediência, militarismo e disciplina. Tal como a própria Alemanha, essa identidade não foi uma fatalidade histórica, mas sim – para usar os termos de Hobsbawm e Ranger - uma invenção baseada nos objetivos e interesses dos governantes alemães. Uma invenção desenvolvida através da criação de tradições, monumentos e consagração de “figuras históricas”. Para a infelicidade de Frederico, trata-se de uma invenção “que havia dado certo”, isto é, perdurou-se na história e tornou-se um modelo contra o qual o anarquista lutava.

Isso não quer dizer que seja uma identidade falsa. Essa identidade existiu como fruto das condições sócio-históricas nas quais a Alemanha, enquanto país unificado, surgiu para o mundo. Como veremos, esses princípios militares incrustados no governo e na sociedade alemã serão o principal conflito que Friedrich Kniestedt, o futuro imigrante anarquista, teria com o seu país de origem. A questão é que se essa identidade foi inventada em um determinado contexto histórico, também outras poderiam ter sido em seu lugar. Dessa forma, a luta do nosso sujeito pode ser interpretada como a luta por uma outra germanidade, isto é, uma outra forma de “ser alemão”.

1.3 O caminho para o socialismo: entre colaborações e conflitos com o partido social-democrata da Alemanha (SPD)

Na memória familiar, as convicções políticas de Frederico Kniestedt foram registradas com certa ambiguidade. Em uma entrevista concedida para a realização dessa pesquisa, a neta de Frederico disse que ele era “comunista” (KNIESTEDT, Helga, 2022).

Em situação semelhante, o seu neto o classificou como “anarquista” e atribui ao seu avô a frase “*si hay gobierno, yo soy contra*” (KNIESTEDT, Hellmuth, 2022). Para nós, fica a questão: qual foi a ideologia política de Friedrich Kniestedt e como ela se formou? Analisando suas memórias escritas e obras historiográficas de referência, realizarei nessa seção uma reconstrução da juventude política de Frederico. Para isso, é importante partir do pressuposto de que nenhuma posição política é imutável, mas sim uma construção que se relaciona com a conjuntura na qual o sujeito está inserido

Nas últimas décadas do século XIX, não havia país industrializado (ou em processo de industrialização) que não acompanhasse o crescimento, sem precedentes históricos, de uma massa de trabalhadores. Aparentemente anônimos e desenraizados (HOBSBAWM, 2011, p. 186), esse novo grupo social formava uma proporção crescente da população nacional e não havia nenhum sinal indicando que esse aumento pudesse diminuir de intensidade. Não podemos, no entanto, pressupor que existisse uma classe trabalhadora homogênea. Como no caso de Friedrich Kniestedt, a maioria desses sujeitos eram trabalhadores manuais em pequenas oficinas de artesanato e, portanto, não espelhavam perfeitamente a imagem clássica do proletariado da fábrica moderna. Para os contemporâneos desse processo, uma pergunta soava inescapável: o que aconteceria quando os trabalhadores se organizassem politicamente como classe?

A política democrática e eleitoral, apesar das limitações, possibilitou o surgimento de partidos de massa identificados com a classe trabalhadora. Onde quer que as condições permitissem, os socialistas e anarquistas levavam essas ideias para os mais variados grupos de trabalhadores, desde artesãos assalariados até operários de fábricas. A mensagem dessas ideologias buscava imprimir uma identidade única e compartilhada entre todos aqueles que viviam do seu trabalho, pois todos os trabalhadores participavam de uma só classe universal. Esses movimentos denunciavam a exploração presente na sociedade capitalista e tinham como objetivo criar uma nova sociedade através da emancipação dos trabalhadores por sua própria iniciativa. Na visão dessas correntes políticas, a emancipação dos trabalhadores, ao criar uma sociedade desprovida de exploração, estender-se-ia a toda espécie humana, o que se simbolizava no hino socialista pela frase “A Internacional será a raça humana”.

Todavia, a identidade internacional da classe trabalhadora precisava lidar com a crescente unidade imposta pela formação dos Estados-nação e a democratização eleitoral. A contragosto do desejo dos governantes, esse processo unificava os trabalhadores

nacionais visto que as lutas pela extensão de direitos precisavam agora ser feitas em relação ao governo nacional.

O Estado-nação não apenas formava o quadro de referências da vida do cidadão, estabelecendo-lhe parâmetros e determinando as condições concretas e os limites geográficos da luta operária, mas igualmente tornavam as suas intervenções políticas, legais e administrativas cada vez mais centrais à existência da classe trabalhadora (HOBSBAWM, 2011, p. 205).

No caso da Alemanha, esse espírito se materializa no impressionante crescimento do Partido Social-Democrata Alemão (SPD). Para compreendermos melhor a história da social-democracia alemã, precisamos voltar para alguns anos no passado. As origens do SPD são desde antes da unificação quando em 1863 Ferdinand Lassalle (1825 – 1864) funda a *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*. Alguns anos mais tarde, August Bebel (1840 – 1913) e Wilhelm Liebknecht (1826 – 1900), inspirados pela Primeira Internacional, fundam em 1869 o Partido Operário Social-Democrata Alemão (Sozialdemokratische Arbeiterpartei Deutschlands, SAP)⁶.

Ambos os movimentos iriam convergir no congresso de Gotha, realizado em 1875, onde os delegados do grupo de Bebel e Liebknecht, influenciados por Karl Marx e Friedrich Engels (1820 – 1895), iriam disputar o programa do nascente partido social-democrata alemão com os lassaleanos, influenciados por Ferdinand Lassalle. O congresso terminou com a vitória destes últimos de modo que o programa defendia o sufrágio universal, ampliação de direitos aos trabalhadores, mas não fazia referência à revolução e ao caráter de classe do Estado. Em sua famosa Crítica ao programa de Gotha, Marx define o programa de Gotha como um retrocesso em relação ao programa de Eisenach, que havia sido o ponto de partida do grupo liderado por Bebel e Liebknecht. Veremos mais adiante que essa disputa de projetos, um considerado revolucionário e o outro reformista, será a tônica do movimento operário alemão.

Bismarck governava com mão de ferro. Os católicos já haviam aprendido isso nos eventos conhecidos como *Kulturkampf* (guerra cultural), durante os quais o Estado alemão, sob o domínio da Prússia protestante, entrou em conflito com a Igreja Católica.

⁶ O nome atual Partido Social-Democrata Alemão (Sozialdemokratische Partei Deutschlands, SPD) somente seria adotado em 1890.

Em 1878, chegava a vez dos social-democratas. Duas tentativas fracassadas de assassinar o *kayser* serviram de justificativa para Bismarck culpar os socialistas e passar uma lei que limitava todas as atividades do partido social-democrata, quaisquer reuniões com temática socialista estavam proibidas, os sindicatos tornados ilegais e vários jornais de cunho socialista foram fechados na Alemanha. Na época, o partido social-democrata era o quarto maior partido no parlamento, com 12 deputados eleitos em 1877.

Em 15 de junho de 1888, Guilherme II, filho da rainha Vitória da Inglaterra e herdeiro da casa Hohenzollern, uma das mais importantes casas da nobreza europeia, assume como Rei da Prússia e *Kayser* da Alemanha. No dia 16 de outubro desse mesmo ano, um acontecimento marcaria o início da trajetória de Friedrich Kniestedt na luta social pelos trabalhadores. Na época, o aprendiz de escoveiro ainda residia em sua cidade natal, Köthen, localizada no interior da Saxônia, que fica na região central do que hoje é a Alemanha. Segundo o seu relato, Friedrich e mais dois colegas eram os únicos trabalhadores e um grupo de 30 pessoas, entre homens e mulheres, que compareceram a uma reunião de um pequeno movimento que defendia o livre-pensamento, desvinculado da religião institucional (*freireligiöse Bewegung*). Apesar desse grupo não se vincular especificamente com a identidade da classe trabalhadora, é a partir dele que Friedrich Kniestedt entra em contato com o pensamento de autores anarquistas da Primeira Internacional, como Bakunin (1814 – 1876), Malatesta (1853 – 1932), Kropotkin (1842 – 1921) e Proudhon (1809 - 1865).

Os conflitos com o governo de Guilherme II não tardaram a aparecer. Em maio de 1889, a polícia cercou e invadiu a casa onde Kniestedt e seus colegas guardavam jornais e material de conteúdo anarquista. Como não havia escapatória, alguns apresentaram-se inofensivamente à polícia enquanto outros deram sumiço no material. Todos foram levados para a delegacia e liberados no dia seguinte por falta de provas. No entanto, em junho do mesmo ano, as denúncias feitas por parentes civis e os mestres-artesãos foram suficientes para condenar todos a oito dias de prisão pela Lei Socialista. Segundo o relato de Kniestedt, o pior não foi a prisão, mas os “tabefes” que receberam ao retornar às oficinas de aprendizagem onde trabalhavam (KNIESTEDT, 1989 [1934], p. 8.).

Em 1891, Friedrich novamente entraria em conflito com a polícia alemã. Apesar das restrições, o SAP atuava na clandestinidade e organizava reuniões sigilosas. Em um desses eventos, o jovem Kniestedt estava presente quando a polícia invadiu e prendeu 22

peças. Todos os jovens presentes na reunião, entre eles Kniestedt, foram poupados por conta da cobertura dos social-democratas que assumiram a responsabilidade pelo evento. Contudo, a polícia volta atrás e aprisiona Friedrich, que não fica mais do que dois dias na cadeia. As suas atividades políticas também rendiam retaliações no trabalho, uma vez que a corporação profissional o condenou a mais meio ano de aprendizado como punição pelo seu comportamento (KNIESTEDT, 1989 [1934], p. 9). Finalizada a aprendizagem, Friedrich mudou-se para Magdeburg, onde trabalharia em uma fábrica de escovas, iniciando assim uma trajetória profissional marcada pela transumância.

Mesmo sob perseguição, entre 1887 e 1890, a social-democracia cresce em apoio social e popularidade. As reuniões para debater temas socialistas eram proibidas, mas apesar disso os candidatos do partido continuavam elegíveis. O poder do SPD mais que dobrou entre 1887 e 1893 (de 10,1% para 23,3%) (HOBSBAWM, 2011, p. 208). Entre 1887 e 1890, a social-democracia duplicou os seus votos, levando 35 deputados para o *Reichstag* havia duplicado os seus votos, levando 35 deputados ao *Reichstag*. Com o crescimento da social-democracia no parlamento e o afastamento de Bismarck do governo em 1890, as leis antisocialistas são revogadas, permitindo a existência de reuniões de temática socialistas abertas ao grande público.

Entre os frequentadores dessas reuniões, estava o jovem Friedrich Kniestedt, que, enquanto trabalhava como fabricante de escovas e pincéis em Magdeburg, ingressou em uma associação de educação vinculada à social-democracia, o que resultou na sua filiação ao partido social-democrata da Alemanha (SPD) (KNIESTEDT, 1989 [1934], p. 10). A partir daí, o futuro anarquista inicia uma história de colaborações e atritos com a social-democracia alemã. É notável que a leitura das suas memórias enfoca muito mais os pontos conflitantes, mas nesse ponto devemos lembrar que a produção desse material aconteceu muito anos mais tarde, quando Frederico já era um velho anarquista situado em Porto Alegre.

Dessa forma, o militante aqui se enquadra no que Pierre Bourdieu chama de “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2006) na medida em que constrói uma narrativa na qual a sua adesão ao anarquismo é vista como inevitável. Nesse sentido, a “ilusão biográfica”, como diria Bourdieu, consiste em recordar os acontecimentos para construir uma identidade coesa de si, quando na realidade os acontecimentos são frutos das condições de possibilidade do momento. É preciso lembrar que essas memórias foram escritas na década de 1930, quando o velho Kniestedt estava consolidado em Porto Alegre e

procurava difundir os seus ideais anarquistas na população trabalhadora que lia em alemão.

De acordo com suas memórias, o ponto mais crítico dessa tensa relação foi quando o jovem Friedrich Kniestedt, após discursar em uma reunião aberta na cidade de Neuruppin sobre o tema Escravidão na antiguidade e na era moderna, foi intimado pela justiça alemã. No discurso em questão, ele estabeleceu comparações entre a escravidão na antiguidade e na era moderna e chegara à conclusão de que a vida dos “escravos modernos⁷” só era mais moderna, “mas justamente por isso também era oprimida de forma mais sistemática, mais brutal, menos escrupulosa, sendo por isso bem mais miserável do que na antiguidade” (KNIESTEDT, 1989 [1934], p.23).

Ao revisitar esses acontecimentos nas suas memórias escritas, o velho Kniestedt demonstra certo narcisismo uma vez que, constantemente, comenta que seus discursos eram seguidos de aplausos e apoio popular. Esse estudo não foi capaz de determinar o grau preciso de apoio que ele recebia em território alemão, mas é difícil acreditar que as autoridades iriam perder tempo com alguém considerado politicamente inofensivo. De qualquer maneira, nesses trechos das suas memórias o leitor é apresentado ao surgimento de um grande porta-voz dos trabalhadores. Como veremos mais adiante, essa autorrepresentação de Kniestedt sustentava-se, ao longo da sua trajetória, pela ocupação cargos na direção de entidades com caráter classista, tanto no Brasil como na Alemanha.

Após a intimação judicial, Frederico estava convicto de que a direção partidária providenciaria um advogado defensor e, com isso em mente, despediu-se da sua mulher e amigos para comparecer ao tribunal em Neuruppin. No entanto, um advogado para sua defesa só foi acionado três horas antes do horário da audiência. Indignado com o que entendeu como uma sabotagem, Frederico recusou qualquer defesa e enfrentou a justiça sozinho. O resultado foi uma pena de 9 meses e uma semana, com prisão imediata. Frederico, que esperava três meses de prisão e certamente não previa a prisão imediata, não teve nem a possibilidade de avisar sua família, uma vez que foi prontamente encaminhado à instituição prisional de Wittenberge. Esse evento foi definitivo para o seu rompimento com o partido social-democrata da Alemanha.

⁷ Aqui Kniestedt utiliza o termo escravos modernos como uma metáfora para denunciar as condições de vida dos trabalhadores assalariados no capitalismo.

No entanto, Frederico ainda permaneceria oficialmente vinculado ao partido por algum tempo. Nas suas memórias, escreveu que, apesar de internamente ressentido com os social-democratas, permaneceu no SPD pela necessidade de um “campo de ação” (KNIESTEDT, 1989 [1934], p. 24). O historiador Eric Hobsbawm afirma que, ao contrário do impressionante crescimento do SPD, o anarquismo era invariavelmente fraco em termos de apoio social. O próprio Kniestedt fala que “Até 1900/1902 não se podia falar de um movimento anarquista na Alemanha. Havia um ou outro grupo, alguns também editaram temporariamente algum jornal, mas tudo o que acontecia não tinha nenhuma ligação entre si” (KNIESTEDT, 1989 [1935], p. 46). Por outro lado, o historiador Gabriel Elun (2011) defende que, apesar do tamanho modesto do anarquismo organizado, a retórica revolucionária continuava potente para um número significativo de trabalhadores, incluindo aqueles que mantinham lealdade com o SPD. Nomes de socialistas, comunistas e anarquistas, em geral dissidentes do partido social-democrata, como Johann Most (1846-1906), Rosa de Luxemburgo (1871 – 1919), Karl Liebknecht (1871 – 1919), entre outros, gozavam de popularidade entre os trabalhadores de idioma alemão, apesar de nem sempre constituírem movimentos organizados com números relevantes de membros.

Como coloca Hobsbawm (2015, p. 85) em seus ensaios sobre os grupos revolucionários, é comum que as distinções doutrinárias, ideológicas e programáticas tenham muito mais importância aos porta-vozes do movimento operário do que para a grande maioria dos trabalhadores. Assim, a aparente contradição entre colaboração com o partido social-democrata e simpatia por uma atitude revolucionária não era percebido necessariamente como uma contradição pelo trabalhador. O que a trajetória de Kniestedt pode nos demonstrar é que, na medida em que ele se constitui como uma liderança, um porta-voz, essas diferenças ganham maior importância até chegar no ponto do rompimento definitivo. Além disso, podemos levantar a hipótese de que, apesar do anarquismo não ter se materializado em movimentos de massa como aconteceu com a social-democracia, o discurso revolucionário não deixava de ser significativo para os trabalhadores. Mesmo quando a desconfiança em relação às possibilidades concretas de superação da sociedade burguesa falaram mais alto, era o ideal de uma nova sociedade que alimentava as esperanças de um futuro melhor na classe trabalhadora.

A historiadora Edilene Toledo aponta que, os termos “anarquista” e “anarquismo” eram costumeiramente utilizados pelos socialistas no debate político em tom pejorativo,

ou seja, para desqualificar a posição política dos seus adversários. Isso foi vivenciado por Kniestedt, que, após terminar o seu aprendizado como escoveiro na cidade de Köthen, se mudou para uma cidade maior, Magdeburg, em busca de trabalho. Na nova cidade, ele tornou-se membro da associação local de escoveiros. Em suas memórias, relata que “ia a todas as reuniões que podia. Devo ter estado tomado por uma verdadeira mania de reuniões naquela época” (KNIESTEDT, 1989 [1934] p. 9). Em um desses eventos, Kniestedt é contrariado ao debater com os social-democratas.

No final fui classificado como anarquista e convidado a deixar o local. Alguns dos presentes deixaram o local juntamente comigo. Creio que não preciso acentuar que nessa época ainda não era anarquista, mas sabia agora que uma pessoa que se empenha pelas vítimas da tirania é forçosamente um anarquista.

No dia seguinte fui despedido pelo meu patrão Albert Unger. Ele me disse que fora informado pela polícia de que eu era um anarquista (KNIESTEDT, 1989 [1934], p. 10).

Se havia a exclusão, porque permanecer vinculado ao SPD?

Fazer parte de um grande partido concedia algumas vantagens. Enquanto ficou na prisão, membros do partido ajudaram a sustentar Elisa Hedwig, companheira de Friedrich Kniestedt. Nas memórias dele, não fica claro se esse ato de solidariedade aconteceu por determinação da direção partidária ou surgiu de forma espontânea entre os colegas partidários. Além disso, membros do partido criaram uma comissão com o objetivo de ajudar Elisa Hedwig Augusta a administrar uma fabriqueta de escovas que o seu companheiro havia montado na pequena cidade de Aken. Em suas memórias, Frederico comenta que os negócios não foram bons na sua ausência.

Minha mulher sabia vender, mas não comprar. E aí ela fora ludibriada. [...] Meus credores não eram socialistas, mas a arte de dividir, normalmente atribuída aos socialistas, eles dominavam perfeitamente. Eles dividiram entre si e para mim e minha família não sobrou nada (KNIESTEDT, 1989 [1934], p. 25).

O afastamento do SPD também pode ser interpretado como uma opção pela atuação no movimento sindical em detrimento de movimentos puramente políticos. Essa escolha foi marcante na trajetória de Frederico Kniestedt que, internamente rompido com

o SPD, procurou se associar ao movimento sindical e não ao partido. Assim, em cada cidade por qual passava, Frederico procurava se associar à seção local da associação dos escoveiros. No começo do século XX, a família Kniestedt vende algumas propriedades que tinham na pequena cidade de Aken, inclusive a fabriqueta de escovas, e mudam-se para Dresden e, em seguida, para Lippstadt, onde ele ajuda a fundar uma associação dos sindicatos já existentes e uma associação de ensino. Mas eles não permaneceram em Lippstadt por muito tempo. Após uma rápida passagem na cidade vizinha de Lippspringe, a família Kniestedt viaja para Hannover em busca de emprego. Em Hannover, junta-se a um grupo de escoveiros e cria uma seção na associação dos trabalhadores da indústria madeireira. Como membro da comissão sindical e líder da oposição, tomou parte em todas as reuniões de acordo com suas memórias.

O fato de Frederico Kniestedt conseguir emprego com certa facilidade e ter tido alguma propriedade o diferencia do exemplo típico de operário. Adotando os termos do historiador Eric Hobsbawm (2015), ele corresponde à primeira geração de líderes operários, que estavam vinculados ao artesanato. Essa posição não impediu a existência de dificuldades econômicas. Frederico entrava em empregos com a mesma facilidade que saía deles. Por fim, também não se estabelece em Hannover e decide se mudar para a capital Berlim. A mudança ocorreu na primavera de 1905, quando Frederico despede-se de seus companheiros e, com sua esposa e 3 filhos, partem de Hannover. Era um dia chuvoso quando a família Kniestedt chegava na capital da Alemanha (KNIESTEDT, 1989 [1935], p. 39). Enquanto os filhos aguardavam na estação, Frederico e Elisa foram em busca de moradia, tendo a encontrado no norte da cidade. Os móveis só chegaram duas semanas depois. Apesar disso, Berlim era o que Frederico desejava há muito tempo: uma cidade grande e movimentada, onde não faltavam reuniões para debater as questões políticas que lhe eram caras.

Aqui tive a oportunidade de conhecer a maior parte da elite intelectual daquele tempo. Pessoas que com suas novas ideias abriram novos caminhos, outros que naufragaram e ainda outros que ficaram sozinhos com suas ideias [...] Se nos primeiros tempos eu era um ouvinte atencioso e silencioso, muito logo me transformei num dedicado debatedor. Cada vez mais aprendi a renegar qualquer filosofia burguesa, aprendi a combater a evolução burguesa, a ideologia democrática com todas as suas variantes e me decidi por uma visão de mundo anti-autoritária, pelo anarquismo comunista (KNIESTEDT, 1989 [1934], p. 39).

Os anos em Berlim, de fato, tiveram um papel importante na formação desse militante de tal forma que, posteriormente no Brasil, as atividades de Friedrich Kniestedt seriam diretamente inspiradas em grupos que ele conheceu em Berlim, como o *Der Freie Arbeiter*, do qual ele chegou a ser colaborador, e a Liga de Direitos Humanos. Costumeiramente esses movimentos eram indicados com o prenome `` *ortsgruppe* (em português, grupo local) Porto Alegre, o que deixa a impressão de que faziam parte de uma organização articulada internacionalmente. No entanto, nas fontes consultadas não há nenhuma indicação de que os grupos que Kniestedt fundou no Brasil tinham vínculo direto com os grupos alemães, ainda que o imigrante anarquista tenha mantido, ao longo de toda a vida, intensa comunicação via correspondência com os movimentos anarquistas do continente Europeu.

A passagem por Berlim também marcaria uma importante mudança na vida econômica de Frederico. Em 1906, ele assumiu a função de intermediador de empregos na associação local dos auxiliares do comércio. O militante escoveiro agora precisava trabalhar todos os dias em um escritório. Essa mudança de campo de atuação profissional significou que ele precisou renunciar o seu cargo na direção da associação de escoveiros, mas isso não diminuiu o seu envolvimento com o movimento organizado dos trabalhadores. Atuando na associação dos auxiliares do comércio, Kniestedt procurava transformá-la no sentido do auxílio mútuo. Além disso, foi nessa função que teve sua primeira experiência como editor de um jornal, o *Handelshilfarbeiter* (Auxiliar do Comércio), no qual ele trabalhou até sua primeira saída da Alemanha em 1908 (KNIESTEDT, 1989 [1934], p. 40).

Nesse novo contexto, o jovem Frederico abandona qualquer atividade partidária e passa a atuar somente dentro do movimento sindical. Em Berlim, buscou ampliar a associação dos auxiliares do comércio e, nas suas palavras, “criar uma base para a propagação das minhas ideias” (KNIESTEDT, 1989 [1934], p. 40). Participou também do jornal berlinense *Der Freie Arbeiter*, apesar de não ter se vinculado oficialmente a nenhum movimento anarquista enquanto esteve na capital alemã. Essa oposição à participação na política parlamentar foi o fundamento do seu afastamento oficial do partido social-democrático. A expulsão do partido ocorreu definitivamente nos primeiros anos da década de 1900. A leitura das suas memórias sugere que esse afastamento era inevitável, mas é preciso lembrar que esses textos foram escritos na década de 1930,

quando Friedrich Kniestedt, um anarquista convicto, tentava propagandear seu discurso sobre os acontecimentos.

Apesar do rompimento definitivo só ter acontecido anos depois, em suas memórias, Frederico escreve que em 1895 uma grande greve dos cervejeiros na região de Berlim o inspirou a defender que a luta econômica era superior à luta político-parlamentar. Contudo, enquanto foi possível, o jovem Friedrich Kniestedt tentou atuar dentro dos limites do SPD, buscando influenciar as pessoas com suas ideias antipolítica parlamentar, defesa da greve-geral e antimilitarismo. Esse conflito de ideias caracterizava o debate que na época dividia a esquerda alemã. O partido social-democrata enfatizava a necessidade de disciplina e paciência para demonstrar ao público alemão a sua natureza ordeira, ao passo que os seus dissidentes clamavam por ação direta e atitudes revolucionárias. A justificativa dessa ala mais radical era de que somente a ação direta poderia trazer a sociedade justa e livre da exploração, não as reformas via parlamento. Esse espírito revolucionário pode ser traduzido nesta famosa passagem do manifesto de Karl Marx e Friedrich Engels: “Proletário não tem nada a perder, além dos seus grilhões”.

Esse debate deságua em uma questão que talvez seja bastante atual para as esquerdas: como instaurar uma nova sociedade em uma época em que o colapso do sistema não parecia iminente?

De acordo com o social-democrata Karl Kautsky (1854 – 1938), ex-secretário de Friedrich Engels, o SPD poderia ser descrito da seguinte forma: “embora revolucionário, não faz revolução”. Em outras palavras, apesar do compromisso teórico com o marxismo, a social-democracia alemã havia se adaptado para operar dentro do quadro de referências do sistema político-econômico alemão, que a ideologia social-democrata julgava impossível derrubar e, ao participar de suas instituições, acabava por legitimar o jogo político estabelecido. Nesse contexto, foi essencial o congresso de Erfurt em 1891, cujo vigor perdurou até a primeira guerra. Estabelecendo objetivos revolucionários a longo prazo e objetivos reformistas no plano mais imediato, o resultado desse congresso foi destacar a crescente dicotomia entre os projetos de reforma e de revolução, no qual participaram militantes históricos da esquerda como Rosa de Luxemburgo.

Essa visão reformista teve como ideólogo Eduard Bernstein (1850-1932), cuja revisão da teoria marxista repercutiu no mundo socialista no final do século XIX e começo do XX. Para ele, o capitalismo não era mais o mesmo da época de Marx e, por

conta disso, a transformação socialista da sociedade não se concretiza em uma revolução, mas em um conjunto de reformas, cujo objetivo seria o eterno aperfeiçoamento da sociedade socialista. Nesse contexto, o inevitável colapso da sociedade capitalista, tal como profetizado por Marx, estava fora de alcance, e a social-democracia deveria assumir seu papel como um partido de massas pressionando por reformas sociais e democráticas.

De acordo com essa visão, o próprio alargamento das instituições democráticas tiraria do Estado o seu papel de mantenedor da classe dominante uma vez que se transformaria em um instrumento do interesse geral. Esse revisionismo foi extremamente influente nos movimentos que, embora declarassem aceitar o núcleo central do marxismo, procuravam associar na prática a democracia parlamentar com o socialismo. O reformismo de Bernstein e outras figuras importantes do SPD não havia caído do céu como muitas vezes leva a crer a crítica da ala radical do partido, representada por Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht. A primeira década do século XX foi um período de refluxo do movimento operário alemão, no qual a conjuntura econômica de relativa calma servia de justificativa para a crença no progresso contínuo (LOUREIRO, 2005, p. 39).

Por outro lado, crescia uma desilusão com a democracia parlamentar, enquanto possibilidade real de transformação das condições sociais, o que alimentava o debate entre os defensores da política oficial e os defensores da ação direta. Grande parte desse último grupo se associaria ao modelo do sindicalismo revolucionário. De acordo com o historiador Hobsbawm, entre 1905 e 1914, o típico revolucionário ocidental era “provavelmente uma espécie de sindicalista revolucionário que, paradoxalmente, rejeitava o marxismo como ideologia de partidos que faziam o uso dele como escusa para não tentar fazer a revolução” (2011, p. 215). Nesse mesmo trecho, Hobsbawm define o sindicalismo revolucionário como um “casamento entre revolucionários sociais extremados e a militância sindicalista descentralizada, associada em variáveis graus às ideias anarquistas” (2011, p. 215). Essa definição é aplicável ao jovem Friedrich Kniestedt, inclusive no que se refere à injusta rejeição para com o espírito de Marx, que sempre tinha a revolução comunista no horizonte.

Edilene Toledo, por outro lado, recusa essa associação simples entre anarquismo e sindicalismo revolucionário, situando esses últimos como uma convergência entre o socialismo e anarquismo na teoria socialista-revolucionária “convergiam ideias socialistas como a luta de classes, que os anarquistas recusaram como base de sua

doutrina, e ideias anarquistas, como a destruição do Estado” (TOLEDO, 2004, p. 31) A autora define o sindicalismo revolucionário como uma tentativa de

coniliar a luta para obter vantagens a curto prazo no quadro do sistema existente, com uma perspectiva de longo prazo de derrubar o capitalismo e instaurar um sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, geridos pelos próprios trabalhadores por meio dos sindicatos (TOLEDO, 2004, p. 30).

Adotando esses conceitos de Toledo, acredito que Frederico Kniestedt, junto de grande parte do movimento anarquista, foi na maior parte do tempo muito mais sindicalista revolucionário do que anarquista, e também mais sindicalista do que revolucionário. A visão de mundo anarquista, de uma sociedade sem governo, certamente servia de inspiração, mas raramente estava no horizonte de expectativa concreto desses sujeitos. Enquanto isso, a atuação dos anarquistas visava, no geral, organizar a classe trabalhadora no sentido da ação direta e luta econômica, o que os colocava como adversários da social-democracia, cujo objetivo era disputar o poder politicamente pela via eleitoral.

A política democrática nos estados europeus da época, como comentado na seção anterior, foi implementada com uma série de limitações, principalmente no caso da Alemanha. Em grande parte, essas claras limitações serviam de argumento para os opositores da social-democracia que defendiam que somente a ação revolucionária poderia trazer uma mudança real para a sociedade e, dessa forma, acabar com a exploração. Esse era o espírito dos grupos dissidentes do SPD, sejam os identificados com o anarquismo, socialismo revolucionário ou comunismo. Esse conflito de visões acompanhou a trajetória de Frederico Kniestedt mesmo quando ele se estabeleceu como uma liderança operária em solo brasileiro, onde naturalmente a política democrática tinha uma trajetória e contornos diferenciados.

1.4 Um guarda-chuva, um chapéu e a fuga para o Brasil: anarquismo e a identidade nacional alemã

O período de 1908, data no qual Friedrich Kniestedt deixou a Alemanha pela primeira vez, até 1917, quando se estabelece, em definitivo, no Brasil, foi de grande transumância. Na sessão anterior, comentei como Kniestedt chegou até Berlim e lá entrou em contato com o movimento anarquista, o que foi fundamental na sua formação política. Uma vez que o governo alemão interpretava o anarquismo como uma conclamação à desobediência das leis, Frederico voltava a ter problemas com a justiça na medida em que expunha suas ideias ao público.

De acordo com suas memórias, o principal tema que incomodava as autoridades alemãs era o antimilitarismo. Inspirado no anarquismo tolstoiano⁸, Kniestedt posicionava-se de forma extremamente crítica ao militarismo prussiano que, como vimos na primeira parte deste capítulo, foi fundamental na formação da Alemanha enquanto território politicamente unificado. Importante ressaltar que essas memórias foram escritas na década de 1930, ou seja, no “calor do momento”, quando a Alemanha de Hitler dava indícios de que poderia começar uma guerra em território europeu. Dessa forma, o momento no qual o velho Kniestedt vivia facilitava e também legitimava que ele utilizasse da sua trajetória para denunciar o militarismo alemão e se colocasse em defesa da paz. A leitura das suas memórias nos faz visualizar um jovem anarquista que, por conta das suas críticas públicas ao militarismo do estado, enfrentava a repressão do governo da Alemanha. A gota d’água foi quando, aos 34 anos, foi preso em plena lua de mel. A polícia descobriu o seu endereço através dos editais de casamento. Trancafiaram-no na cadeia por sete meses. Após esse período, a família Kniestedt embarca rumo a Paris (DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942). Não tinham planos de voltar, mas como veremos, a realidade será um pouco diferente.

Frederico é o primeiro a chegar à cidade das luzes. Com ele, levou apenas 47 francos e um francês sofrível. Consegue trabalho em uma fábrica de escovas e pincéis. A mulher e os filhos só chegariam depois. Em território francês, desenvolveu uma crucial amizade com um garçom chamado Pierre Bonclé, que falava alemão e já havia trabalhado na Alemanha. Essa relação seria de grande utilizada para possibilitar a chegada da família Kniestedt na capital francesa uma vez que a esposa de Bonclé era proprietária de um quiosque.

⁸ Adepto do escritor e anarquista russo Liev Tolstói (1828 – 1910), cujo anarquismo baseava-se nos princípios do pacifismo.

Esta mulher – segundo Hitler uma inimiga mortal da minha mulher – não abdicou do direito de organizar uma moradia para a estranha. [...] Para minhas crianças, esta vida era nova, mas elas logo acostumaram e viveram melhor na terra do inimigo mortal do que na Alemanha. Em breve eles tinham um grupo de amigos para brincar e ir na escola; e aprender a língua do inimigo mortal foi uma brincadeira para elas (KNIESTEDT, 1989 [1935, p. 61).

Novamente aqui o “calor do momento” é explicitado no texto quando Kniestedt ironiza que sua esposa seria inimiga mortal de madame Bonclé. Através dessa expressão, o imigrante anarquista está ridicularizando o discurso revanchista e antifrancês da identidade nacional alemã construída pela Prússia e revisitada por Hitler. A guerra franco-prussiana e o expansionismo militar foram elementos fundamentais que tanto prussianos quanto nazistas mobilizaram para engendrar um sentimento de união do povo alemão contra um “inimigo externo”.

Por conta das suas convicções políticas, Frederico rejeitava essa identidade nacional. No entanto, ele não renunciava uma identidade como “alemão”, embora ela se expressasse em termos mais étnicos do que nacionais. É importante perceber que já existiam grupos de refugiados revolucionários alemães na cidade desde o século XIX, abrindo a possibilidade de uma inserção nesse ambiente. Enquanto esteve em Paris, participou de um grupo de exilados de fala alemã chamado de *Freiheitlicher Diskussionklub Paris* (clube livre de discussões de Paris), através do qual conheceu pessoalmente Rosa de Luxemburgo (KNIESTEDT, 1989 [1935]. p. 61), uma importante militante dissidente do SPD. Nesse grupo, dedicava-se à propaganda contra o militarismo, que ele entendia ser muito mais bem recebido na França do que na Alemanha.

O seu tempo em território francês, no entanto, foi curto. A família Kniestedt foi seduzida a imigrar para o Brasil após conhecerem um alfaiate de origem austríaca chamado de *Gartengruber* que passava por Paris. Esse alfaiate estava a caminho do Brasil com o objetivo de criar uma “colônia livre” no interior do estado do Paraná, baseada nos princípios do comunismo e vegetarianismo. Em alguns aspectos, esse experimento assemelha-se com a Colônia Cecília descrita por Zélia Gattai em “Anarquistas, Graças a Deus” (2009). Anos mais tarde, em uma entrevista concedida ao jornal carioca *Diretrizes* no ano de 1942, Frederico disse que o Paraná era o “palco onde os europeus ensaiavam seus sonhos”. Na época em que moravam na capital francesa, a ideia foi capaz de

convencer a família Kniestedt, que, a partir de janeiro de 1909, começou a preparar a sua emigração para o Brasil e, em 3 de junho de 1909, embarcam no navio *Rienland* em direção ao Rio de Janeiro.

O principal motivo que estimulou o fluxo migratório dos europeus no período que vai do final do século XIX e começo do século XX foi o fator econômico. Ao contrário de Kniestedt, a maioria desses imigrantes provinha do campo e não tinha qualquer experiência prévia de engajamento político (BATALHA, 2003). A própria opção pela emigração pode ser um indicativo da falta de esperança de mudança política através do movimento operário. Para Frederico, a imigração ao Brasil, ao menos nesse primeiro momento, tinha esse sentido de buscar uma vida “simples” e em proximidade com a natureza, inspirado no anarquismo defendido pelo escritor russo Lev Nikolayevich Tolstoi, do qual o imigrante se assumia como adepto. Além disso, em suas memórias, Kniestedt escreve que essa fuga da Europa também estava motivada por uma visão negativa sobre a humanidade.

O que me influenciou na época foi o fato de que eu perderei a confiança na humanidade, eu queria desligar-me, não queria mais nada com a massa, com a besta-homem. A descoberta das traições do ditador dos social-revolucionários russos teve uma forte influência sobre mim, que participara de diversos encontros. Comecei a ficar desconfiado (KNIESTEDT, 1989 [1935], p. 66).

Não fica muito claro qual evento ele se refere ao citar a traição do “ditador dos social-revolucionários russos” para justificar a sua postura megalomaniaca de decepção para com a humanidade. Na época dos eventos, a Rússia era governada pela família Romanov e a Revolução Russa de 1917 estava a alguns anos de distância. Talvez algum evento ocorrido durante a Revolução Russa de 1905. O mais provável é que Frederico tenha misturado os eventos em sua memória, uma vez que, após a revolução, a direção que a União Soviética tomou foi interpretada como uma traição pelos grupos anarquistas.

As precárias condições de trabalho na Europa e as promessas de ascensão social e posse de terras no chamado “Novo Mundo” foram os principais fatores de atração que levaram a inúmeros europeus a atravessarem o oceano atlântico. O que mobilizou a maioria dos imigrantes europeus, ao menos no primeiro momento, não era uma identidade de classe, mas a perspectiva predominante de “fazer a América”, isto é, enriquecer e voltar

ao país de origem (FAUSTO, 2000). As próprias memórias de Frederico Kniestedt ressaltam como essa visão era forte entre os migrantes.

Havia uma dúzia de bestas que não queriam outra coisa do que chegar em Minas Gerais e sair à procura de ouro e dos metais que se encontravam espalhados no mato em meio aos animais selvagens; estes estavam com uma pressa terrível, para eles o navio andava muito devagar, pois eles já tinham feito os cálculos sobre o dia em que retornariam à Alemanha com suas riquezas (KNIESTEDT, 1989 [1935], p. 67).

Nesse trecho, podemos perceber que, além da motivação econômica, somava-se uma visão mística das terras brasileiras. A filósofa Marilena Chauí (2000) argumenta que na Europa havia se criado uma visão do Brasil vinculada a natureza e a inocência do “bom selvagem”. Essa imagem de um país-jardim e de uma sociedade sem violência mascarava a realidade brasileira marcada pelo autoritarismo.

Após alguns dias de viagem, o navio *Rienland* finalmente desembarca na Ilha das Flores no Rio de Janeiro. O primeiro contato daqueles imigrantes com o país que os recebia foi de surpresa, mas também de decepção. Isso aconteceu porque esse grupo de viajantes acaba percebendo que boa parte das suas concepções sobre o país para o qual migraram estavam equivocadas.

A louvada terra do Brasil havia sido alcançada, e mesmo que não voassem por aí as pombas assadas, havia comida em abundância sem trabalhar [...] apesar disso uma boa parte das pessoas estava decepcionada. Mesmo que esta ilha com suas palmeiras constituísse algo como um prelúdio – onde estava a floresta, onde estavam os macacos? Havia no Rio – e isto podia observar-se muito bem da nossa ilha – casas, casas modernas e também bondes. Isto contrariava as ideias que se tinham formado em torno deste novo mundo que se pretendia conquistar (KNIESTEDT, 1989 [1935], p. 68).

O tom de decepção reaparece quando Kniestedt, após longa jornada, finalmente chega na “colônia livre”, da qual ouvira falar em Paris. Nesta localidade encontrou apenas os restos deste assentamento, fixando-se no meio da floresta. Afastado do fator corruptor da humanidade, a família Kniestedt passa a viver cultivando a terra.

O plano de colonização estava claramente delimitado: comunismo, vegetarianismo, comida não cozida, nudismo e, o que é natural, volta à natureza. Mas este plano não deu em nada. Quando nós, o segundo grupo, composto de seis homens, três mulheres e seis crianças, chegamos ao Brasil, a metade dos pioneiros – entre eles os profetas do nudismo – tinham deixado a colônia “Futuro” [...] A comida era de vegetarianos, mas era abundante e tinha gosto bom (KNIESTEDT, 1989 [1935], p. 75).

A família Kniestedt se estabelecerá nessa colônia por algum tempo, o que rendeu uma série de aventuras em meio a natureza que não nos cabe comentar aqui, mas que o leitor pode entrar em contato através das memórias de Friedrich Kniestedt organizadas e traduzidas por René Gertz. De acordo com as mesmas, a saída dessa colônia só aconteceu anos mais tarde, quando o local seria palco de uma disputa por territórios que ficavam no interior do Paraná e Santa Catarina: “Durante a revolução do Contestado, as terras disputadas eram precisamente aquelas que nós ocupávamos. Por isso, resolvi seguir para São Paulo” (DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942). Naquela época, o governo planejava ligar São Paulo ao Rio Grande do Sul por uma ferrovia, cujo projeto de construção ficou com a empresa *Brazil Railway Company*. O empreendimento, no entanto, enfrenta a revolta de uma comunidade local, que foi prejudicada pela ferrovia uma vez que residia na faixa de terras que foi desapropriada para a construção.

Novamente aqui as memórias de Kniestedt não são muito confiáveis, pois no texto ele informa que a mudança aconteceu no ano de 1911 e a guerra do Contestado só se iniciou no ano posterior, isto é, 1912. É possível que as datas indicadas por Kniestedt não sejam muito precisas ou que o clima anterior ao conflito de Contestado tenha sido suficiente para motivar uma fuga daquelas terras. Seja qual for a situação, a consequência foi que a família Kniestedt mudou-se para o estado de São Paulo, onde Frederico arranhou trabalho em uma plantação de café. A experiência nesse setor é revisitada em um tom extremamente negativo.

Fui trabalhar numa fazenda de café, não tanto por necessidade, mas para conhecer as condições desses trabalhadores. Fiz um contrato que me colocou na posição de legítimo ‘escravo do café’. Já então eu era pai de três filhos. Plantei, no município de Ribeirão Preto, duzentos alqueires de café. [...]. Depois da colheita, eu disse ao inspetor: não preciso trabalhar mais. Vou embora. O homem virou fera. Disse que eu devia à

fazenda 300\$000. Só havia ganho 100\$000. Portanto, precisava trabalhar para pegar o resto (DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942).

É importante destacar que a utilização do termo “escravo do café” pode indicar uma visão elitista de Kniestedt que, talvez pela sua formação como artesão, não percebia o trabalho “duro” nas plantações de café com o mesmo status que o trabalho no artesanato fabril. Por outro lado, é também preciso considerar que Kniestedt realiza essa escolha de palavra em tom de denúncia das condições de trabalho naquele contexto. As próprias definições do que era considerado “trabalhador” estavam em disputa uma vez que é durante a primeira república que o movimento operário, do qual Kniestedt participou, buscava criar uma identidade positiva para o trabalhador, vinculado com o comprometimento e dignidade (GOMES, 2005).

Desistindo de residir no Brasil, Frederico compra passagens de navio para sua família, desde o porto de Santos até a cidade de Hamburgo, na Alemanha. O custo foi de 200\$000 réis. Mais tarde, ele embarcou para o mesmo destino, mas dessa vez foi-lhe cobrado o dobro. Por fim, a solução foi trabalhar como taifeiro no navio ao longo da viagem para conseguir custear os custos da sua passagem. Chegando no seu país natal, a família Kniestedt se depara com o clima anterior à primeira guerra mundial. Se antes o discurso anti-militarista já era respondido com repressão pelas autoridades, agora esse cenário só parece piorar. Por conta disso, dos 23 meses que Friedrich Kniestedt passou no seu retorno à Alemanha, 10 deles foram na prisão.

Não gostei de voltar à Alemanha acima de tudo [über alles]. Eu sabia que eu, que sempre estive em pé de guerra com a mania de grandeza e a disciplina férrea dos meus queridos compatriotas alemães, arrumaria encrenca em pouco tempo – e assim foi. [...] O povo alemão estava disposto a tudo, que podia ser usado para tudo, menos para sua libertação (KNIESTEDT, 1989 [1936], p. 86).

Aqui a visão negativa sobre a humanidade em geral cede espaço para uma visão negativa sobre o povo alemão que, segundo Kniestedt, estaria infectado pela tradição de obediência cega prussiana. Essa percepção, contudo, não era vista como um traço cultural inerente da “cultura alemã”, mas uma condição da situação histórica na qual essa população estava inserida. Sob um ponto de vista identitário, Frederico Kniestedt buscava

ser um porta-voz de uma outra germanidade, afastada do que ele denominou de “prussianismo”, isto é, uma identidade nacional, construída pelo Império Alemão, cujas bases eram a disciplina, o militarismo e o expansionismo territorial. Veremos no último capítulo que a ascensão do nazismo vai ser interpretada por Kniestedt como a continuação desse espírito autoritário e violento. Neste sentido, o jornal *Aktion*, no qual Kniestedt publicava suas memórias, apresentava aos seus leitores textos que retratavam a propaganda nazista como a infiltração de elementos externos que estariam causando conflitos e desunião (AKTION, Porto Alegre, 18 de maio de 1933, tradução nossa).

Sobre isso, é importante destacar a posição do maior movimento de massa alemão da época. Em 1913, SPD era o maior partido da Alemanha com espírito burocrático representado na figura de Friedrich Ebert (1871 – 1925) com um total de 110 deputados de 397 cadeiras. Tinha cerca de um milhão de filiados, dezenas de jornais, associações esportivas e culturais, além das maiores centrais sindicais do país (LOUREIRO, p. 36). Apesar disso, tinha pouco peso político dado o sistema da Alemanha. A posição do partido em relação ao militarismo foi de rejeição. Porém, na medida em que o partido buscava se afastar de uma imagem vinculado ao antipatriotismo, o SPD desloca-se para a aceitação do militarismo e, em seguida, aprovação do mesmo. Enquanto que a esquerda radical alemã, entendia que a guerra representava o colapso da civilização burguesa e, por conta disso, indicava momento ideal para o proletariado conquistar o poder central, o SPD se acomodava as regras do jogo estabelecido pelo governo alemão, cujo crescente militarismo se apresentaria ao mundo na Primeira Guerra Mundial.

No começo da década de 1910, o cheiro de pólvora impregnava o ar da Europa. Esse clima anterior à Primeira Guerra Mundial favoreceu a decisão da família Kniestedt de retornar ao Brasil. Curiosamente, Frederico escreve essas memórias no momento em que o mundo vive as prévias da Segunda Guerra Mundial. Segundo suas palavras, o desejo de voltar é atribuído especialmente à Elisa Hedwig Augusta, que afirmava que os brasileiros - “sobretudo as do mato” - seriam pessoas muito melhores do que os alemães (KNIESTEDT, 1989 [1936], p. 87). Assim, a família entraria em contato com associações de emigrantes na cidade de Berlim, em especial com a Sociedade Colonizadora Sul-Brasileira. Nas memórias de Frederico, podemos encontrar um episódio, no qual, em uma reunião dessa sociedade, o orador oficial teria feito algumas colocações que idealizaram o Brasil. Como era de se esperar, o espírito reativo do militante anarquista não permitia que o público presente na reunião voltasse para casa sem ouvir as suas palavras.

O senhor só apresentava o Brasil dos ricos e esquecia o dos pobres colonos, dos imigrantes ou até dos habitantes do mato. [...] Tomei a palavra e nem discurso de uma hora e meia, muitas vezes interrompido por aplausos, descrevi para os presentes um quadro verdadeiro do Brasil, mas também da Alemanha, com seu militarismo e etc. O Brasil não se saiu mal nas minhas explanações, simplesmente o descrevi como ele é. Nenhum país das maravilhas, mas um país de futuro, um país no qual então ainda vigorava certa liberdade e no qual a obediência sepulcral alemã ainda era uma doença rara (KNIESTEDT, 1989 [1936], p. 93).

Nesse caso, a comparação entre o Brasil e Alemanha servia para reforçar a visão negativa de Kniestedt em relação ao povo alemão e sua rejeição à identidade nacional alemã prussiana. Essa postura crítica do anarquista colocava ele e sua família novamente em rota de colisão com as autoridades alemãs. Em sua segunda residência na Alemanha, Frederico não deixou de participar de reuniões de grupos anarquistas, muitas vezes como orador, em uma dessas ocasiões debatera com o revolucionário russo Leon Trotsky (1879 – 1940) sobre as condições dos trabalhadores na Alemanha e na Rússia (DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942). Como é de se esperar, esse tipo de atividade chamava a atenção das autoridades. De acordo com suas memórias, no dia 17 de abril de 1913, a Elisa aconselhou o seu marido a ficar em casa. Teimoso, foi trabalhar e, nesse mesmo dia, na saída do local de trabalho, às 18h, foi preso por dois policiais sob a acusação de conclamação à desobediência contra as leis.

Atrás das grades, Frederico novamente tomou a decisão de deixar a Alemanha e, dessa vez, foi em definitivo. Ele nunca mais voltaria ao seu país de origem. No entanto, veremos nos capítulos seguintes que ele não deixaria para trás as suas origens uma vez que mesmo em terras brasileiras procurou se aproximar da comunidade alemã, seja pelo idioma ou pela proximidade cultural. Os seus últimos dias no país em que nasceu foram marcados por uma curiosa estratégia de fuga.

A polícia de Berlim já me conhecia. Deixei, por isso, o meu guarda-chuva e o meu gorro no cabide, às vistas dos policiais. Eles montaram a guarda a esses objetivos. Sabiam que eu não sairia sem eles. Mas pela primeira vez na vida, resolvi me separar do meu velho guarda-chuva que sempre me acompanhou. Sai sem eles. Achei que chegava de tanta prisão (DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942).

Livre da prisão, restava a Frederico Kniestedt encontrar uma forma de comunicar a sua família sobre os seus planos. De acordo com suas memórias, escreveu para Hanover, pedindo a alguns amigos que telegrafassem para sua família, assinando em seu nome, e chamando-a para lá. Sua família embarcou e a polícia saiu no seu encalço. Mas a carta era uma mentira. Frederico havia embarcado na realidade para a saxônia, atravessando a fronteira em direção à Holanda. Com isso, os policiais ficaram rodando em Hanover, enquanto que os seus amigos instruíram a família Kniestedt para seguir para a Holanda. Frederico, Elisa e seus filhos se reencontraram em Amsterdam.

O próximo destino seria o Brasil.

CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA DE UMA LIDERANÇA OPERÁRIA

2.1 A Babel operária: a efervescente Porto Alegre multicultural do começo do Século XX

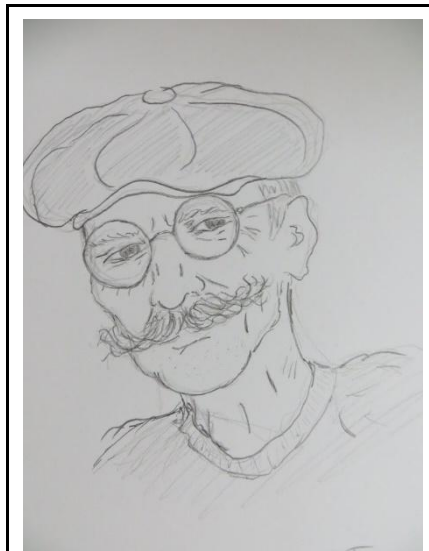


Imagem 1: Desenho de Frederico Kniestedt, Frederico Duarte Bartz

Fonte:

<<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1783333215030622&type=3>> acesso em 11/09/2021, 2018

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela ascensão mundial do movimento operário. Em quase todos os lugares do mundo, os trabalhadores se organizavam a partir das suas referências regionais e lutavam pela ampliação dos seus direitos e por uma sociedade mais justa. Segundo o historiador Cláudio Batalha (2003), durante muito tempo vigorou no Brasil a hipótese de que havia uma forte relação entre a maciça imigração europeia no Sul e Sudeste com o crescimento do movimento operário

e a difusão de ideologias de esquerda. Hoje em dia essa relação precisa ser relativizada seja pela valorização das revoltas e greves de escravos, pela luta dos libertos no pós-abolição, ou pelo reconhecimento das dificuldades objetivas e subjetivas da construção de uma identidade de classe entre os imigrantes.

Como comentado no capítulo anterior, a maioria desses imigrantes não tinham experiência prévia no movimento sindical e o seu principal objetivo era enriquecer trabalhando no campo. Além disso, os laços étnicos poderiam significar um obstáculo para o desenvolvimento de uma outra identidade coletiva, baseada na classe social. No entanto, se as dificuldades para a organização coletiva existiam entre os imigrantes, elas também existiam para os trabalhadores de uma forma geral. Estudos como o de Luigi Biondi (1998), Edilene Toledo (2004) e esse demonstram que não faltam exemplos de situações em que essas dificuldades foram derrotadas.

Com isso, voltamos à família Kniestedt, que havia fugido da Alemanha para o Brasil. Tal como na primeira tentativa de imigração, a opção foi se deslocar para o interior, longe dos grandes centros urbanos. Entre setembro de 1913 e abril de 1917, a família Kniestedt residia na colônia federal de Japó, localizada perto da cidade de Ponta Grossa no Paraná. Algumas histórias sobre esse período podem ser localizadas no livro de memórias traduzido e organizado por René Gertz (1989). Para os objetivos dessa pesquisa, o nosso enfoque se direciona para o ano de 1917, quando Frederico, influenciado pelas ondas de greves gerais naquele ano, resolveu voltar a participar da luta dos trabalhadores urbanos.

Para mim não havia como ficar na colônia, neste recanto calmo e harmonioso. Bastava de experimentos. Eu tinha vivenciado a possibilidade de que as pessoas sensatas podiam conviver sob o signo da ajuda mútua, sem Führer, sem opressão. Agora eu precisava sair novamente para participar da luta aberta (KNIESTEDT, 1989 [1936], p. 121).

Assim, Frederico e sua família fazem as malas e se deslocam para Ponta Grossa, com o objetivo de pegar um trem que os deixaria em Pelotas, cidade na qual Frederico conseguira um emprego como mestre em uma fábrica de escovas. Os planos de mudança, no entanto, foram interrompidos pela greve dos ferroviários que trabalhavam na linha São Paulo-Rio Grande. Em relação a esse evento, Frederico escreve as seguintes palavras.

Aqui fui testemunha de um ato heroico praticado por mulheres brasileiras. No quarto dia de minha estada em Ponta Grossa iria partir o primeiro trem, conduzido pelo fura-greves Krüger. Os grevistas haviam ocupado as vias de acesso. Quando o trem se pôs em movimento, umas 30 mulheres de ferroviários se atiraram aos gritos sobre os trilhos. O herói Krüger perdeu a coragem e abandonou a máquina (KNIESTEDT, 1989 [1936, p. 121).

Dois dias depois desse acontecimento, o governo do Paraná pressionou a administração da ferrovia para atender às exigências dos grevistas. Com isso, a greve terminou e Frederico seguiu viagem impressionado com a capacidade de organização coletiva dos trabalhadores. No dia 15 de abril, junto de sua família, chega em Pelotas para assumir o cargo de mestre na fábrica de escovas.

Não demorou muito para Frederico perceber que não se adaptaria ao cargo de mestre. Segundo suas memórias escritas, o seu contratante tinha a intenção de torná-lo um “guarda de presídio” (KNIESTEDT, 1989 [1936], p. 122). Como veremos adiante, essa não será a primeira vez que a ideologia anarquista de Kniestedt e seu compromisso com a luta do operariado seriam um impedimento para assumir um cargo profissional, principalmente de chefia. Somava-se a isso, o fato de que, junto de Kniestedt, a onda de greve também chegava na cidade de Pelotas.

Assim, a família Kniestedt não consegue se estabelecer na “Princesa do Sul” e decidem tentar a vida na capital gaúcha. Em agosto de 1917, Frederico vai de barco a vapor para Porto Alegre. Ele rapidamente consegue um trabalho e volta para Pelotas para buscar sua família. Em 18 de agosto, todos desembarcam no cais do porto.

Deixamos as crianças e a bagagem no porto e fomos procurar uma moradia. Na Rua Visconde do Rio Branco encontramos nosso primeiro lar. O ocupamos ainda no mesmo dia. Dois dias depois comecei a trabalhar como pinceleiro, com um salário inicial de 8\$000 (KNIESTEDT, 1989 [1936], p. 123).

Não se sabe o que passou pela cabeça de Friedrich Kniestedt. Talvez para um homem de 44 anos que já havia morado em tantos lugares e países diferentes aquele momento representava mais uma entre suas inúmeras migrações. Todavia, após esse grande período de transumância, seria em Porto Alegre que Kniestedt se fixaria até o final de sua vida.

Mas porque a escolha da capital gaúcha?

Quando ele chegou em Porto Alegre, encontrou uma cidade com um movimento operário consolidado, que já havia passado por momentos formadores importantes e já possuía liderança notáveis em diversas frentes. É importante destacar que trabalhadores e trabalhadoras sempre se organizaram de uma forma ou de outra. É no período imperial, entretanto, que as mobilizações populares começaram a ter um caráter de classe. Antônio Luigi Negro e Flávio dos Santos Gomes (2013) apontaram para a existência de paralisações feitas por escravos ao longo do século XIX. Um exemplo disso é o estudo de João José Reis sobre a greve dos escravos na Bahia em 1857 (1993). Assim, o surgimento de movimentos que congregasse as pessoas a partir da identidade de classe podem ser localizados na metade do século XIX. No final desse século, desenvolvia-se um clima de efervescência política por função da atuação de movimentos como o abolicionista, que lutava pela abolição da escravatura; o movimento republicano que lutava contra a monarquia e para ampliar os direitos de parcela da população.

Em 13 de maio de 1888, é assinada a Abolição da escravatura, que decretava a libertação de todos os escravos no Brasil. Segundo Ângela de Castro Gomes (2002), no entanto, a importância da abolição não está no número de escravos que libertou, uma vez que o número de escravos já era reduzido no ano de 1888. A importância da Abolição está no seu papel de marcar o fim de uma experiência de quase quatro séculos, durante a qual a maioria da população brasileira era definida pela ausência de qualquer tipo de direito.

A partir do processo de abolição da escravatura e da Proclamação da República, ocorrido no ano seguinte, desenvolve-se no país um ambiente político no qual o princípio da equidade política de que todas as pessoas são iguais perante a lei pode se estabelecer. Sem dúvida, estamos tratando de um formalismo uma vez que não faltam estudos indicando a continuidade da desigualdade, discriminação e trabalho escravo até os dias de hoje. No entanto, a afirmação da total igualdade jurídica dos homens perante a lei foi importante para fortalecer os grupos que lutavam pelos direitos sociais e marcou um ponto de inflexão na história da cidadania brasileira. Entre esses movimentos, destacava-se o movimento operário, que crescia junto do crescimento populacional urbano do país. Assim, surge na sociedade brasileira, a figura do trabalhador brasileiro e a missão de superar a herança da escravidão através da criação de uma imagem positiva do trabalhador.

Essa grande diversidade demonstra como esse foi um período estratégico para a formação de atores políticos no Brasil, entre os quais estavam os trabalhadores e o empresariado. Ela indica também como foi difícil construir propostas de identidade que produzissem o reconhecimento dos trabalhadores por eles mesmos e, ao mesmo tempo, por outros atores, como os patrões, o governo etc. Nesse processo, foi preciso descobrir valores, inventar palavras, símbolos e formas de organização capazes de criar, no país, uma nova tradição de respeito ao trabalhador, agora um cidadão e não mais um escravo (GOMES, 2002, p. 16).

Ao mesmo tempo, em Porto Alegre houve um crescimento populacional que acompanhou um desenvolvimento econômico da cidade no comércio e na nascente industrialização. Na primeira metade do século XX, a capital gaúcha viveu um acelerado processo de expansão demográfica, associado originalmente aos bairros São João e Navegantes, tendo depois se ampliado para toda a zona norte da cidade. Segundo o historiador Alexandre Fortes (2004), até meados do século XIX, a área urbana de Porto Alegre poderia ser resumida ao pequeno núcleo da península que hoje é o centro histórico da cidade. Fora dessa região central, estendia-se uma vasta área rural com pequenos núcleos de habitação. Na época, a economia de Porto Alegre concentrava-se no porto fluvial e nas funções político-administrativas, associadas à sua condição de capital.

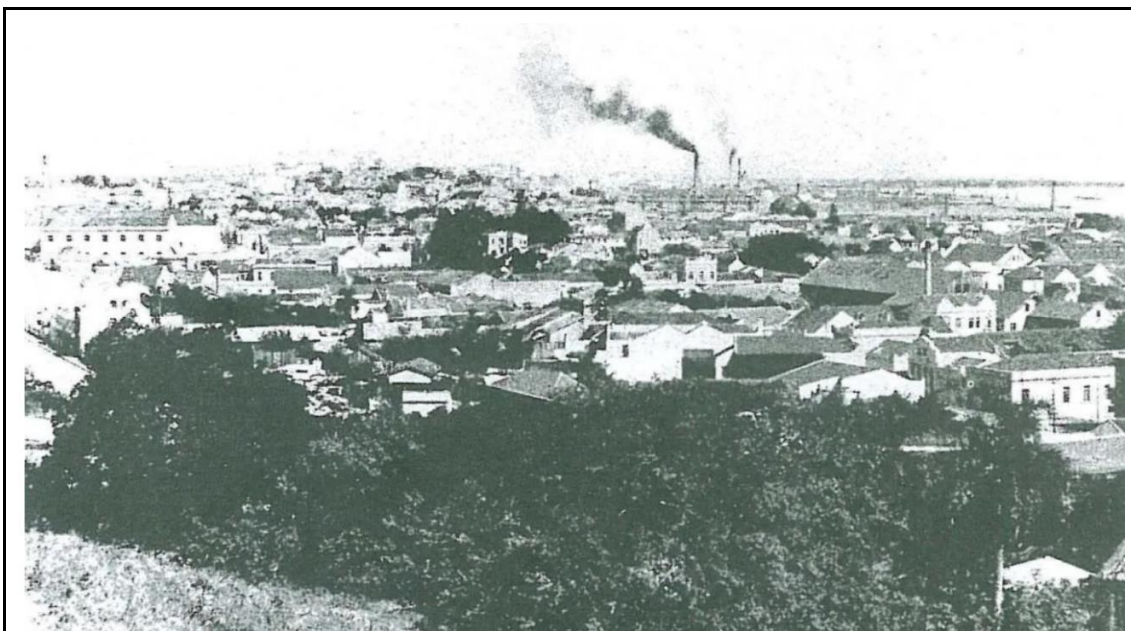


Imagem 2: Panorama dos arrabaldes Floresta e Navegantes em 1920.

Esse cenário passaria a mudar a partir da instalação de fábricas. Nas primeiras décadas do século XX, as principais fábricas da cidade encontravam-se ao longo da Avenida Voluntários da Pátria, na época denominada de Caminho Novo, que partia da região central em direção ao interior, e na região do arrabalde Floresta. Em seguida, a industrialização avançou para o arrabalde Navegantes e a região norte da cidade, hoje conhecida como Quarto Distrito. Com o crescimento da oferta de empregos, um grande fluxo migratório, tanto internacional quanto do interior do estado, é atraído para essa região. Segundo Fortes, destacavam-se os grupos alemães, italianos e cidadãos vindos dos mais variados países do Leste europeu.

Estabelecendo moradia próxima às fábricas, abrindo ruas e loteando antigas chácaras, a fixação desses migrantes levou à integração, na paisagem urbana de Porto Alegre, de um **bairro operário multiétnico**: o Navegantes-São João, que logo viria a ser administrativamente definido como o núcleo do Quarto Distrito da cidade (FORTES, 2004, p.39, grifos meus).

Dado esse contexto multiétnico, multicultural e multilinguístico, de que forma se estabeleceram identidades baseadas na solidariedade de classe? No caso de grupos étnicos cujos membros ocupavam diferentes posições na estrutura de produção da sociedade brasileira, não seriam os laços étnicos um obstáculo para a emergência de uma identidade de classe com caráter de resistência?

A primeira organização vinculada à uma identidade classe na cidade seria o Clube Artístico Portoalegrense de 1887 (LONER, 2010, p. 10). Nesse caso, o objetivo era organizar as pessoas a partir da identidade de “artista”. Naquele tempo, o artista era o sujeito que trabalhava. O fazer artístico estava vinculado ao trabalho. Esse estava aberto a vários sujeitos, desde os ouvires, o tipógrafo e gravuristas. Isso começa a conformar uma identidade de classe. Outra organização importante que surge é a Sociedade Beneficente União Operária em 1888 (LONER, 2010, p.10), que, baseando-se no mutualismo, buscava prestar auxílio aos seus sócios quando o Estado era muito pouco presente. Em 1889, surge a Liga Agrícola Industrial (LONER, 2010, p.11), que era um braço político da Sociedade Beneficente União Operária. Além disso, haviam os

socialdemocratas de língua alemã, organizados na *Allgemeiner* e com um núcleo sindical na União Metalúrgica, que representaram uma das vanguardas do movimento sindical em Porto Alegre (BARTZ, 2021). Essas organizações, no entanto, não eram compostas somente de trabalhadores manuais, pois havia também pequenos artesãos e até pequenos empresários.

A partir da proclamação da República em novembro de 1889, inicia-se um período bastante conturbado. O partido republicano passa a ser o mais importante na cidade de Porto Alegre e a Sociedade Beneficente e a Liga Agrícola Industrial passam a ter como função intermediar o diálogo entre os trabalhadores e o governo estadual. Por conta disso, a Liga Agrícola Industrial (LAI) acabou submergindo nas rivalidades internas do partido republicano (LONER, 2010, p. 13). Surgiram dois grupos: uma parte mais vinculada aos ideais positivistas, liderada por Júlio de Castilhos; e o grupo mais vinculado ao ideário liberal, liderados pelo Barros Cassal⁹. A disputa entre esses grupos acaba atingido a classe trabalhadora de modo a enfraquecer as suas organizações (SILVA JR, 1996). Podemos afirmar que, naquele momento, a vinculação com o governo acabou se traduzindo em incorporação das disputas internas da elite.

Em 1892, ocorreu uma reunião no salão de Theatro São Pedro onde, em um balanço crítico do movimento operário, onde avaliou-se a necessidade de se afastar das estruturas de poder. Além disso, constatou-se que os trabalhadores e trabalhadoras de Porto Alegre estavam muito divididos etnicamente e linguisticamente (BORGES, 1996, p. 132). Então se construiu uma ideia de que os diferentes grupos étnicos iriam se organizar primeiro em termos locais de seus próprios grupos para depois formar uma unidade maior. Foi nesse ano de 1892 que surgiram três grupos. A *Allgemeiner Arbeiterverein* (Associação Geral dos Trabalhadores), para os alemães com ideologia social-democrata. Surge o jornal chamado *L'avvenire* (BORGES, 1996), em italiano de ideologia socialista. Surge ainda o jornal O Exemplo (PERUSSATTO, 2018) na barbearia de um líder negro voltado para organizar a comunidade negra de Porto Alegre. Então existiu nesse momento a procura de organizar a classe trabalhadora a partir de uma solidariedade mais imediata, a solidariedade étnica e linguística.

Essa convivência multiétnica, contudo, não se dava em igualdade. Segundo o historiador Marcus Vinicius de Freitas Rosa, os trabalhadores europeus, em contraste com

⁹ João de Barros Cassal (1858 — 1903) foi um político e jornalista brasileiro. Líder do partido republicano riograndense. Após a Proclamação da República foi nomeado chefe de polícia do Rio Grande do Sul e diretor do jornal A Federação.

os negros, eram associados a uma série de estereótipos positivos, como “disciplinado”, “confiável” e etc. Particularmente acentuado para o caso dos alemães, o chamado “mito do imigrante” era “uma espécie de crença nas características positivas e ‘inerentes’ aos trabalhadores vindos da Europa, segundo o qual eles seriam ‘dedicados’, ‘disciplinados’, ‘obstinados’ e atingiram a ascensão social por meio do esforço próprio” (ROSA p. 133). Apesar disso, o relato de Kniestedt aponta para um certo clima antigermânico generalizado. Segundo suas memórias de quando chegou em Porto Alegre, em 1917, quase toda a “colônia alemã” estava tomada de medo, “muito héroi colocara sua luz nacional debaixo do famoso banquinho e mostrava-se como brasileiro. [...] Nesta época somente o *Allgemeiner Arbeiterverein* tinha a coragem de assumir posições claras [a favor de uma identidade alemã], apesar das correntes nativistas” (KNIESTEDT, 1989 [1936], p. 126).

Em 1893 vem a Revolução Federalista que dividiu a elite política local em federalistas e republicanos. Com isso, o movimento operário viveu alguns anos de relativa dormência. Mas em 1895 surge a Liga Operária Internacional (LONER, 2010, p. 27) com a principal orientação de reunir trabalhadores e trabalhadoras de diferentes categorias, profissões e origens étnicas e linguísticas. Os principais líderes dessa liga foram o alemão Wilhelm Koch, líder da *Allgemeiner Arbeiterverein*, um italiano chamado Giuseppe Ferla e o brasileiro chamado Francisco Xavier da Costa. Essa liga se orientava pela ideologia social-democrata: uma corrente de pensamento do socialismo decorrente da segunda internacional, segundo a qual os operários deveriam formar grandes sindicatos que seriam representados por partidos políticos representativos da classe trabalhadora e tentar conquistar melhorias significativas. Então esses sociais-democratas seriam os principais organizadores desse momento no movimento operário.

O começo do século XX foi marcado pela greve de outubro de 1906. Partindo dos marmoristas que trabalhavam para Aloys Friedrich (SCHMIDT, 2005), o movimento espalhou-se pela cidade de Porto Alegre em defesa das 8 horas de trabalho. Durante 21 dias a greve paralisou a cidade e conquistou o direito de no máximo 9 horas de trabalho, o que já era motivo de comemoração para os operários acostumados com turnos de 11h horas. No entanto, talvez o desdobramento mais importante da Greve de 1906 foi o começo das conversas que, nos primeiros meses de 1907, resultaram na criação da Federação Operários Rio Grande do Sul (BILHÃO, 1999); PETERSEN, 2001; SCHMIDT, 2004). A ideia era ter um espaço onde os delegados de vários sindicatos pudessem se unir com o objetivo de tirar diretrizes gerais para o movimento operário da

cidade. Por demonstrar um momento de conflito interno entre a comunidade de fala alemã de Porto Alegre, essa greve também foi importante uma vez os marmoristas grevistas, em geral “de origem alemã”, optaram por uma identidade de classe em detrimento dos laços étnicos que os uniam com o seu empregador.

No começo do século XX em Porto Alegre também ocorreu o crescimento do anarquismo na cidade, principalmente após a fundação do jornal *A Luta*, criado em 1906 por Polydoro Santos¹⁰ e da União Operária Internacional, principal organização anarquista do período. Em termos gerais, o anarquismo é uma corrente do movimento socialista que defende que os indivíduos devem se organizar livremente fora da institucionalidade dos partidos políticos. Segundo eles, era necessário fazer uma revolução para derrubar o Estado e a partir disso construir uma sociedade livre. Nesse sentido, ao contrário dos socialistas e sociais-democratas, os anarquistas se posicionavam fora dos ambientes de disputas políticas reconhecidos pelo Estado. O modelo de organização que eles defendiam era o sindicalismo revolucionário, o que significava um sindicato que não negociava e tinha como principal método a greve. Os anarquistas vão influenciar algumas categorias como os marmoristas, os padeiros e os alfaiates. Nesse sentido, os sindicatos que surgem dessas categorias já surgem vinculados à ideia de sindicalismo revolucionário.

Conforme os anarquistas vão ganhando mais espaço, aumentam os atritos com as correntes sociais-democratas. Em 1911 os anarquistas ganham força dentro da FORGS quando o anarquista ex-socialista Lucidio Marinho Prestes, tio do Luís Carlos Prestes, é eleito presidente (BILHÃO, 1999, p. 83). Nesse momento, muda-se o acento da luta operária com uma maior aposta no movimento grevista e na educação. Escolas são criadas como a Escola Moderna em 1914, um espaço de ensino e disseminação ideológica do anarquismo, onde lecionavam intelectuais libertários e anarquistas importantes como Zenon de Almeida e Djalma Fetterman¹¹.

¹⁰ Polydoro Santos foi um gravurista que iniciou suas atividades sindicais em 1906 na União Operária Internacional. Destaca-se por ter criado e editado o jornal anarquista *A Luta*. Em 1910, ingressou na FORGS, tornando-se secretário geral dessa entidade no ano seguinte. Inspirava-se na pedagogia do anarquista espanhol Francisco Ferrer de modo que, em 1906, participou da fundação da Escola Eliseu Reclús e, em 1914, da Escola Moderna e, em 1923, da Sociedade Pró-Ensino Racionalista. Morreu prematuramente aos 43 anos em 1924. Fonte: *O Sindicalista* (Porto Alegre, ano VI, n. 3, nov. 1924)

¹¹ Nesse processo, é importante destacar o papel da professora libertária Malvina Tavares que, apesar de não ser anarquista e não ter dado aula na Escola Moderna, formou professores que atuaram na escola como Henrique Martins e Eulina Martins.

Por sua vez, Kniestedt, artesão de formação, especializado na produção de escovas e pincéis, havia atuado dentro do movimento operário alemão. Inicialmente vinculou-se ao SPD (Partido Social-Democrata da Alemanha), mas suas decepções com a direção do partido foram o atraindo para o anarquismo, filosofia que ele já havia definitivamente assumido quando, pela primeira vez, colocou seus pés na capital do Rio Grande do Sul. Sendo assim, a mudança para a capital talvez fosse uma tentativa de dar continuidade a esse aspecto de sua trajetória.

Em suas memórias sobre seus primeiros anos em Porto Alegre, Kniestedt escreveu que “o movimento sindical do Rio Grande do Sul, em especial o de Porto Alegre, representava um exemplo para todo o Brasil” (KNIESTEDT, 1989 [1936?], p. 131). Apesar disso, a social-democracia era a ideologia dominante nas organizações associadas à comunidade de idioma alemão. Provavelmente, nesses primeiros anos, como imaginou Frederico Bartz, Kniestedt “viu sob seus olhos reatualizadas muitas batalhas que ele travara na Alemanha.” (BARTZ, 2008, p. 114).

2.2 Entre o “Professor-greve” e o Capitão Satanaz: a construção de uma liderança operária

Segundo Batalha (2003), a esperança suscitada no movimento de trabalhadores organizados pelo advento da Primeira República, concebida como um marco inaugural para uma era de direitos sociais, foi seguida de uma grande desilusão. Na medida em que as possibilidades de transformação efetiva escapavam do horizonte, surgiram duas respostas. A primeira foi a luta pela obtenção de direitos sociais, sem questionamento do sistema político. Essa alternativa, que podemos chamar de reformismo, foi o mesmo caminho tomado pelo Partido Social-democrata da Alemanha (SPD) como abordado anteriormente. A segunda resposta vinha do que entendiam que a conquista dos direitos sociais não poderia acontecer pela participação no processo político-eleitoral. A alternativa seria depositar as esperanças na pressão exercida pela ação direta dos trabalhadores organizados.

Embora unidos pela condição de classe, os trabalhadores organizados politicamente divergiam no que se refere às formas de organização. No começo do século XX, haviam duas principais modelos concorrentes. Em primeiro lugar, os trabalhadores que optaram por lutar nos partidos políticos com o objetivo de ampliar a representação parlamentar da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, destaca-se a importância da participação política através do voto e a intenção de consolidar uma legislação trabalhista. Por outro lado, existiam também trabalhadores que recusaram os partidos e procuravam se organizar através de clubes, associações e sindicatos. Esses entendiam que a política parlamentar não traria uma transformação real para a sociedade e que atitudes de ação direta como boicotes e greves eram mais eficientes do que o voto. No entanto, mesmo tais lideranças, que denunciavam de uma forma geral, a política parlamentar, não foram contrárias às reivindicações de criação de normas que regulassem o mercado de trabalho, particularmente quando partia da luta dos operários contra os patrões. Como veremos adiante, essa divisão do movimento operário se tornaria explícita no ano de 1917.

De fato, 1917, o ano no qual Kniestedt desembarca no Cais do Porto, foi um momento extremamente marcante para o movimento operário. O Rio Grande do Sul sentia os efeitos da Primeira Guerra Mundial que havia dificultado o acesso a alguns circuitos comerciais europeus, ao mesmo tempo que produtos de consumo interno passaram a ser exportados para a Europa, resultando na falta deste produto no mercado interno (RIBEIRO, 2014). Como em toda crise, os seus efeitos são sentidos de forma mais intensa nas pessoas de renda mais baixa de modo que a classe trabalhadora convivia com a conjuntura de carestia, desemprego e inflação. Mas é também a partir de 1917 que acontece uma retomada do movimento operário, dando início a um período de intensa mobilização que se estende até o final da década. Em julho deste ano, eclodiu uma greve geral em São Paulo que influenciou diversos outros pontos do Brasil a aderir ao método grevista. Em Porto Alegre não será diferente e já no final de julho e começo de agosto organiza-se uma greve geral sob direção da FORGS e da Liga de Defesa Popular¹².

A greve contava com a liderança de anarquistas importantes como Polydoro Santos e Zenon de Almeida, porém ao longo do seu desenvolvimento surgem figuras ligadas ao socialismo e uma perspectiva que buscava o diálogo com o Estado, como

¹² A criação Liga de Defesa Popular, também conhecida como LDP, está intimamente ligado à Greve Geral de 1917, em Porto Alegre, quando a associação foi formada para gerir a paralisação dos trabalhadores.

Francisco Xavier da Costa, que havia aderido ao Partido Republicano e se tornado Conselheiro Municipal de Porto Alegre. Em seu relato, Kniestedt acusa uma atitude de “covardia” e “traição” na negociação que pôs fim ao movimento grevista, colocando como exceção o seu amigo Polydoro Santos, a quem ele descreveu em linhas anteriores como um dos trabalhadores mais inteligentes da cidade (KNIESTEDT, 1989 [1936?], p. 124).

Uma comissão de 5 pessoas fora convocada pelas autoridades para acabar com a greve via negociação. Esta comissão foi ameaçada de prisão, caso não assinasse o acordo. Quatro assinaram, Polydoro não

Ainda antes que o acordo estivesse elaborado, alguns membros do comitê deram o sinal para a retomada do trabalho. Quando Polydoro deixou a prefeitura, 6 hora depois, a greve estava parcialmente perdida. Naturalmente espalhou-se que uma parte dos membros do comitê fora subornada pelos empresários e pela administração municipal, entre eles Cícilio Villar e Zenon de Almeida. [...] Para mim, estava claro que uma parte dos membros do comitê perdera a coragem por medo de represálias aos grevistas; esta era a razão do colapso; traição no verdadeiro sentido da palavra não existira (KNIESTEDT, 1989 [1936?], p. 125).

Com o final da greve, a Liga de Defesa Popular tornou-se um terreno propício para a articulação do movimento operário com o governo municipal, principalmente através da figura de Francisco Xavier da Costa (BARTZ, 2016). Buscando desempenhar o papel de porta-voz dos trabalhadores no Conselho Municipal, Xavier da Costa defende o projeto no Conselho Municipal em 23 de novembro de 1917, propondo ao governo municipal realizar um acordo com a FORGS para que o município concluísse a construção do prédio conhecido como Atheneu Operário, um antigo projeto do movimento operário da cidade. Esse prédio, idealizado pela FORGS, abrigaria aulas noturnas gratuitas para os trabalhadores e seus filhos (SCHMIDT, 2004, p. 337). A construção havia sido iniciada, mas fora interrompida por diversas vezes por consequência da falta de recursos. Segundo Kniestedt, no acordo proposto por Xavier da Costa, contudo, previa-se uma contrapartida para o governo municipal que seria a instalação de um Tiro de Guerra¹³ no Atheneu Operário. Naturalmente isso deixou os anarquistas, como Friedrich Kniestedt, escandalizados (KNIESTEDT, 1989 [1936], p. 123) pois a maioria deles eram ferrenhos defensores do antimilitarismo.

¹³ O Tiro de Guerra é uma instituição militar encarregada de formar atiradores e ou cabos de segunda categoria (reservistas) para o exército.

Nesse contexto de disputas internas do movimento operário, em 1918 os anarquistas de Porto Alegre resolvem romper com a FORGS e com a Liga de Defesa Popular para formar uma organização própria: União Geral dos Trabalhadores (UGT). Essa organização, porém, dura pouco tempo. No mesmo ano de sua fundação, a UGT deflagrou uma greve que seria duramente reprimida pelo governo estadual (Brigada Militar), tendo como consequência o enfraquecimento da organização e a sua fusão com a FORGS. Com isso, o grupo de anarquistas da extinta UGT consegue assumir a diretoria da FORGS, entre os quais encontrava-se Frederico Kniestedt, que por mais de oito anos ocuparia o cargo de tesoureiro. Em suas memórias, Kniestedt deixa explícita a sua participação e da FORGS, então dirigida pelos anarquistas, no ciclo de greves de 1919, que começara com os trabalhadores metalúrgicos e, depois, foi apoiada pelos trabalhadores da indústria da madeira, entre os quais ele se colocava.

Nunca se fizera em Porto Alegre uma greve com tanta energia e com tanto tato. Quando iniciamos a greve, nosso sindicato tinha 68 e quando terminou, 1.200 membros. Me apelidaram de “professor-greve”, mas hoje, depois de tantos anos, preciso declarar que isto só foi possível graças à direção de meu amigo Damian e à ajuda de uma dúzia de companheiros (KNIESTEDT, 1989 [1936/37], p. 127).

Esse ciclo de greves seria seguido de um período de refluxo do movimento operário por conta da repressão policial e das divisões internas, que seriam intensificadas com as chegadas de grupos comunistas, representados pelos Maximalistas. Sobre a relação de Frederico com os comunistas, veremos em um subcapítulo mais adiante. Por enquanto, é importante ressaltar que esse período de refluxo não quer dizer que a classe trabalhadora estivesse parada, ela continuava se organizando, mas em outros espaços. Além dos sindicatos haviam outras entidades como escolas operárias, instituições beneficentes e culturais.

Em vários casos, essas organizações assumem um conteúdo étnico, como é o caso da Floresta Aurora, voltada à população negra, e da Sociedade Polonesa Tadeusz Kosciuszko. Em relação à comunidade alemã, existia o *Bürgerklub* (Clube dos Cidadãos). Existente desde 1883, a associação foi uma sociedade beneficente de caráter étnico¹⁴, cujo

¹⁴ Esse também era um espaço de conflito e contradições. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Sociedade Polonesa Tadeusz Kosciuszko organizou uma homenagem aos poloneses do Rio Grande do Sul que partiriam para lutar na Europa. Enquanto isso, na mesma rua, a *Allgemeiner* organizava no *Bürgerklub* uma conferência de protesto contra o militarismo e a guerra. Para compreender o caso polonês, não se pode

espaço era destinado para beneficência e convívio social, como o amparo aos sócios em caso de doença e morte, a prática esportiva do bolão (*Kegehn*). No entanto, a partir de 1912, o *Bürgerklub* passa a sediar as reuniões da *Allgemeiner Arbeiter Verein* e, dessa forma, acaba se transformando em um espaço importante para o movimento operário, especialmente para grupos de trabalhadores de origem germânica. Na época, era comum que as organizações de classe não possuíssem sede própria e, por conta disso, alugassem salões de hotéis e sociedades beneficentes.

É importante ressaltar que a *Allgemeiner* não era propriamente uma sociedade beneficente e seria melhor classificada como uma entidade política. Conforme aponta em suas memórias, essa foi uma das primeiras organizações nas quais Kniestedt se associou. Apesar da sua ideologia anarquista, o imigrante entra e torna-se presidente dessa organização social-democrata. Destacando o seu voluntarismo e papel de porta-voz, ele ressalta o seu objetivo de imprimir um caráter revolucionário à *Allgemeiner* e tornar o prédio do *Bürgerklub* um espaço de mobilização para além da comunidade alemã.

Por acaso fiquei sabendo no primeiro mês da minha estada que existia uma associação de social-democratas alemães com o nome *Allgemeiner Arbeiterverein*. O local de reuniões era um clube na Rua Comendador Azevedo. Naturalmente também fui ali e me filiei. Quando me inscrevi, a associação estava praticamente sem vida. Procurei interessar os poucos membros por palestras que fazia – e tive algum sucesso. Primeiramente fiz brilhar minha luz só em reuniões de membros, depois também em reuniões públicas (KNIESTEDT, 1989 [1936?], p. 125).

Pode-se dizer que, nessa empreitada, Frederico Kniestedt teve sucesso. Ele chega em Porto Alegre no ano de 1917 e já no ano seguinte esse local receberia o lançamento público da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que, como vimos, foi importante para retomar o anarquismo no movimento operário da cidade. Assim, Kniestedt se torna líder da associação. Com isso, a *Allgemeiner Arbeiterverein* retoma seu protagonismo no movimento operário, se tornando um centro de debates e de reuniões operárias durante a Greve Geral de 1919.

No *Allgemeiner Arbeiterverein* eu me tornara presidente. Para mim esta associação não era um clube recreativo. Mesmo que eu participasse das diversões, só o fazia como meio para chegar ao meu objetivo. Tornei-

esquecer que a luta nacionalista era uma constante, pelo menos até 1918 quando, após um século e meio, os poloneses recuperam sua autonomia com relação às potências vizinhas.

me ator, mas insisti para que só fossem encenadas peças que procurassem desmascarar o sistema vigente, sobretudo o militarista e a religião (KNIESTEDT, 1989 [1936?], pg. 132).

Apesar da tendência social-democrata, a ascensão de Kniestedt à presidência da associação indica que a *Allgemeiner*, ao menos em seu período mais radical (1917-1920) funcionava como guarda-chuva para as diferentes tendências do socialismo. Porém, no início dos anos 1920, os conflitos ideológicos se tornaram insustentáveis e, por conta disso, Kniestedt decide romper com a *Allgemeiner Arbeiterverein* e fundar a sua própria organização *Sozialistischer Deutscher Arbeiterverein* (Associação dos Trabalhadores Socialistas Alemães) de orientação anarquista. A partir daí, o registro das atividades, infelizmente, são cada vez mais escassos, indicando que provavelmente a entidade tenha desaparecido no final da década de 1920. Da mesma forma, o jornal que serviria de órgão da organização, o *Der Freie Arbeiter* (Os Trabalhadores Livres) continuaria sendo publicado somente até o final da década de 1920. Como afirma Gertz (1986), não é possível saber em detalhes a força numérica desse movimento, mas a publicação regular, por quase 10 anos, sugere uma relevância considerável. Além disso, dado o crescimento do movimento anarquista na cidade, Porto Alegre provavelmente era um terreno propício para a difusão de ideais anarquistas no final da década de 1910 e começo da década de 1920.



Imagem 3: Cabeçalho do jornal *Der Freie Arbeiter*, edição de 28 de setembro de 1920.
Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth.

No cabeçalho de um exemplar do citado jornal (imagem 3), podemos notar um fuzil sendo partido ao meio, o que é uma referência à ideologia antiarmamentismo. *Wissen ist Macht* (Saber é poder) representava a valorização do conhecimento. *Wollen ist Kraft* (Querer é força) é um chamado para a ação. O nome “Trabalhadores Livres” faz menção ao projeto de emancipação dos trabalhadores. Por fim, importante dizer que o título do jornal faz referência a outro jornal homônimo de cunho anarquista com o qual Kniestedt havia entrado em contato quando morava na Alemanha, o que pode representar um movimento de dar continuidade à sua experiência de militância adquirida no continente europeu.

Além do *Der Freie Arbeiter*, Frederico Kniestedt publicaria textos em português nos jornais anarquistas *A Luta* e *O Syndicalista*. Tamanho foi seu envolvimento com a imprensa anarquista nesse momento que a tipografia desses jornais era feita na sua própria casa (JARDIM, 1990). Uma vez que Frederico não estava “suficientemente firme na língua nacional (KNIESTEDT, 1989 [1936], p. 127), todos os seus textos precisavam ser traduzidos do alemão para o português, o que era feito, mediante pagamento, por Hans Grimm, anarquista de origem alemã que trabalhava na redação.

A maioria dos textos de Kniestedt apareciam nos jornais de língua portuguesa assinados pelo pseudônimo “Capitão Satanaz”. Escrito dessa forma e não “Satanás”, como indica a norma portuguesa. Em tempos de repressão, a publicação de artigos sob pseudônimos era uma estratégia que garantia certa segurança ao escritor. O mesmo nome misterioso aparece até mesmo em artigos publicados em alemão no *Der Freie Arbeiter*. Apesar da clara provocação anti-clerical, o conteúdo dos textos, de acordo com as fontes disponíveis, nunca tocou em assuntos religiosos. Em suas memórias, Kniestedt fez questão de destacar a sua importância para esses jornais.

Eu organizara mais uma vez O Syndicalista, órgão da Federação Operária, pela terceira e última vez. Cada vez que eu o colocava em ordem e o entregava a uma comissão, apareciam apenas dois a três números e a história acabava. A mesma coisa acontecia com o órgão do grupo anarquista A Luta (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 142).

2.3 Não bebam cerveja Bopp! a construção do sentimento de classe entre os trabalhadores que falavam alemão

Como já discutido anteriormente, o conceito thompsoniano de classe inova ao entender que a classe não é somente um fenômeno econômico, associado às condições impostas pelas estruturas produtivas. Ainda que esteja sempre fundamentada em uma base objetiva, a classe é também um fenômeno cultural. Nesse sentido, não basta que os homens e mulheres na história ocupem a mesma posição na estrutura produtiva da sociedade. Para a classe acontecer, é necessário que esse conjunto de homens e mulheres mobilizem uma identidade compartilhada, tendo como ponto fundamental a solidariedade da sua condição de classe, cujos interesses são conflitantes com os de outra classe social. Também já estabelecemos que esses homens e mulheres na história não possuem uma identidade única e estática. Pelo contrário, a identidade social é atravessada por diferentes matrizes que, por sua vez, são relacionadas ao contexto no qual os sujeitos históricos estão inseridos.

Feitas essas considerações, podemos nos perguntar: como a identidade de classe se constrói em um contexto onde a identidade étnica, em um primeiro momento, parece ser mais evidente? No caso dos alemães, é importante destacar que dentro desse conjunto de pessoas coexistem trabalhadores, pequenos e grandes empresários que compartilhavam espaços de convívio uma vez que esses últimos privilegiam a contratação de trabalhadores da sua comunidade. Segundo Joan Bak (200, p. 200), a burguesia porto-alegrense de origem alemã privilegiava contratar seus “semelhantes” de modo a acentuar a solidariedade étnica e camuflar os interesses antagônicos de classe. Além disso, na sociedade brasileira pós-abolição da escravatura, dominavam os estereótipos raciais, como defende Marcus Rosa (2019), que associavam qualidades positivas ao trabalhador europeu em contraposição aos trabalhadores negros.

Essa estratégia de ressaltar uma identidade étnica em contraposição à uma identidade de classe, contudo, nem sempre poderia ser bem sucedida. Um grande exemplo disso é o trabalho de Joan Bak sobre greve 1906, quando trabalhadores “alemães” afirmaram uma identidade de classe a despeito de seus laços étnicos com o empregador (BAK, 2000). Se os laços étnicos concorriam, ao menos em alguns casos, com a solidariedade de classe, não era certo que os primeiros sempre venciam. Muitas vezes as duas coisas andavam juntas. Embora dificilmente podemos dizer que Friedrich Kniestedt procurasse ser um líder étnico tal como muitos dentro dos grupos imigrantes (WEBER, 2014), é bastante evidente que a sua atuação entre os operários possuía um cunho étnico. Com o objetivo de mobilizar uma identidade de classe e uma conversão às ideias

libertárias do anarquismo, Kniestedt direcionou a maior parte dos seus esforços para a região de colonização e de idioma alemão, o que incomodou as elites étnicas da época.

Em todos os lugares por que passava [São Leopoldo, Montenegro, NeuWürttemberg], criava grupos de “freie Arbeiter” (trabalhadores livres). Este tipo de ação resultava em oposição férrea por parte dos representantes tradicionais da “colônia alemã”. A Neue Deutsche Zeitung, de Porto Alegre, não perdia oportunidade para acusar Kniestedt de bolchevista e judeu — ele fazia questão de dizer que não era um nem outro —, de terrorista etc. Pastores luteranos manifestavam-se freqüentemente contra a sua atividade (GERTZ, 1986, p. 80).

Apesar do cunho étnico desse imigrante anarquista, conforme a historiadora Haike Roselane Kleber da Silva (2006), Kniestedt parece preocupar-se mais com a conversão da população teuta ao anarquismo do que com a afirmação de uma identidade étnica, sendo a identificação étnica apenas um modo de aproximação, enquanto que as outras lideranças étnicas de língua alemã “demonstram um intenso empenho pela demarcação dos limites do grupo teuto ou teuto-brasileiro, pela caracterização desta identidade, pela definição dos aspectos a serem preservados e dos aspectos a serem assimilados.” (HAIKE, 2006, pg. 116). Pelo idioma no qual escrevia, Kniestedt certamente visava atingir um público linguisticamente delimitado, o que implicava em questões de etnicidade. Apesar disso, o conteúdo do seu jornal buscava mobilizar uma identidade de classe. Em 30 de novembro de 1920 publica no *Der Freie Arbeiter*:

Para todos os trabalhadores organizados no estado do Rio Grande do Sul, estão todos os produtos da fábrica Irmãos Bopp boicotados. Nenhum trabalhador que possua **sentimento de classe** pode beber da cerveja Bopp!. (DER FREIE ARBEITER, Porto Alegre, 30 de Novembro de 1920, grifo e tradução nossos).

Boicote é o ato de abstenção voluntária e intencional de consumir os produtos de determinada organização comercial ou país como expressão de protesto, tendo como objetivo infligir alguma perda econômica ou moral no alvo. No contexto em questão, trata-se de um protesto contra a troca de *Braumeister* (Mestre cervejeiro) na gerência da fábrica Irmãos Bopp, onde hoje está instalado o Shopping Total. Na nota do jornal fica claro que o novo gerente, cargo acima do mestre, era um imigrante da Alemanha que desagradou aos trabalhadores da fábrica. Temos aqui um conflito de classe onde um membro do que Hobsbawm chamou de “aristocracia operária” (1987) se aproxima aos

seus padrões seja por sua condição superior na hierarquia ou por ser um recém-chegado e, portanto, não haver estabelecido uma solidariedade com os demais trabalhadores.

A matéria em questão lança mão do termo “sentimento de classe” (*Klassengefühle*), o jornal *Der Freie Arbeiter* defende que os trabalhadores deveriam se aliar com os interesses da classe dos trabalhadores e aderir ao boicote. Nesse evento, identifiquei que Kniestedt, através do seu jornal, está procurando atuar como um agente autorizado para falar oficialmente no lugar e no nome da classe trabalhadora, reconhecendo-se, ao mesmo tempo, como membro dessa classe, ou seja, como um porta-voz (BOURDIEU, 2001). Nesse sentido, o discurso do porta-voz tem como objetivo disputar as categorias com as quais os trabalhadores se pensam no mundo social em que estão inseridos. É importante que os trabalhadores pensem sobre si mesmos como pertencentes à uma classe para que possam agir orientados por essa identidade, o que, no caso do conflito com a cervejaria Irmãos Bopp, significava aderir ao boicote.

É importante também destacar que essa iniciativa não se resumiu aos periódicos dirigidos por Friedrich Kniestedt e nem para os trabalhadores de língua alemã, uma vez que a edição da segunda quinzena de março de 1921 do jornal *O Sindicalista*, no qual Friedrich também escrevia, também publicou frases pedindo boicote aos produtos da cervejaria Bopp. Dada a influência de Kniestedt no movimento operário e a representatividade da fábrica Irmão Bopp para Porto Alegre, é possível de afirmar que essa mobilização tenha ganhado força principalmente nos grupos anarquistas que são ideologicamente mais próximo do boicote como método de protesto, mas não consegui encontrar nas fontes dados que me permitissem ter precisão da dimensão que esse boicote teve.

No entanto, essas matérias nos permitem elaborar uma resposta para a seguinte pergunta: quem era o público-alvo de Kniestedt?

Como vimos, o jornal *Der Freie Arbeiter* se refere aos trabalhadores (*arbeiter*), sem fazer distinção étnica, cultural ou linguística. Contudo, certamente a barreira do idioma limitava quem seria o público potencialmente consumidor do jornal. Seria, então, o *Der Freie Arbeiter* destinado somente para os trabalhadores de origem alemã? É bastante provável que a maioria do público se encaixasse nesse perfil, no entanto, em outros momentos o jornal utilizou o termo *Deutschsprachige Arbeiter*, que significa “trabalhadores que falam alemão”, ou seja, trabalhadores que dominam o idioma germânico independente de terem laços étnicos com o que se entendia por alemão no contexto de Porto Alegre da década de 1920.

Quais seriam, então, os *Deutschsprachige Arbeiter*?

Primeiramente, como estudado por Alexandre Fortes (2004), além dos alemães, é bastante significativo o número de migrantes do leste europeu que se fixaram nos arrabaldes de Navegantes, São João e Floresta, que hoje compõem o Quarto Distrito de Porto Alegre. Dado processo de hetero-atribuição, a maioria desses migrantes também eram designados socialmente como “alemães”, inclusive pelo motivo de que muitos haviam embarcado na Alemanha para o Brasil¹⁵. É provável que grande parcela desses sujeitos dominasse, ao menos parcialmente, o idioma alemão. Além disso, não podemos descartar os trabalhadores que, através do contato com os imigrantes, aprenderam alemão como segunda língua. Em relação a isso, Marcus Rosa destaca que

No sul do Brasil, a combinação entre escravidão e imigração também proporcionou diálogos culturais entre negros e imigrantes, dando origem a um intercâmbio percebido por muitos viajantes que ficaram surpresos ao interagir com homens e mulheres de pele escura que pareciam dominar certo idioma estrangeiro (ROSA, 2019, p. 137)

Embora o idioma seja um elemento fundamental para a constituição de uma identidade étnica, não podemos resumir uma coisa à outra. Nesse sentido, o enfoque na questão do idioma afasta Kniestedt de uma perspectiva étnica, embora a maior parte dos seu público estivesse, de uma forma ou de outra, vinculado à identidade alemã. Além disso, é possível que esse enfoque linguístico esteja relacionado às limitações do próprio Frederico. Em uma entrevista realizada com o seu neto, Hellmut Kniestedt, esse último me relatou as dificuldades que seu avô tinha de se comunicar em português. Segundo Hellmut:

“Ele [Frederico Kniestedt] mistura muito. Ele falava francês, polonês. Um pouquinho de italiano, um pouquinho de alemão. Então, eu não me entendia com ele. Um português meio arranhado. Mas em alemão eu me entendo bem [...]. Misturava português com espanhol, mas era ruim os dois. Então, quando eu não entendia direito, ele ficava meio zangado. Ele era baixinho, bigodudo e brabinho, tá? Então, ele falava em alemão. Ou então ele xingava em polonês. Aí eu não entendia nada (KNIESTEDT, Hellmuth, 2022).

¹⁵ Como indicado por Weber (2016), até 1918 é bastante provável que muitos imigrantes poloneses falassem alemão por conta da dominação austríaca e alemã.

Há mais exemplos de que os critérios de Kniestedt seriam menos étnicos e mais linguísticos. Em fevereiro de 1923, a *Sozialistischer Arbeiterverein* organiza um congresso de trabalhadores de língua alemã que vai procurar organizar entidades anarquistas e socialdemocratas, recebendo inclusive representantes do interior do estado. Assim comemora Kniestedt em suas memórias: “O primeiro e até agora único congresso socialista de língua alemã no Brasil!” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 137).

De acordo com o seu relato, uma circular preparatória foi enviada para todas as associações operárias de fala alemã no Rio Grande do Sul e, em 20 de maio de 1923, reuniram-se no salão da FORGS os representantes dessas associações que procuravam “sintonizar os interesses da população de fala alemã no Rio Grande do Sul com as ideias do socialismo” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p.137). O congresso “se manifestou pela luta econômica socialista, renegando a luta política e toda luta armada, toda violência e toda forma de ditadura (p. 137)”

Apesar de toda essa mobilização, os anos seguintes seriam marcados pelo gradual afastamento de Kniestedt do sindicalismo, seja por questões profissionais ou pelo contexto político-institucional brasileiro. Em 1924, ele abandona “de livre e espontânea vontade” o cargo de diretor de uma fábrica de escovas e, após um período onde vendia pincéis, abre, junto de sua esposa, uma pequena livraria com o nome de Livraria Internacional em fevereiro de 1925 (KNIESTEDT, 1989 [1937], p.139). A partir daí, atua como livreiro até o final da sua vida. Em 1927, o negócio foi ampliado e transferiu-se para a rua Voluntário da Pátria, um lugar estratégico para a classe operária, próximo das grandes fábricas de Porto Alegre (Voluntários da Pátria, n.1095). Mesmo que na condição de proprietário de uma livraria, Kniestedt mantém o seu vínculo com o movimento operário de tal modo que, durante o terceiro congresso de sindicatos da FORGS, realizado de 27 a 30 de setembro de 1925, ele é nomeado como secretário da correspondência internacional e tesoureiro da federação. No ano seguinte, contudo, essa identificação com o movimento operário foi testada quando ele recebeu uma proposta de assumir uma fábrica de escovas.

Por pouco me transformo em capitalista. A firma Mentz e Cia. Fundara uma fábrica de escovas. O diretor técnico enviado da Alemanha falhou. A fábrica não progrediu. Aí o chefe e fundador da conhecida firma, Fr. Mentz, me chamou por intermédio do seu filho e me propôs que eu assumisse a fábrica com a ajuda da firma. A oferta era excelente para

mim. Apresentei a proposta à minha família, que se mostrou unânime favorável (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 144).

Mas apesar das vantagens econômicas e da aprovação familiar, Kniestedt em suas memórias diz que “por convicção” era obrigado a recusar pois sua concepção de mundo não permitia que ele se tornasse capitalista através da exploração de trabalhadores. “Assim evitei vender minha convicção.” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 144). Embora não tenha se tornado capitalista, já não se encaixava perfeitamente no que se entendia como operário, posto que havia parado de editar o *Der Freie Arbeiter* e assumia a direção da Livraria Internacional. Além disso, por conta da mudança de estatuto, que exigia que os dirigentes fossem operários no começo da década de 1930, deixou o cargo de tesoureiro da Federação Operária (GERTZ, 1986).

Até 1930, a própria Livraria Internacional era local de reunião da FORGS, mas a partir desse ano a federação se reorganizaria a partir da redefinição das relações entre a classe trabalhadora e o Estado brasileiro (GOMES, 2005). Na eleição daquele ano, o presidente Washington Luiz rompe com os acordos da “política café com leite” e apoia o candidato de São Paulo, Júlio Prestes, que ganha a votação. Esse último, contudo, não toma posse por conta da forte pressão política. A presidência fica, então, com Washington Luiz, que inclusive realiza desfiles públicos pelo país, o que resulta na prisão de Frederico Kniestedt que protestava quando o então presidente visitou Porto Alegre (ALARM, Porto Alegre, 29 de abril de 1937). Alguns dias depois, o clima de indignação toma conta do país após o assassinato do candidato opositor João Pessoa. Com isso, uma sublevação militar, liderada pelos políticos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, derrubou o governo eleito pelas oligarquias de cafeicultores do Sudeste. Assume, em seu lugar, o estancieiro Getúlio Vargas, representante de uma oligarquia dissidente, o governo. Inicialmente isso ocorreu em caráter provisório, mas manteve-se no poder até 1945, quando a conjuntura do final da Segunda Guerra Mundial impediu a continuidade de um governo explicitamente autoritário e baseado no culto de um personagem.

É uma tarefa bastante complexa fazer um balanço desse período, mas no que tange os direitos sociais, é importante pontuar que nesse momento houve uma relativa ampliação de direitos como o voto feminino e o estabelecimento das leis trabalhistas a partir da formação do Ministério do Trabalho da Indústria e do Comércio em 1930, cujo primeiro ministro foi o gaúcho Lindolfo Collor. Algumas leis já haviam sido conquistadas

pela luta dos trabalhadores como a Lei de Férias, no entanto, houve uma regulamentação posterior. Em inspiração ao massacre de Haymarket¹⁶, havia uma demanda histórica mundial da classe trabalhadora pelo estabelecimento do limite de 8 horas de trabalho. Pautas como aposentadoria, proteção e segurança ao trabalhador também eram pontos centrais. Mesmo dentro do contexto de desregulamentação da Primeira República, a luta da classe trabalhadora conseguiu pressionar a aprovação de algumas leis importantes, tais como: lei de acidentes de trabalho de 1919; formação das caixas de aposentadoria e pensões 1923; lei de férias em 1925; e código de menores 1926.

Apesar disso, não é falso afirmar que foi sobretudo durante o governo provisório de Getúlio Vargas que a legislação trabalhista, previdenciária e sindical ganhou corpo no Brasil, o que embasou a demanda por mais leis em regiões onde o movimento não era tão pronunciado (PAOLI, 1987). Isso significa que, quando essas leis entraram em vigência, estavam suspensos os partidos políticos e câmaras legislativas, pois o país estava em um regime de exceção onde o executivo tinha poderes especiais. Foram estabelecidas as oito horas de trabalho, uma série de medidas para questões sanitárias e etc. As leis foram voltadas para a população de trabalhadores urbanos, que tinham um passado de lutas organizadas.

Uma das medidas mais importantes foi a Lei de Sindicalização de 1931, através da qual os sindicatos passaram a ser reconhecidos oficialmente pelo Estado. Como resultado, essa lei reconhecimento legal dos sindicatos trouxe os seguintes fatores: estabeleceu o princípio da unidade sindical, ou seja, só poderia haver uma organização por categoria; definiu o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, trazendo as associações de trabalhadores para a órbita do Estado; e vedava as propagandas religiosas e políticas.

A lei de sindicalização de 1931 vinha transformar e ao mesmo tempo concorrer com o padrão de associações até então existente no movimento operário. Consagrando o princípio da unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do Estado (GOMES, 2005, p. 163).

¹⁶ Em 4 de maio de 1886, ocorreu na cidade de Chicago um confronto entre policiais e manifestantes operários, que defendiam a jornada de oito horas de trabalho. Embora não houvessem provas, oito anarquistas foram condenados à pena de morte por terem supostamente jogado bombas nos policiais. A repercussão negativa do julgamento influenciou a criação do Dia Internacional dos Trabalhadores.

Para os grupos que defendiam o sindicato de resistência, essa medida significava o atrelamento do sindicato ao Estado. De acordo com essa visão, os sindicatos passam a ser vistos pelo Ministério do Trabalho como uma entidade de negociação entre trabalhadores e patrões, isto é, um mecanismo para a resolução pacífica dos conflitos trabalhistas. Contudo, os benefícios sociais oferecidos dentro desse modelo conquistaram as bases da classe trabalhadora a despeito da visão dos anarquistas e sindicalistas revolucionários. Muitas lideranças do movimento operário optaram por atuar dentro dos sindicatos reconhecidos pelo Estado de modo que, em Porto Alegre, no começo de 1931, a FORGS, que havia perdido força no final da década de 20, é refundada na perspectiva de negociação. Isso, contudo, não representou uma posição de submissão ao Estado por parte do movimento operário. Como aponta Alexandre Fortes, após três anos de expectativas frustradas em relação às mudanças na legislação trabalhistas, a FORGS volta a recorrer a formas de ação mais ofensivas através da greve dos padeiros em 1933 (FORTES, 1997).

Apesar desse retorno a ações mais ofensivas, Frederico Kniestedt manteve sua opção de se afastar do movimento sindical. De acordo com suas memórias, desde 1925, o anarquista havia colocado o seu cargo de tesoureiro da FORGS à disposição. Em 1930, uma mudança no estatuto definiu que somente pessoas ativas no processo produtivo poderiam ser membros da federação. Com isso, Frederico, que há anos atuava unicamente como livreiro, entrega o seu cargo definitivamente (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 142). Durante a entrevista, o neto de Frederico me relatou que seu avô o aconselhou a "não se envolver com política" (KNIESTEDT, Hellmuth, 2022). A interpretação mais correta nesse caso me parece ser que Frederico estava se referindo a política partidária, porque, no sentido amplo, o seu avô nunca se distanciou da política. De modo semelhante, o afastamento da FORGS e do sindicalismo não representava um afastamento de uma identidade de classe e de resistência. Como veremos no capítulo seguinte, essa luta se desloca para outros espaços como na Caixa Beneficente dos Navegantes e na militância antinazista.

A classe trabalhadora é uma categoria histórica que abriga experiências muito diversas. Se em algum momento na história os trabalhadores e trabalhadoras agiram como classe foi em grande parte em função do esforço de militantes, colocando-se no lugar de porta-vozes, que organizaram esse movimento em termos classistas. Principalmente entre

a comunidade que falava e lia no idioma alemão, a atuação de Kniestedt foi fundamental para a construção de um sentimento de classe.

2.4 Por um prato de lentilhas: entre colaborações e conflitos com os adeptos de Moscou

No plano internacional, a segunda metade da década de 1910 foi um período especialmente conturbado por conta da Primeira Guerra Mundial, que provocou efeitos na economia do Rio Grande do Sul. Para o movimento operário mundial, houveram ainda dois eventos, intimamente ligados ao final da Primeira Guerra Mundial, que moveram com as bases do mundo: A Revolução Russa de 1917 e a Revolução Alemã de 1918¹⁷. Esses dois movimentos despertaram interesse entre todos que desejavam que o movimento revolucionário da classe trabalhadora tomasse um caráter universal. Nesse contexto, é que um novo grupo ideológico passa a conviver nas trincheiras da luta operária: os comunistas. Em Porto Alegre, a primeira organização comunista foi criada por Abílio de Nequete, um barbeiro espírita e admirador da cultura russa, que havia participado da LDP. Admirado com os eventos que aconteciam na Rússia, ele adere ao Comunismo e funda a organização Maximalista (BARTZ, 2008).

É nesse contexto de uma maior pluralidade ideológica que estoura a Greve de 1919. Ao contrário do que aconteceu em 1917, onde havia a liderança da LDP, nessa greve haviam vários pontos de articulação: a FORGS; os Anarquistas da Azenha liderados por Orlando de Araújo Silva, bastante fortes no sindicato Força e Luz; e os recém-chegados Maximalistas. Dessa vez, não houve negociação e a resposta do governo foi de intensa repressão e fechamento de diversos sindicatos, o que resultaria na dispersão do movimento operário pelos próximos anos.

Em 1920, realiza-se o segundo congresso operário regional no Rio Grande do Sul nessas condições de dispersão do movimento. Abílio de Nequete, representando os

¹⁷ Durante a Revolução Alemã, o SPD assume o governo do país e, com isso, a esquerda alemã vive um dos seus capítulos mais delicados no que se refere ao debate entre as vias revolucionárias e reformistas. O país entra em guerra civil e os dissidentes do SPD, Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht, são assassinados. O fato marcante desse evento é que os assassinos foram membros de grupos paramilitares de veteranos da Primeira Guerra Mundial, os *Freikorps* (em português, corpos livres), que foram patrocinados pelo governo social-democrata. Posteriormente, esses grupos paramilitares seriam incorporados na SS - Schutzstaffel (Em português, pelotão de proteção), a polícia política do partido nazista.

comunistas, apresentou proposta de filiar a FORGS à Terceira Internacional Comunista, que teve a severa oposição de Friedrich Kniestedt querendo filiar a FORGS à Internacional apolítica de Berlim, que era organizada pelos anarquistas. Com a aprovação da proposta de Kniestedt (1989 [1936], p. 131), os comunistas sentem-se prejudicados e se retiram da FORGS.

Também nesse momento outros grupos começam a se organizar como a Liga dos Operários Republicanos, liderados pelo Francisco Xavier da Costa, passa a organizar em 1923 e 1924, entrando em algumas categorias com organização mais precárias como os empregados da Carris¹⁸ (SILVA JR, 1996, p. 23). Nesse momento, também voltam a se organizar os comunistas. Inicialmente através da união maximalista liderada pelo Abílio de Nequete, mas, com a formação do PCB, esse barbeiro se afasta do partido comunista brasileiro e os comunistas de Porto Alegre se transformam em um grupo pequeno, organizando-se mais pelas suas ligações internacionais do que pela militância local. O Partido Comunista Alemão (KPD) enviou militantes para Porto Alegre para organizar uma célula comunista alemã na cidade, sendo o mais destacado entre esses o alfaiate F. Haberland, um conhecido de Kniestedt nos tempos de militância na Alemanha.

Como os leitores sabem, eu conhecia Haberland, mas não sob esse ângulo de bolchevista. Haberland aderira em Berlim durante a guerra à Liga Spartaquista, se transferira depois para os comunistas, o que nós aqui naturalmente não sabíamos. Mais tarde se ficou sabendo que ele teria sido enviado pra cá. Se isto é verdade não sei, mas Haberland nunca contestou (intencionalmente ou não) esta versão. Haberland veio até nós e juntamente com seus dois filhos foi admitido como membro do Sozialistischer Arbeiterverein, onde os três participaram com muita dedicação. Mas muito logo nossos olhos se abriram (KNIESTEDT, 1989 [1937], p.135).

O objetivo inicial de Haberland, segundo o relato de Kniestedt, era reorientar o *Sozialistischer Arbeiterverein* num sentido bolchevista. Com o fracasso desse plano, Haberland e seu filhos são expulsos da associação, mas não sem antes golpear um aliado de Kniestedt com uma jarra de água. A partir de então, os bolcheviques começaram uma campanha de difamação “até agora só superada pelos nazistas” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p.135). Haberland e os demais comunistas enviados pelo Partido Comunista

¹⁸ A Companhia Carris Porto Alegrense é uma antiga empresa de transporte coletivo da cidade de Porto Alegre. Na época, oferecia o serviço de bondes elétricos, que foram desativados na década de 1970. Hoje em dia, a Carris é uma das empresas responsáveis pelo transporte por ônibus na cidade.

Alemão tornam-se concorrentes ideológicos de Kniestedt. Apesar disso, o grupo de Haberland é convidado a participar do congresso de trabalhadores de língua alemã organizado pelo *Sozialistischer Arbeiter Verein*, mas os bolcheviques não compareceram. Há poucos registros desse grupo para além das memórias de Kniestedt que, obviamente, são enviesadas. Sabe-se que eles criaram um jornal próprio, *Die Befreiung* (em português, a libertação), mas somente três números são editados. Além da vinda de Haberland, esse grupo comunista criou uma Escola Moderna a partir de Jean Heffner. Tanto Heffner, quanto Haberland, haviam sido lideranças no movimento operário alemão, e um conflito entre três lideranças operárias alemãs, de três momentos e origens diferentes, é bastante representativo da circulação de militantes e ideias entre o novo e o velho mundo.

Como veremos no próximo capítulo, falantes de alemão de ideologia comunista ainda comporiam inicialmente a Liga dos Direitos Humanos, um grupo formado por Kniestedt e outros exilados da Alemanha para combater a difusão de ideias nazistas no Rio Grande do Sul. No entanto, em algum momento, os comunistas saem da Liga ou são expulsos. É bastante evidente que nas últimas memórias escritas, Kniestedt estava tomado por um forte sentimento anti-bolchevique. Em suas últimas edições, o *Aktion*, jornal da Liga dos Direitos Humanos, passa a adotar o subtítulo, em português, “órgão contra o fascismo e o bolchevismo”. Além disso, ele denuncia o que ele entendeu como uma aliança tácita dos comunistas com os nazistas para difamá-lo (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 149).

Palhaços socialistas e comunistas que passastes para os marrons, vocês têm coragem de me qualificar como traidor do operariado, só porque me mantive o mesmo tanto em relação às minhas ideias quanto em relação aos meus atos? Vocês é que são traidores por um prato de lentilhas (*Linsengericht*) (ou melhor um sopão (*Eintopfgericht*)). (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 136).

Aqui Kniestedt se permite brincar um pouco com as palavras. Em alemão, prato de lentilhas é *Linsengericht*. Já a palavra que aparece na sequência, *Eintopfgericht*, é um prato típico da Alemanha, cuja tradução literal ficaria “prato de uma panela só”. Trata-se da mistura de vários elementos que são cozinhados em somente uma panela. O resultado é algo semelhante ao que podemos chamar de um “sopão”. Esse “prato de uma panela só” era costumeiramente servido pelos nazistas em seus eventos como uma medida de chamar o grande público. Por conta disso, Kniestedt faz esse jogo de palavras para

insinuar que os seus difamadores bolcheviques haviam se juntado aos nazistas pela comida.

É necessário ler esse discurso inflamado a contrapelo. Essas memórias foram escritas em um dado momento fixo no tempo de modo que são representam mais uma fotografia do que a visão de Kniestedt acerca dos bolcheviques ao longo de toda a vida. O estudo da história das esquerdas políticas é marcado pelo dinamismo das aproximações e conflitos que vão de acordo com a conjuntura do momento. Se, por um lado, o relato de Kniestedt mostra a discordância com os bolcheviques, por outro, ele confirma que a colaboração existiu.

CAPÍTULO 3 - A RESISTÊNCIA AO NAZISMO

3.1 Qual é o nosso Lugar? a Liga dos direitos humanos e a luta contra a incultura marrom¹⁹

De acordo com a historiadora Ana Maria Dietrich (2007), na maior parte da década de 1930, o governo brasileiro tinha como objetivo manter uma relação amigável entre Brasil e Alemanha. Estava em jogo, no âmbito internacional, o interesse de incentivar boas relações comerciais, políticas e culturais entre os países. Por intermédio dos partidários do regime hitlerista, presentes na Embaixada Alemã, criada em 1936, e nos representantes consulares da Alemanha, as relações entre o governo de Vargas e de Hitler estreitaram laços e qualquer atitude contra o partido nazista, entendido como o representante do próprio governo alemão, poderia prejudicar essa relação entre Brasil e Alemanha. Como uma espécie de “moeda de troca”, a organização do partido nazista no exterior aplicava a ordem de não interferência na política local de modo a garantir o funcionamento das suas atividades em países estrangeiros.

O mesmo País que reprimia o Partido Comunista na Revolução de 1935 e mandava todos os seus dirigentes para o julgamento do Tribunal de Segurança Nacional, assistia aos festejos do 1º de maio alemão em grandes estádios de futebol, com desfiles de bandeira da suástica, da chamada juventude hitlerista, coros de músicas alemãs e discursos de seus partidários. Há registros dos festejos no coração das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santa Catarina e Recife (DIETRICH, 2007, p. 120).

¹⁹ Os nazistas eram coloquialmente chamados de camisas marrom (em alemão, *braunhemden*) em referência à cor dos uniformes da SA, o braço paramilitar do partido nazista.

Sob certo ângulo de vista, a região sul do país apresentava uma grande potencialidade de difusão das ideias nazistas. Como estabelecido pela historiografia, o Sul recebeu muitas levas de imigrantes alemães desde a segunda metade do século XIX e começo do XX. Além de povoarem a terra e estabelecerem colônias agrícolas, grande parte desses imigrantes, principalmente a partir da segunda geração como demonstra Ellen (2000), buscaram preservar alguma relação com a sua terra de origem. Nesse sentido, tradições, festivais, associações populares, escolas e igrejas foram criadas reinterpretando a relação dessas pessoas com suas origens familiares. René Gertz (1987) aponta que na década de 1930, havia no Rio Grande do Sul “cerca de 600.000 habitantes de origem alemã (correspondendo a cerca de 20% do total da população do Estado)”, sendo que em Porto Alegre, esse número correspondia a em torno de 12% da população. Todavia, é possível que esse número esteja aquém da realidade uma vez que essa conta é baseada nas análises do Amstادت realizada no centenário da imigração alemã para o Brasil (1999). Podemos nos perguntar se esse número contabilizou apenas os participantes do *Deutschtum*, ou seja da comunidade que falava, participava das igrejas e associações. Diante disso, duas coisas: como ficam os casamentos com outras etnias e como ficam aqueles que não são visíveis? Por exemplo, pessoas muito pobres ou que moram em regiões distantes, e que ficam longe desse *Deutschtum* mais visível da classe média?

De acordo com Ana Maria Dietrich, com a chegada dos representantes do partido nazista na década de 1930, as regiões marcadas pela imigração alemã foram palco de conflitos. Comenta a historiadora que muitos desses descendentes já estavam entre a segunda ou a terceira geração após a migração e, dessa forma, eram considerados *Volksdeutsche* (povo alemão), que pertenciam ao povo alemão, em contraposição aos *Reichdeutsche* (alemães de sangue), que haviam nascido na Alemanha e possuíam cidadania alemã. Havia, portanto, uma hierarquia de “pureza” entre a própria população ligada à comunidade germânica. Além disso, os defensores do nazismo no exterior eram contra a miscigenação racial e a assimilação cultural no Brasil, indicando que os alemães residentes no exterior não poderiam se casar com os não-alemães ou usar a língua local.

Ao considerar os alemães “puros”, entendidos como sendo racialmente superiores aos teuto-brasileiros, criou-se uma hierarquia racial dentro da própria comunidade germânica. Essa visão criava uma diferenciação importante entre os chamados teuto-brasileiros e os portadores de cidadania alemã. Por ordem do partido nazista, somente esses últimos, ou seja, os *Reichdeutsche*, poderiam ser filiados ao partido, o que nos ajuda

a explicar porque em termos de números de filiados ao partido nacional-socialista nunca chegou a ser numericamente expressivo no Brasil. Segundo o estudo de Dietrich (2007), existiam ao todo 2.900 filiados ao Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (em alemão, *nationalsozialistische deutsche arbeiterpartei* - NSDAP) . Se, por um lado, esse número não é expressivo em termos da população brasileira, por outro o Brasil teve o maior número de partidários fora da Alemanha.

pode-se dizer, em resumo, que o regime nazista na Alemanha era contestado por pequenos grupos, sobre os indiferentes não temos dados, e a maioria das lideranças era simpática – estas últimas em sintonia com a posição do governo brasileiro, ao menos até a decretação do Estado Novo (GERTZ, 1998, p. 51).

Mesmo fora da comunidade alemã, o nazismo tinha seus admiradores no sul do país e era visto pelas autoridades brasileiras com simpatia. O governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, durante toda a década de 1930, apoiou o germanismo e manifestações favoráveis ao nazismo. Em 25 de julho de 1937, o estado comemorava o Dia do Colono e também o dia da imigração alemã. Na ocasião, Flores da Cunha discursou em favor do regime nazista e enalteceu o ditador Adolf Hitler (DIETRICH, 2007, p. 234).

Eu poderia — como homem de estado — ser colocado como cego se eu não quisesse ver e reconhecer, que Hitler com sua visão de mundo nacional-socialista salvou a Alemanha e a cultura do caos. Eu poderia de qualquer maneira, ser colocado como cego, se eu quisesse proibir, que os pensamentos que fizeram com que acontecesse a reascensão da Alemanha fossem popularizados nos meios dos alemães de nascimento e teuto-brasileiros. Pelo contrário, só posso estar a favor disto (CUNHA, 1937, apud DIETRICH, 2007, p. 234.).

Sobre isso, é preciso considerar que, na década de 1930, vários países, inclusive o próprio Brasil, viviam em governos cada vez mais autoritários e parte significativa das autoridades brasileiras expressavam publicamente admiração por figuras como Mussolini e Hitler. Esse tipo de discurso demonstra o sucesso da propaganda do partido nazista que, através da difusão das ideias nacional-socialistas, estava interessada em criar a imagem

de uma nova Alemanha. É importante destacar que esse discurso não era só uma imagem. Pelo contrário, em grande medida ele se sustentava nas condições socioeconômicas do momento histórico que a Alemanha vivia.

Fazendo uma breve contextualização, após o fim da Primeira Guerra Mundial e o Tratado de Versalhes, a Alemanha inicia um novo período em sua história que ficou conhecido como a República de Weimar. Esse foi um período conturbado da história alemã. A crise econômica mundial do capitalismo na década de 1930 vai levar o desemprego e a inflação na Alemanha a níveis recordes, sendo que o desemprego atingia a um terço dos trabalhadores (FEIJÓ, 2009, p. 246). Além disso, segundo o historiador canadense Robert Gellately (2001), a sociedade aberta e democrática eram novidades para o povo alemão e, dado o contexto de crise econômica do período, muitos alimentavam sentimentos nostálgicos pela sociedade disciplinada e inspirada nos códigos prussianos da época pré-1914. Pode-se dizer que nazismo cresceu alimentando-se do contexto da crise econômica e da desconfiança nas instituições democráticas.

Assim, quando o nazismo assume o poder e, através de uma política de geração de empregos e fomento a indústria armamentista (FEIJÓ, 2009), consegue uma rápida recuperação da economia, aquece os ânimos dos partidários e simpatizantes da ideologia nacional-socialista em todo o mundo. No plano cultural, em contraposição à República de Weimar, a propaganda nazista procurava criar a representação de uma nação renascida, que havia recuperado a autoestima do povo alemão. Nesses termos, uma intensa propaganda nazista, proposta pelo NSDAP, direcionada especialmente à comunidade germânica, foi realizada na década de 1930 no Brasil, tendo o apoio inclusive de autoridades brasileiras. Por força dos interesses diplomáticos e comerciais, nenhuma ação oficial contra a propaganda nazista foi realizada, ao menos não antes de 1938, quando os partidos políticos seriam proibidos e Getúlio Vargas decretaria a sua ditadura com o nome de Estado Novo. Em muitos sentidos, o governo varguista buscava se aproximar dos regimes fascistas, o que se manifestava em uma série de práticas e estratégias reveladoras de uma “disposição totalitária” (DUTRA, 2012, p. 23). Um desses elementos seria a perseguição política aos adversários políticos, em especial os comunistas.

Havia sinais evidentes de que o governo brasileiro buscava constantemente uma aliança com a Alemanha, principalmente no que

dizia respeito à política antikomintern²⁰ criada por ela, pela Itália e pelo Japão, sem que o Brasil, no entanto, tenha assinado formalmente o acordo de combate conjunto aos comunistas (CANCELI, 1994, p. 40).

Se, por um lado, nesse primeiro momento o governo brasileiro foi conivente com a difusão do nazismo, por outro houveram vozes da sociedade civil que se manifestaram de forma contrária. Partindo sobretudo da iniciativa de alemães que já estavam no Brasil há bastante tempo, surgiram nas grandes cidades jornais e revistas de cunho antifascista. Em São Paulo, por exemplo, foram lançadas a *Tribüne*, em 1933 e a *Gegenwart*, editada por Fritz Heller (1904-1991) entre 1934 e 1936. No Rio Grande do Sul, atitudes sistemáticas de combate à difusão das ideias nazista também foram exceções. As principais das quais temos conhecimento partiram do anarquista Frederico Kniestedt.

Não há como negar que encontramos poucas manifestações de oposição [ao nazismo e fascismo]. A única reação frontal e sistemática foi a de grupos de operários de tendência social-democrata e anarquista em Porto Alegre. Sob a liderança de Friedrich Kniestedt, cria-se uma Liga dos Direitos do Homem e um jornal para juntar-se às forças de todo mundo que combatem a barbárie nazista (GERTZ, 1998, p. 50).

Esse homem “baixinho, brabinho e bigodudo” vai se tornar a principal voz dissidente contra as ideias nacional-socialistas entre a comunidade alemã. Em uma carta, escrita em 1932, o dirigente do grupo local do partido nazista de Porto Alegre enumera alguns indivíduos que poderiam representar. Entre eles, constava o nome

Fr. Kniestedt, escoveiro de profissão, há muitos anos no país, proprietário de uma Livraria Internacional, na Voluntários da Pátria, casado, com 50 e poucos anos. Dirigente de uma associação de auxílio-doença, cujos membros são predominantemente alemães, editou durante vários anos um jornal *Der freie Arbeiter*. Autodenomina-se anarquista. Condições patrimoniais não são ruins; está sob observação por parte do governo. Heil Hitler. Ass. C. H. Ehricht, dirigente do Grupo Local (AKTION, Porto Alegre, 18 de maio de 1933)²¹

²⁰ Pacto assinado entre o Japão e a Alemanha, ao qual mais tarde aderiu a Itália, onde os países se comprometeram a combater a Internacional Comunista.

²¹ Essa carta foi publicada na edição de 18 de maio de 1933 do jornal *Aktion*. As circunstâncias nas quais esse documento chegou às mãos de Kniestedt não foram esclarecidas.

Na primeira metade da década de 1930, o centro nevrálgico das suas ações organizou-se a partir da Livraria Internacional, localizada na Rua Voluntários da Pátria, primeiro no n. 1201 e depois de 1928, no n. 1195, atualmente próximo da Estação Rodoviária em Porto Alegre. Administrada juntamente por Friedrich e sua esposa Elisa Augusta Hedwig, a livraria buscava ser um centro de difusão de conhecimento e reunião de trabalhadores. Fazendo justiça ao seu nome de Livraria Internacional, o estabelecimento teve um papel importante na circulação de livros, jornais e também de imagens que vinham da Europa, especialmente produtos importados da Alemanha. Muitos antes dos avanços das tecnologias de comunicação, essa livraria se constituiu em um espaço de intercâmbio cultural, onde as fronteiras nacionais se revelavam permeáveis. Além dos materiais importados, também era possível encontrar textos em português, principalmente jornais de cunho anarquista. Para os seus frequentadores, a livraria oferecia um serviço de empréstimo de livros, funcionando de forma semelhante a uma biblioteca. Por conta disso, a Livraria Internacional se tornaria um símbolo da luta antifascista na cidade, como comenta Frederico em suas memórias:

As vitrines da minha loja há muito tempo representavam uma trava no olho dos nazistas; ali eram expostos os livros de autores que estavam proibidos no ‘Terceiro Reich’. Havia inscrições berrantes: ‘proibido por Hitler’, ‘noite de São Bartolomeu’²², ‘Hitler, tuas vítimas acusam’ e etc (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 153).

A Livraria internacional, contudo, não passou esse período livre da vigilância das autoridades brasileiras. Em julho de 1935, por exemplo, exemplares da revista *A Plebe*, de São Paulo, foram recolhidas sob suspeitas de conterem material comunista. A denúncia foi feita por dois nazistas à chefatura de polícia. Kniestedt conseguiu recuperar os exemplares após demonstrar que o jornal *A Plebe* “nada tinha a ver com comunismo de partido e com Moscou” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 157), afinal tratava-se de um jornal de cunho anarquista, publicado por Fábio Lopes dos Santos Luz e Edgard

²² A Noite de São Bartolomeu foi um episódio da história francesa. Os reis franceses, católicos, realizaram uma sangrenta repressão ao protestantismo no dia de São Bartolomeu (24 de agosto) de 1572, em Paris. É incerto porque Kniestedt considerava que esse título desagradaria os nazistas, no entanto pode existir alguma relação com a Noite das Facas Longas (*Nacht der Langen Messer*), quando, na noite entre 30 de junho e 1 de julho de 1934, ocorreu um expurgo no partido nazista através do qual o grupo de Hitler assassinou vários dos seus opositores dentro do partido como Gregor Strasser e Ernst Röhm.

Leuenroth²³. A situação, no entanto, serve para demonstrar, além do interesse dos nazistas de atingir economicamente as atividades de Frederico, que o comunismo era mais temido do que o anarquismo pelas autoridades brasileiras.

²³ Edgard Frederico Leuenroth (1881 - 1968) foi um anarquista, arquivista e jornalista do período da Primeira República brasileira. Fundou diversos jornais anarquistas, participou da articulação da Greve de 1917 e foi importante constituição de um dos maiores arquivos existentes sobre a memória dos movimentos operários, que atualmente é administrado pela Universidade de Campinas.



Imagem 4: Friedrich Kniestedt e Elisa Augusta em frente a Livraria Internacional

Fonte: KNIESTEDT, Friedrich. Memórias de um imigrante anarquista. Tradução, Introdução, Epílogo e Notas de Rodapé: Rene E. GERTZ. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1989.

A localização da Livraria Internacional, próxima da Estação Ferroviária e das grandes fábricas de Porto Alegre, não era sem razão. Frederico Kniestedt desenvolvia suas atividades de forma muito próxima das sociedades beneficentes do Arrabalde dos Navegantes, região marcadamente operária de Porto Alegre. Após o seu afastamento da

FORGS, que aconteceu a partir da reorganização da federação em 1931, Frederico procurou mobilizar a população falante de alemão através de entidades beneficentes.

Na verdade, tanto a Caixa Beneficente dos Navegantes, quanto a Associação de Caixas Beneficentes, tinham Friedrich Kniestedt em suas direções e o velho libertário aproveitou este terreno para arregimentar o proletariado de origem alemã contra o nazismo. Em sua sede, na Avenida Brasil n.485, eram realizados kerbs [Quermesse], campeonatos de bocha (kegel), apresentações teatrais e de canto coral, como parte de um esforço de envolver os moradores do bairro nessas lutas. A própria Associação de Caixas Beneficentes possuía um balneário particular na Rua Frederico Mentz (que dava para o Rio Guaíba), como espaço de lazer para os associados, em que eram realizadas festas em que se arrecadavam fundos para a luta antinazista (BARTZ, 2021, p. 357).

Conforme relatou em suas memórias, Kniestedt era conselheiro da Caixa Beneficente dos Navegantes desde 1928. Tornou-se vice-presidente em 1930 e janeiro de 1931 assumiu como 1º tesoureiro, cargo no qual permaneceria até 1935. Em associação com outros grupos beneficentes, fundou-se a Caixas de Auxílio-Doença e Morte, uma associação que visava prestar assistência social do campo da saúde e higiene pública através de convênios com médicos e farmácias. Além disso, partindo da iniciativa de Kniestedt, a associação funda um jornal próprio e um balneário popular (KNIESTEDT, 1989 [1937]). O militante não hesita em salientar a importância da sua participação nesse processo:

Não preciso acentuar que todas estas sugestões vinham de mim e que também tive que realizar praticamente todos estes trabalhos. Eu era secretário do jornal da associação – que era distribuído gratuitamente – e responsável por uma seção de informações sobre assistência social (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 145).

Apesar da sua força na comunidade alemã de Porto Alegre, dias sombrios se aproximavam para Frederico Kniestedt. Enquanto a influência de Hitler aumentava na Alemanha, o grupo nazista de Porto Alegre estava de olho nas associações de assistência social e na influência que as mesmas tinham no operariado de origem alemã nos bairros de São João e Navegantes. Em abril de 1932, os nazistas solicitaram o salão da Caixa de

Auxílio-Doença e Morte para realizar uma festa do partido, o que naturalmente é negado. A situação se desenvolve uma troca de farpas através da imprensa de idioma alemão entre Friedrich e os representantes do partido nazista. Na ocasião, o velho libertário aluga, sob suas custas e responsabilidade, o salão da Caixa de Auxílio com o objetivo de realizar uma reunião popular pública.

A reunião realizou-se no dia 30 de janeiro de 1933, curiosamente no mesmo dia que Hitler tornou-se chanceler na Alemanha. Kniestedt escreve em suas memórias que “os nazistas foram convidados; naturalmente lhes foi garantida a liberdade de falar. Vieram todos, absolutamente todos, uns 40, liderados pelos Hornige, Künnes, Ehrlichs e etc.” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 146). Na sequência, ele transcreve o trecho de um artigo publicado em 31 de janeiro de 1933 no *Deutches Volksblatt* (Folha do povo alemão), um jornal de língua alemã, administrado por jesuítas. Nesse artigo, cujo título era “Os nacional-socialistas em Navegantes e seu curioso recuo”, a reunião é relatada da seguinte forma:

pode-se dizer que o orador da noite, Sr. Fr. Kniestedt, venceu em toda a frente, graças ao seu discurso superior, ponderado, calmo, não polemizando simplesmente, mas apresentando fatos e documentos. A palestra foi taticamente perfeita e bem fundamentada. Muitas vezes ela foi interrompida por tempestuosos aplausos (KNIESTEDT, 1989 [1937], p.147).

Na avaliação de Kniestedt, o resultado da reunião não poderia ser mais satisfatório uma vez que “os heróis nazistas tinham dado no pé.” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 147). O evento chamou a atenção da comunidade na época de modo que pessoas, até então desconhecidas, apresentaram-se a Kniestedt com o objetivo de “combater a incultura marrom, como se diz, ou melhor, para ajudar-me nesta luta” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 148). Certamente preocupava os anti-nazistas daquela época que, em 27 de fevereiro daquele ano, o Parlamento Alemão (*Reichstag*) foi incendiado e a culpa foi colocada nos radicais comunistas. Em resposta a isso, o presidente da Alemanha, Paul von Hindenburg, emitiu o Decreto do Incêndio do parlamento (*Reichstagsbrandverordnung*), que cancelava a maior parte das liberdades políticas e civis previstas na constituição.

Em função do que acontecia na Alemanha, a formação de grupos anti-nazista, inclusive no Brasil, tornava-se cada vez mais urgente. No dia 6 de março de 1933, o

partido nazista conquistou 43,9% dos votos e se tornava o maior partido no Parlamento alemão, no entanto, os parlamentares nazistas ainda não tinham maioria absoluta. Com o objetivo de conquistar controle político total, o chanceler Hitler colocou em votação o projeto de Lei Habilitante de 1933 (*Ermächtigungsgesetz*), que oficialmente foi chamada de Lei para Redimir a Angústia do Povo e do Reich (*Gesetz zur Behebung der Not von Volk und Reich*). Contudo, a implementação dessa lei, que permitia a Hitler e seu gabinete o poder de passar leis sem o consentimento do Parlamento por um período de 4 anos, dependia da aprovação de dois terços do Parlamento.

Utilizando o Decreto do Incêndio do Reichstag, os nazistas prenderam 81 deputados comunistas (membros do KPD) e impediram que vários deputados social-democratas (membros do SPD) participassem na votação. Restava garantir a votação do partido do centro, o que Hitler conseguiu após prometer que o presidente Paul von Hindenburg reteria o poder de veto. A votação aconteceu no dia 23 de março de 1933 e terminou com a aprovação da lei que garantiu plenos poderes ao governo de Adolf Hitler. No ano seguinte, em agosto de 1934, o presidente Hindenburg faleceu e Hitler passou a acumular as funções de chanceler e presidente da Alemanha. Com seus poderes consolidados, em uma entrevista para um correspondente britânico em Berlim, em junho de 1934, Hitler fez a famosa afirmação de que o Nacional-socialismo durará mais de 1000 anos ao que Kniestedt teria respondido “Se o nazismo vai durar mil anos, como afirma Hitler, eu quero viver 1001 anos para assistir à sua derrota” (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 14 de Outubro de 1947).

Nesse contexto sombrio, no começo de março de 1933 realizou-se uma reunião na moradia de Frederico Kniestedt que foi seguida de outras até que, em abril, nasceu a *Liga für Menschenrechte / Ortsgruppe Porto Alegre* (Liga dos Direitos Humanos /Grupo regional Porto Alegre). Tratava-se de um grupo independente sem ligação com lideranças e outros grupos na Europa, apesar do nome ser uma inspiração em grupos já existentes em solo europeu. A Liga realizava reuniões regulares na Livraria Internacional com o objetivo de discutir a conjuntura do nazismo no Brasil e na Alemanha. Esse grupo agrupava um conjunto heterogêneo de falantes de alemão, cujo objetivo era mobilizar a comunidade germânica contra o regime de Hitler. Inicialmente, o grupo era composto por 20 pessoas, entre elas “estavam, além de apertadários, alguns democratas, social-democratas e comunistas de partido” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p.148).

A primeira Liga dos Direitos humanos que temos registro na história é a francesa Liga dos Direitos do Homem e do Cidadão (em francês: *Ligue française pour la défense des droits de l'homme et du citoyen*), geralmente chamada apenas de Liga dos direitos do homem (*Ligue des droits de l'homme*). Essa liga foi fundada em 4 de julho de 1898 pelo republicano Ludovic Trarjeux com objetivo de defender o capitão Alfred Dreyfuss, um judeu injustamente condenado por traição. Anos mais tarde, sob a inspiração da liga francesa, surgiu a *Deutsche Liga für Menschenrechte* (Liga alemã dos direitos humanos) em 1922, da qual Alfred Einstein teria participado. No mesmo ano, nasceria a Federação Internacional das Ligas dos Direitos Humanos com sede em Paris. Apesar disso, o grupo formado por Kniestedt é independente e não possui nenhuma vinculação com organizações pré-existentes, embora a inspiração na escolha do nome seja evidente.

Para orientar a ação dos antifascistas, a Liga dos Direitos Humanos de Porto Alegre criou o jornal *Aktion*, que manteve uma regularidade bimensal até fins de 1936. O objetivo principal do jornal era orientar o combate ao nazifascismo e ser uma fonte de informações alternativas sobre o que estava acontecendo na Alemanha de Hitler. Os artigos publicados, de modo geral, acompanhavam a assinatura do escritor. Em alguns casos, eles eram retirados de outros jornais anti-nazistas como o *Argentinisches Tageblatt*, um jornal antinazista argentino. Em outras ocasiões, as informações provinham de contatos internacionais, que mandavam cartas para Kniestedt comentado sobre a situação no continente europeu. Isso nos revela a articulação transnacional dos anarquistas e a manutenção do vínculo de Kniestedt com a sua sociedade de origem. Paralelamente, o jornal também servia para divulgar os produtos vendidos na Livraria Internacional.

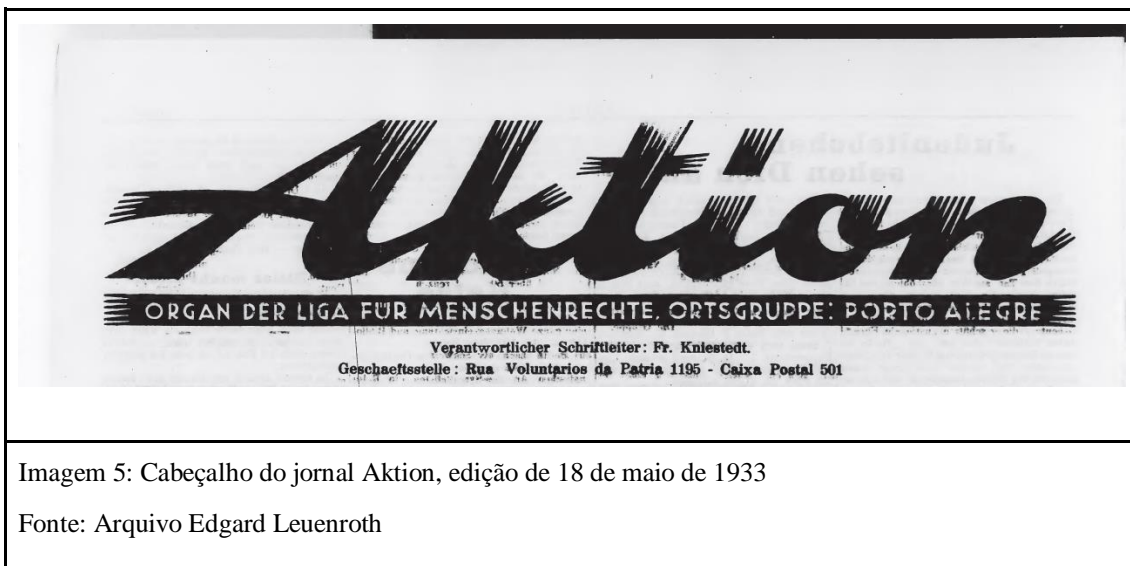


Imagem 5: Cabeçalho do jornal *Aktion*, edição de 18 de maio de 1933

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth

A produção do jornal era custeada com os recursos de Kniestedt e isso não se dava sem percalços uma vez que as tipografias alemãs evitavam publicar o tipo de conteúdo produzido no *Aktion*. Em suas memórias, Frederico comenta que, após fracassar com uma tipografia brasileira, ele compra “todo o material para a linotipia do jornal; mandava compô-lo na minha casa e levava a chapa para a tipografia, pois não tínhamos a máquina para imprimir” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 150). A busca por uma tipografia disposta a imprimir o material continuava e, apesar dos problemas como o transporte, que muitas vezes rebentava a chapa de uma página, e dificuldades de conseguir um linotipista para a composição do jornal, foram produzidas ao todo 90 edições do *Aktion*. Em seus momentos iniciais, o jornal contava com quatro pessoas encarregadas da redação, além de um “diretor-responsável, um expedidor e um encarregado dos anúncios” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 149). A primeira edição, publicada em 18 de maio de 1933, saiu com 1.500 exemplares. A edição inaugural começa da seguinte forma

Nossos objetivos

No dia 31 de janeiro o presidente da Alemanha confiou a Adolf Hitler, o Führer do N.S.D.A.P., o cargo de chanceler alemão. Com poderes que nenhum dos seus antecessores teve, Hitler assumiu o cargo. Desde dia em diante, acontecem coisas na Alemanha que desprezam todos os direitos humanos

Quando as primeiras notícias chegaram até nós, nós decidimos, na época um pequeno grupo de diferentes correntes políticas, mas unidos na rejeição à injustiça, que o novo governo começou a perpetrar, fundar um grupo regional da Liga dos Direitos Humanos e agir de acordo com suas aspirações. O nosso programa está no nome da nossa união.

[...] A esmagadora maioria dos alemães do Rio Grande do Sul [...] não está disposta a permitir que a discórdia criada pelo N.S.D.A.P. penetre ainda mais fundo no germanismo local (AKTION, Porto Alegre, 18 de maio de 1933, tradução nossa).

Com o tempo, o grupo de Kniestedt passou a receber fugitivos do nazismo. Um exemplo disso foi o refugiado e diretor de teatro Willy Keller (1909-1979), originalmente Karl Wilhelm Keller²⁴. Em 1934, Keller foi ameaçado de prisão pela Gestapo. Sua mulher, de origem judaica, foi mantida sob observação. Com a ajuda de parentes no Brasil, o casal consegue fugir em 1935 para Porto Alegre, onde Keller se associou com Kniestedt. Em carta, Keller comenta que “Na véspera da publicação do *Aktion* sempre reinava pânico no consulado alemão em Porto Alegre”²⁵.

Anos mais tarde, no último ano da guerra, Kniestedt colocaria fim a sua colaboração com Willy Keller, que no momento comandava um grupo antifascista no Rio de Janeiro. O rompimento aconteceu por razões ideológicas uma vez que Kniestedt seguia uma linha anarquista e era contra qualquer aproximação com partidos políticos ao passo que o grupo de Keller simpatizava com o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD). Apesar das divergências, a colaboração existiu e, em 1944, Keller descreveu as atividades de Kniestedt destacando a pluralidade ideológica:

por mais de dez anos [...] Friedrich Kniestedt, conseguiu reunir um círculo de pessoas ligadas pela confiança mútua. [...] Essas pessoas não têm uma opinião política uniforme [...] Elas estão unidas na sua luta contra a opressão, contra a miséria social, contra a guerra e o racismo. [...] Sabem que uma nova ordem só é possível quando o ser humano, que é seu portador, garante essa ordem com convicção e com o empenho de sua pessoa. (KELLER, 1944 apud ECKL, 2015, p. 136)²⁶

Na década de 1930 podemos perceber que o foco do militante Friedrich Kniestedt deslocou-se do movimento operário tradicional e passou a ser o enfrentamento aos grupos nazistas. A mobilização de uma identidade de classe, contudo, em nenhum momento

²⁴ Outro exemplo é o do artista plástico austríaco Gustav Epstein

²⁵ Entrevista com Willy Keller para o Institut für Zeitgeschichte, Munique, 05/10/1971. In: Acervo Willy Keller, Institut für Zeitgeschichte, Munique, ZS 2214, p. 3. Disponível em <http://www.ifz-muenchen.de/archiv/zs/zs-2214.pdf>. Acesso em 10/02/2022

²⁶ No artigo de Eckl, a fonte desse trecho está referida da seguinte forma: KELLER, W. In eigener Sache. In: Notgemeinschaft deutscher Antifaschisten. Alemães Antifascistas. Carta n° 2, 1944

deixou de estar presente. Em suas memórias, o militante comenta que “os nazistas organizaram para o dia 1º de maio um feriado marrom; naturalmente nos posicionamos e eu editei com apoio da Liga um panfleto distribuído aos milhares. O resultado foi a ausência do operariado nesta comemoração.” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 148). Além disso, o jornal *Aktion* de 17 de julho de 1933 apresentou um editorial defendendo que os trabalhadores de língua alemã não deveriam participar da comemoração do primeiro de maio organizada pela Sociedade de Ginástica (atual SOGIPA²⁷) por razões ideológicas:

Qual é o nosso lugar?

Ao não participarmos na chamada “celebração do trabalho” no dia 1 de maio, no salão da Sociedade de Ginástica, comprovando que nós, operários de língua alemã de Porto Alegre, não nos sentindo solidários com os senhores do NSDAP [sigla do Partido Nazista na Alemanha], que não simpatizando com a nova Alemanha e não nos vendo junto de uma horda de reacionários das mais miseráveis matizes, é hora de determinar nossa posição sobre o que está acontecendo na nova Alemanha (AKTION, Porto Alegre, 17 de Julho de 1933, tradução nossa).

Na sequência, o texto enumera uma série de motivos pelos quais a vida dos trabalhadores na Alemanha havia piorado com o regime nazista, argumentando que, por conta disso, os trabalhadores não deveriam se confraternizar com os simpatizantes desse regime. Nesse momento, o jornal criado pelo grupo de Friedrich Kniestedt estava batendo de frente com a imagem da nova Alemanha difundida pela propaganda nazista.

É importante destacar que a festividade do primeiro de maio era uma data utilizada pelos nazistas para a ampliação da sua influência na comunidade teuta, mas isso não significa que os diretores da Sociedade de Ginástica fossem filiados ao partido nazista. Segundo Gertz, a maioria das personalidades ligadas ao germanismo no Brasil viam com simpatia a ascensão de Hitler por representar para eles o “reerguimento da “pátria-mãe” e de retomada e aprofundamento dos princípios germanistas” (GERTZ, 1998, p. 50), mas apesar disso poucos foram membros efetivos do partido. Em Porto Alegre, estima-se que, no ano de 1933, havia somente 120 membros ativos do NSDAP (GERTZ, 1987, p. 86).

O próprio caso da Sociedade de Ginástica é controverso. Fundada em 1867 pelo influente Jacob Aloys Friedrichs (SILVA, 2006), a *Turnerbund*, nome da liga em alemão,

²⁷ Hoje em dia o nome da instituição é Sociedade de Ginástica de Porto Alegre (SOGIPA) e conta com uma grande variedade de esportes, como futebol, natação e outras atividades para os seus associados.

se consolidou como um importante espaço de influência na comunidade germânica. Tanto no Brasil como na Alemanha, a ginástica, relacionada com as noções de ordem e disciplina necessárias para o esporte, adquire uma conotação política associada com o patriotismo alemão.

Por conta disso, é natural que o núcleo nacional-socialista local procure se aproximar da Sociedade de Ginástica. Conforme a historiadora Haike Roselane Kleber da Silva (2006), em 1932 o grupo local do partido nazista solicitou a sede do clube para uma reunião partidária. O pedido, contudo, foi negado. Após alguns meses, um novo pedido é feito e dessa vez mais ambicioso: o partido nazista quer reunir-se semanalmente nas dependências do clube. Na ocasião, Jacob Aloys Friedrichs fez questão de tomar para si a responsabilidade pela resposta negativa, embora a assembleia tenha respondido de forma coletiva.

Entre as razões dessa desaprovação estava o medo em relação ao que, na época, chamava-se de “perigo alemão” e os “enquistamentos étnicos” que poderiam acarretar em restrições às manifestações identitárias do grupo teuto-brasileiro, o que viria a acontecer mais tarde durante o Estado Novo. Além disso, Jacob Aloys Friedrichs, embora defensor do *Deutschtum* (Germanismo), era opositor ao nazismo, inclusive, em uma carta escrita em 1948, ele se considerou “o mais odiado opositor ao nazismo” (SILVA, 2006, p. 201), título que já pertence a outro Friedrich. É importante destacar nisso a rejeição que as lideranças teuto-brasileiras a muito estabelecidas no país poderiam desenvolver com a atitude agressiva dos nazistas que se portavam como os “autênticos portadores do ‘novo espírito alemão’” (GERTZ, 1998, p. 51).

A relação da elite alemã com o nazismo é bastante complexa. Alexandre Fortes (2004) aponta que empresários alemães como Alberto Bins e A. J. Renner atuaram para evitar a filiação do Turnerbund e da Sociedade Germânia ao Partido Nazista. Um depoimento aponta que 75% dos filiados seria contra e houve violentos conflitos quanto a isso em junho de 1937 (FORTES, 2004, p.96). Podemos nos perguntar se essa postura não está vinculada ao desejo de não intervenção da elite alemã em relação aos seus próprios negócios, o que seria um "antinazismo" muito diferente daquele de Kniestedt e da Liga dos Direitos Humanos.

A nota do jornal *Aktion* não necessariamente estava fazendo uma acusação sem fundamento. As comemorações do primeiro de maio entre 1933 e 1937 organizadas pelo

Consulado Alemão de Porto Alegre contavam com a participação de partidários do NSDAP de acordo com Imgart Grützmann (2018). Analisando as repercussões no *Neue Deutsche Zeitung*, além de outros jornais da imprensa em alemão, ele afirma que

De 1933 a 1937, em seus vários espaços, o 1º de Maio recebeu diversos participantes que colaboraram na organização da comemoração e na veiculação da propaganda nacional-socialista e/ou compartilharam de suas diversas modalidades. Em 1933, não houve menção a números, mas sublinhou-se na imprensa que, no *Turnerbund*, “o Grupo Local da N.S.D.A.P. soube mobilizar o *Deutschtum* de Porto Alegre para a ideia nacional de um modo até então quase desconhecido (GRÜTZMANN, 2018, p. 275).

Há outros indícios que, no ano de 1933, o partido nazista conquistou certo espaço na Sociedade de Ginástica, apesar da desaprovação da diretoria. Conforme Haike Roselane Kleber da Silva, o NSDAP

Não estava ali oficialmente representado, mas coligava-se com outras instituições do grupo étnico para festividades que aconteciam na sede do centro ou no parque no arrabalde de São João e acabava, com isso, encontrando espaço para sua bandeira. Este espaço foi mantido até fins de 1936 e era aproveitado sempre que possível, dando destaque às autoridades das instituições nacional-socialistas e à expressão das suas ideias. Na sede do *Turnerbund*, o NSDAP realizava frequentes palestras, como a ocorrida ainda em 1936 sobre ‘a questão da raça e a supremacia do ser humano nórdico’ (SILVA, 2006, p. 202).

Em meio à documentação do jornal *Aktion*, encontrei uma nota assinada “1º de maio de 1933”. Não foi possível determinar com precisão a data da sua publicação, mas acredito que ela acompanha a primeira edição do jornal em 18 de maio. A nota é assinada por Friedrich Kniestedt, na qual ele relata ter lido no jornal conservador *Neue Deutsche Zeitung*²⁸ (Novo Jornal Alemão) sobre a festividade do primeiro de maio realizada na Sociedade de Ginástica. Em tom de grande indignação, o militante declara que

²⁸ Fundado por Karl Von Koseritz (1830 – 1890) em 1881 com o nome de *Konseritz Deutsche Zeitung*. Assumiu o nome de *Neue Deutsche Zeitung* em 1906. Mesmo após a morte do seu fundador, era um importante e influente jornal da imprensa alemã de Porto Alegre. Por seu cunho conservador e simpatia com nazismo, frequentemente entrou em conflito com Kniestedt.

O que deveria estar acontecendo lá nas salas da Sociedade de Ginástica na segunda-feira, 1º de maio de 1933, é uma comédia, uma caricatura dos pensamentos do Primeiro de Maio. Os senhores do partido nazista não têm o direito de falar em nome da força de trabalho. Como o mais antigo homem de confiança (*Vertrauensmann*) da força de trabalho internacional do e para o Rio Grande do Sul, do qual eu ainda hoje possuo total confiança (*Vertrauen*), **PROTESTO em nome dos mesmos - inclusive dos falantes de Alemão - contra essa zombaria ao dia do trabalho** (*AKTION*, Porto Alegre, 18 de maio, grifos e maiúsculos do texto original).

O termo *Vertrauensmann* escolhido por Kniestedt foi traduzido de forma literal como “homem de confiança”, mas o termo também pode ser traduzido como “delegado”. Dessa forma, o militante buscava representar a voz daqueles que não concordavam com o crescimento da influência do partido nazista na comunidade germânica. Como argumentado no capítulo anterior, a escolha do termo “falantes de alemão” (no original, *deutschsprachige*) demonstra que o militante buscava representar não só aqueles que estivessem conectados à germanidade pela cidadania ou laços sanguíneos, mas também pelo idioma. Esse destaque é importante pois nos permite pensar que o público da mensagem de Kniestedt não se resumia aos que se identificavam como alemães no sentido étnico.

Segundo Grützmann (2018), a tentativa de cooptação da classe trabalhadora de origem germânica pelo nacional-socialismo através da comemoração do Primeiro de Maio aconteceu pelo menos até 1937. Ao longo desse período, o Estado brasileiro primou pela manutenção das boas relações diplomáticas com a Alemanha nazista de modo que nenhuma intervenção contra a difusão da ideologia nacional-socialista foi tomada e havia simpatizantes de Hitler, de origem germânica ou não, nas instâncias governamentais do Brasil. Como veremos mais adiante, esse cenário mudaria a partir de 1937 com a implementação do Estado Novo de Getúlio Vargas, mas até essa data ações contra o nazismo surgiram espontaneamente da sociedade civil. No Rio Grande do Sul, Frederico Kniestedt foi uma pedra no sapato do nazismo local por conta do seu esforço de levar o antinazismo para a classe operária de idioma alemão. Através de sociedades beneficentes e do jornal *Aktion*, o libertário procurou criar um movimento antinazista organizado.

3.2 : Por uma outra forma de ser alemão: o velho libertário e a luta contra a germanidade nazista

Na tarde de um sábado do dia 17 de novembro de 1934, Frederico resolve passear pela Rua das Andradas, no centro de Porto Alegre. Ao se aproximar da Galeria Chaves, ele se depara com três homens alemães, dois dos quais ele conhecia. Em tom de indignação, disse um deles enquanto Kniestedt passava ao lado: “lá vai a vergonha alemã”. O velho libertário também teria escutado um homem falando para sua mulher em alemão: “veja, esse é o pária”. Além disso, um grupo de cinco pessoas, duas com a suástica nazista, cospem no chão quando Kniestedt chegou perto (AKTION, Porto Alegre, 30 de novembro de 1934, tradução nossa). Em suas memórias, Kniestedt escreve que, apesar do entusiasmo inicial, as ações do seu grupo foram perdendo força. Em relação ao jornal Aktion, ele comenta que

Duas pessoas da redação ficaram com medo da própria coragem; o corretor decidiu que se os pontos e as vírgulas fossem colocados onde ele queria, o fascismo seria derrotado mais rápida e mais eficazmente; o homem dos anúncios fracassou totalmente, de forma que dentro de pouco tempo tive que fazer tudo sozinho e assumir toda a responsabilidade (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 149).

Avaliação semelhante é feita sobre a Liga dos Direitos Humanos

Em praticamente cada encontro apareciam restos novos e nós nos teríamos tornado grandes, se não fosse o ‘se’. Com exceção de três encontros, o palestrante sempre fui eu. Isto foi um erro, mas que fazer? Ninguém queria arriscar seu couro. [...] Se os membros da Liga tivessem cumprido com as tarefas que se auto-impuseram, então o nazismo com todos os seus reflexos seria algo desconhecido no Rio Grande do Sul (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 149).

Segundo o relato, o medo a represálias fez com que muitos membros da Liga recuassem e no final sobraram somente os anarquistas. Apresentando aspectos narcisistas, a narrativa de Kniestedt nos informa que, com o tempo, as iniciativas da Liga dos Direitos Humanos foram perdendo o fôlego e passaram a ser concentradas na sua figura. Assim, a construção pública que esse sujeito faz de si mesmo carrega a perspectiva de que o único movimento antinazista de Porto Alegre seria o dele. Mas será mesmo? Não existiam outros grupos antinazistas que a atuação de Kniestedt apagou? Outras pesquisas, realizadas com, talvez, outras fontes, podem nos iluminar essa questão. No entanto, podemos afirmar que o resultado desse processo de pessoalização é que Kniestedt se torna um dos principais alvos do partido nazista e seus simpatizantes no Rio Grande do Sul. O velho libertário relata receber “duas ou três cartas com ameaças ou insultos” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 153) por semana. Além disso,

Também fui contemplado com outras amabilidades. Uma vez me foi mandado um rato contaminado, outra vez atiraram bombas na minha loja. Minha caixa postal foi objeto de muitos atentados, quebrar, forçar, lambuzar eram coisas que aconteciam com frequência (KNIESTEDT, 1989 [1937], p.153).

Em certa ocasião, um grupo de jovens hitleristas se preparou para quebrar os vidros da vitrine da Livraria Internacional, provavelmente inspirados em ações semelhantes que ocorriam na Alemanha contra os negócios de judeus. Na ocasião, as vidraças da loja foram salvas por um vizinho de Kniestedt que observou a movimentação dos jovens uniformizados e os entregou à polícia (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 153). A solidariedade da vizinhança, contudo, nada podiam fazer contra o corte no envio das mercadorias da Alemanha, que eram o principal foco da livraria, de modo que as vendas ficaram prejudicadas. Em carta ao Ministério do Interior da Alemanha, Kniestedt relata ter uma dívida de 1.500 marcos alemães por conta dos prejuízos financeiros causados pelas ações dos seus oponentes (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 155).

Os conflitos também aconteceram com as autoridades estabelecidas em território brasileiro. O *Aktion* realizava uma contrapropaganda ao nazismo, o que frequentemente entrava em confronto com a elite simpatizante ou abertamente defensora do nacional-socialismo. Em 18 de outubro de 1933, na condição de diretor do *Aktion*, Frederico foi convocado à chefatura de polícia porque o cônsul alemão apresentou uma queixa sobre

ele por que ele havia ofendido o Führer do Império Alemão e o seu gabinete. No dia 23 de janeiro de 1934, ele é chamado pela segunda vez, dessa vez com os diretores do Jornal da Manhã e do Jornal da Noite, por conta de edições que abordam o crescente número de assassinatos na Alemanha. Quanto a isso, Kniestedt escreveu que

O substituto do chefe da polícia nos encareceu que no futuro fossemos um pouco mais delicados no tratamento dessas questões, para não abalar as boas relações entre Brasil e Alemanha. No que se refere à minha pessoa prometi em profundo arrependimento fazer tudo para continuar sendo aquele que sempre fui (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 151).

Os conflitos também aconteceram com a elite teuto-brasileira. Em 14 de maio de 1934 recebeu uma convocação para aparecer diante de um juiz para responder a um processo de injúria aberto pelos proprietários dos jornais *Der Urwaldsbote*, de Blumenau, e *Neue Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre. Kniestedt foi absolvido em primeira instância em 17 de novembro de 1934 e na segunda instância em 17 de janeiro de 1935, mas apesar disso no ano de 1937 (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 156) ele relata ainda não ter recebido dos seus acusadores a indenização pelas custas no processo. Isso pode demonstrar que as autoridades do judiciário brasileiro, dado o contexto da Campanha de Nacionalização, não queriam ir longe para favorecer uma elite étnica.

Todavia, a retaliação que provavelmente foi a mais significativa ocorreu no dia 3 de novembro de 1934, quando, seguindo determinações do governo de Hitler, o ministro do interior Wilhelm Frick cassou a cidadania alemã de indivíduos inimigos da Alemanha, entre eles constava Friedrich Kniestedt. A justificativa do governo alemão baseia-se no fato de que o comportamento do velho libertário não condizia com as “obrigações de fidelidade ao império e ao povo alemão” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 154), além de prejudicarem os interesses da Alemanha no exterior. Alguns dias depois, uma resposta foi publicada em forma de artigo no *Aktion*.

Também no futuro eu, como não-alemão, como banido, como prejudicador do povo, cumprirei com o meu dever para com a humanidade como até agora tenho feito. Não publicarei notícias terroristas sobre a Alemanha que poderão prejudicar a cotação da mesmo, porém hei de dizer sempre a puríssima, horrível verdade sobre a Alemanha, sobre o seu povo, sobre seus escravizadores, seus

verdadeiros prejudicadores do povo e os miseráveis exploradores da verdade (AKTION, Porto Alegre, 15 de Novembro de 1934).

A medida oficialmente reconheceu Friedrich Kniestedt como inimigo do governo hitlerista, motivo de orgulho para o velho libertário que se considerava lutar por “uma verdadeira germanidade e com isto uma verdadeira humanidade” (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 154). Kniestedt ainda enviou uma carta ao ministro do interior Wilhelm Frick, na qual ele escreve

O Sr. não deve esperar que vou protestar contra esta determinação; não, estou satisfeito com ela. Desde que o ‘Terceiro Reich’ com todos os seus penduricalhos tomou conta do país dos meus ‘pais’, me considero adversário dessa sociedade estatal [Staatverbundes], ou seja, como não-pertencente a esta comunidade estatal [Staatgemeinschaft] (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 155).

Ao declarar não pertencer à *Staatgemeinschaft* (Comunidade estatal), Kniestedt estava se referindo, talvez com ironia, ao conceito propagado pelos nazistas de *Volksgemeinschaft* (Comunidade do Povo), que seria a comunidade criada pelo povo da etnia alemã, com o objetivo de construir uma sociedade unida com base na pureza racial. A base ideológica da teoria racial do nazismo baseava-se no *jus sanguinis* (direito de sangue), ou seja, as fronteiras alemãs não eram limitadas pelo território do país, mas sim pela presença da “raça ariana”. Como coloca Ana Maria Dietrich, para os nazistas, “onde houvesse o sangue germânico, haveria simbolicamente a Alemanha, enquanto nação universal.” (DIETRICH, 2007, p. 46). O racismo era um dos fundamentos da *Weltanschauung*²⁹ nacional-socialista, segundo a qual haveria raças superiores, os arianos, à qual pertencia a etnia alemã, e raças inferiores (*Untermensch*), à qual pertenciam os eslavos, grupos indígenas, negros, mestiços, judeus e ciganos.

Essa discussão foi percebida a partir das teorias de raça vigentes na época. Peço permissão ao leitor para voltar alguns bons anos no passado com o objetivo de fundamentar melhor esse debate. Em “Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens” de 1755, Rousseau (1712 – 1778) inaugura uma visão

²⁹ Muitas vezes traduzido como “mundivivência”, esse termo indica não só uma visão de mundo, mas um conjunto de valores, crenças, impressões, sentimentos e concepções, que são anteriores à reflexão, sobre o mundo ou época no qual se vive

humanista na qual o “bom selvagem”, isto é, o ser humano em seu estado “puro”, seria o ponto de partida para refletir sobre a civilização decadente na Europa. Nesse sentido, Rousseau é considerado um pessimista (RUDÉ, 1988) uma vez que, de acordo com o seu pensamento, a sociedade corrompe o bom selvagem. Essa reflexão pensa a humanidade em sua totalidade e teria um ponto de partida comum. No final do século XVIII, a partir dos legados do Iluminismo e da Revolução Francesa, esse pensamento humanista se tornaria central para estabelecer as bases filosóficas para se pensar a liberdade e a igualdade como naturais ao gênero humano.

No entanto, também existiram pensadores como Buffon (1707 – 1788), que rompeu com a representação positiva do “estado natural” no paraíso rousseauiano ao caracterizar o continente americano a partir da carência. Em comparação com o “Velho Mundo, o continente americano seria uma terra “imatura” por conta da escassez de povoamento, pequeno porte dos animais, ausência de pelos nos homens e etc (SCHWARCZ, 1993, p. 61). Sendo assim, uma noção de hierarquia é introduzida apesar da unidade do gênero humano permanecer na premissa do pensamento de Buffon.

A partir do século XIX, ganhou força um contexto intelectual que enfrentava o postulado da unidade do gênero humano através da naturalização das diferenças entre os seres humanos. Essa naturalização das diferenças se expressa na emergência do conceito de “raça” que estabelecia a existência de heranças genéticas permanentes entre diferentes grupos de humanos. Contribuí para isso as emergentes discussões sobre cidadania, alimentadas pelos movimentos nacionalistas do século XIX, que confundiam, cada vez mais, a noção de raça com a noção de povo, tal como os nazistas fariam anos mais tarde.

As origens do pensamento nacional-socialista, no entanto, são muito mais antigas. O historiador russo Léon Poliakov, ao analisar o mito ariano, conclui que ele estava enraizado na sociedade europeia desde a idade média. Segundo ele, “não se esperou o século XVIII para pôr em dúvida a doutrina bíblica da unidade do gênero humano. Com efeito, a contestação desta teoria é quase tão antiga como a própria teoria” (1991, p. 105). Seria, então, esse “mito da origem” que, no século XIX, seria combinado com teorias raciais e sustentaria o mito ariano. Esse debate coloca frente a frente duas visões sobre a origem da espécie humana. De lado, a visão monogenista que, em acordo com a narrativa bíblica, defendiam que o ser humano tinha uma origem comum e única. Esse modelo, contudo, não necessariamente tinha como pressuposto a igualdade entre os seres humanos uma vez que, para muitos dos seus defensores, os seres humanos se diferenciavam entre

mais ou menos perfeitos na medida em que se aproximavam da criação divina. Do outro, a visão poligenista, baseando-se no que encaravam ser as leis biológicas e naturais, acreditava na existência de várias origens para o gênero humano, o que explicava as diferenças raciais observadas. Essa última visão seria a base para interpretações deterministas do comportamento humano segundo as quais o nosso modo de ser e agir já estaria previamente determinado pela nossa carga genética. Como desdobramento desse pensamento, surge a Antropologia Criminal, tendo como principal expoente o psiquiatra Cesare Lombroso, cujas ideias afirmavam que a criminalidade era um fenômeno hereditário e objetivamente detectável na fisiologia do ser humano.

A partir da publicação de “A Origem das Espécies”, em 1859, o debate sobre a origem da humanidade ganhou novos elementos. Existiu uma minoria que defendeu que certas características dos seres vivos são mais bem explicadas por uma causa inteligente (no caso da interpretação religiosa, essa causa é Deus) do que por um processo não-direcionado como a seleção natural, no entanto, aos poucos, as ideias apresentadas por Darwin transformam-se em referências obrigatórias para a grande maioria da comunidade científica da época. Com isso, conceitos como “seleção natural”, “competição do mais forte” e “evolução” entram no vocabulário dos filósofos e cientistas e passam a ser aplicados às mais variadas áreas do conhecimento de formas bastante diversas.

A assimilação dos conceitos darwinianos não se deu de forma uniforme. Os poligenistas, por exemplo, buscaram minimizar a origem comum ao destacar a importância das determinações da seleção natural (SCHWARCZ, 1993). Na esfera política, uma interpretação conservadora do darwinismo serviu de base teórica para justificar o imperialismo europeu no continente africano e asiático com base na crença de que os povos europeus eram superiores aos demais. Assim, em oposição à tradição humanista, ganharia força na época um determinismo de cunho racial ou, em outras palavras, um determinismo baseado em uma teoria das raças. De acordo com essa visão, os seres humanos dividiam-se em raças apesar da origem comum. Os defensores dessas ideias entendiam que havia, entre as diferentes raças humanas, a mesma diferença entre o asno e o cavalo. Essas divisões não se limitavam nos caracteres físicos, mas também, por força do determinismo genético, significavam diferenças morais e culturais de modo que havia uma correspondência entre a divisão dos seres humanos por raças e a divisão entre culturas, hábitos e comportamentos. Esse modelo racial serviu para negar o

princípio do livre-arbítrio e afirmar a força do que era encarado como leis biológicas no comportamento humano.

Essa visão sobre a humanidade, desenvolvida no século XIX, se constituiria no século seguinte na matriz ideológica do nacional-socialismo. A decorrência lógica desse tipo de pensamento era o enaltecimento da “pureza” racial entre as raças consideradas superiores, uma vez que as misturas implicam em um processo de degeneração. A miscigenação para esse pensamento tinha consequências nefastas que poderiam ser comprovadas sob a luz da comparação do progresso no continente europeu e o “atraso” nas outras partes do planeta.

Elegendo as noções de “diferença” e “degeneração” como metáforas para a explicação da história universal, os defensores dessa teoria racial fizeram uma leitura do mundo segundo a qual o “bom desenvolvimento de uma nação seria resultado, quase imediato, de sua conformação racial pura” (SCHWARCZ, 1993, p. 80). Como se sabe, o nacional-socialismo leva essas concepções às suas últimas consequências com o conceito de *Volksgeist*. Utilizando uma teoria racial como um ideal político, os nazistas desenvolveram administração racial da raça que defendia a submissão das raças consideradas inferiores e, em seu estágio final, a eliminação dessas últimas.

É importante destacar que os nazistas não foram os únicos que se apropriaram desse modelo. Na época, tratava-se de uma explicação sobre o mundo bastante popular e com bastante força em terras brasileiras. No final do século XIX, em meio ao fim da escravidão e a proclamação da república, intelectuais como Oliveira Vianna, Nina Rodrigues e Silvio Romero escreveram sobre a questão da formação da identidade nacional brasileira a partir da adaptação das teorias raciais europeias.

Naturalmente, o grupo de Kniestedt tinha uma visão diferente desse tema. O próprio nome da Liga dos Direitos Humanos indicava uma inspiração na tradição humanista inaugurada na Revolução Francesa e nas luzes do Iluminismo. O jornal *Aktion* foi o veículo onde a Liga expressou sua visão sobre o assunto:

O que Hitler a partir da “raça sintetizada pelo Estado” quer entender não é evidente. Uma raça alemã conhecidamente não existe, nem mesmo de acordo com os estudiosos de raça e Folclore. Na Alemanha, moram pessoas pertencentes aos povos nórdicos, ao Leste europeu, aos dinamarqueses e mais outras raças, naturalmente não separadas umas

das outras, mas federalmente misturadas (AKTION, Porto Alegre, 1 de junho de 1933, tradução nossa).

A utilização do termo “raça sintetizada pelo Estado” (no original, *durch den Staat zusammengefasst Rasse*), pode explicar porque na carta enviada ao ministro do interior da Alemanha, Kniestedt usa o termo *Staatgemeinschaft* no lugar de *Volksgemeinschaft* uma vez que ele denunciava a artificialidade da comunidade étnica que os nazistas buscavam naturalizar. Nesse caso, o destaque dado ao termo *Staat* (Estado) revela o compromisso com a ideologia anarquista. Além disso, o *Aktion* também publicava uma série de matérias criticando a política de higiene racial defendida pelo nazismo: “os humanos não são cães com pedigree que podem ser acasalados para reprodução” (AKTION, Porto Alegre, 18 de agosto de 1933, tradução nossa).

Ao criticar a noção biológica de raça e sua utilização para a construção de uma identidade nacional, o jornal *Aktion* destoa da visão predominante na época sobre raça. O pensamento social vigente entendia a raça como um fenômeno biológico, embora os debates que relativizam essa questão já existissem. Ao longo dos anos, consolidou-se entre os intelectuais uma conceitualização de raça como um fenômeno social e, portanto, não natural. A título de exemplo, no século XXI, o teórico cultural britânico-jamaicano Stuart Hall defenderia uma noção de raça que, em certa medida, tem semelhanças com a defendida pelo jornal de Kniestedt.

É ainda mais difícil unificar a identidade nacional em torno da raça. [...] A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas e corporais e etc - como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro (HALL, 2015, p. 37).

Com isso, não pretendo destacar a “genialidade” de Kniestedt, mas sim apontar que, dentro da comunidade germânica de Porto Alegre, houveram vozes socialmente relevantes que se contrapunham à ideologia racial nacional-socialista. Como comentado no primeiro capítulo, Kniestedt atribui sua fuga da Alemanha a esse espírito de superioridade e grandeza, ao qual ele nomeava de “prussianismo”. Em “Os Alemães”

(1997), Norbert Elias se propõe a escrever uma longa história do povo alemão, tendo como um de seus eixos a interpretação do fenômeno nazista. Nesse livro, publicado pouco antes da sua morte, o autor assinala que o nazismo constituiu a realização extrema de uma crença central e profundamente enraizada no nacionalismo alemão, isto é, a crença na grandeza presente e futura da Alemanha. Sob os critérios nazistas, essa grandeza dependia da luta pela “pureza racial”, aqui concebida em termos biológicos, e, assim, impõe-se o isolamento e, no fim, a eliminação dos seres humanos considerados racialmente “inferiores”. Na visão de Kniestedt, o nacional-socialismo seria a reedição desse espírito de modo que, na carta enviado ao ministro nazista Wilhelm Frick, demonstra não ter interesse em retornar ao país de origem. No entanto, não podemos entender esse movimento como um afastamento da germanidade em si, uma vez que Kniestedt deixa claro que a Alemanha década de 1930 não representa o povo que ele valoriza, onde há espaço para pensadores e poetas.

Há 25 anos estou quase ininterruptamente com minha família no exterior. Não tinha, nem tenho a intenção de visitar novamente o país da obediência tumular, portanto não sou co-responsável pelo fato de que o povo dos ‘pensadores e poetas’ esteja obrigado a passar um período de tanto sofrimento (KNIESTEDT, 1989 [1937], p. 155).

A identidade nacional na trajetória de Frederico se apresenta como uma questão dúbia. Em uma entrevista jornalística concedida em 1942 ao jornal carioca *Diretrizes*, Kniestedt proclama “que é alemão e o sr. Adolf Hitler não tem autoridade para cassar-lhe a cidadania.” (DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942). A matéria, na sequência, afirma que, quando o anarquista se dirige aos nazistas, ele “fala como brasileiro”. Como exemplo disso, o jornal cita a carta de despedida enviada por Kniestedt em fevereiro de 1942 ao cônsul alemão de Porto Alegre, Friedrich Ried (1891-1962), quando este teve que deixar o país por conta do rompimento das relações entre Brasil e Alemanha.

Eu não posso deixar de dirigir-vos algumas palavras de despedida. [...] Os senhores seguirão viagem. Todos os demais teutos que os senhores obrigaram – ao menos em grande parte – a serem adeptos fervorosos de vossas ideias nacionalistas e mesmo aqueles que nunca aplaudiram

essas ideias obscurantistas e vosso “Fuehrer”, ficam no país e são obrigados a comer a sopa que os senhores prepararam. Uma certeza, porém, os senhores levarão na vossa jornada: é a de que o hospitaleiro povo brasileiro nunca empregará essas formas de castigo bárbaro, nos vossos adeptos e simpatizantes, em uso na vossa tão “humana” e “civilizada” Alemanha. Quais foram finalmente os resultados que os senhores diplomatas conseguiram no nosso país?

1º - os senhores, com aquele espírito da “Alemanha sobre tudo no mundo”, não souberam angariar a simpatia do povo brasileiro

2º Os senhores semearam a desunião e o ódio entre os alemães residentes no nosso país [...]

quando me foi cassada em 1934, por deliberação do vosso “governo”, a cidadania alemã, para mim foi uma honra ser considerado por partes destes “gangsters” o inimigo número um da Alemanha, honra está maior, por ser o único residente no Brasil [...]

Não importa que vocês sigam viagem, pois deixam um exército de agentes que foram a já tão afamada 5ª coluna³⁰, os quais estão prontos a executar toda e qualquer ordem, por mais selvagem que seja. Apesar de contar quase 70 anos de idade, tudo farei para auxiliar a abolir ou extirpar este perigo [...]

Ao povo alemão só poderei remeter saudades após ter acordado desse fanatismo, dessa loucura, da qual está atado de momento, e teremos liquidado estes usurpadores da humanidade que ocupam agora o governo. Somente desta maneira é que o povo alemão, e com ele o mundo inteiro, recuperará a sua liberdade intelectual absoluta (DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942).

Dado esse contexto, Kniestedt demonstra orgulho em ser considerado um inimigo do Reich e lamenta que, apesar da expulsão dos diplomatas alemães, os efeitos do nazismo ainda continuam a ser sentidos na comunidade germânica residente no Brasil. Nesse sentido, a luta de Friedrich Kniestedt pode ser entendida como em defesa da criação de uma outra forma de “ser alemão”, de uma germanidade livre do militarismo prussiano. É também importante considerar que essa dubiedade pode ter a ver com o momento histórico. No contexto da Segunda Guerra Mundial, principalmente na medida em que o Brasil se aproximava dos aliados, assumir uma identidade étnica alemã era uma atitude de risco.

Em 1936, aconteceu uma grande mudança na vida da família Friedrich Kniestedt. Ele e sua esposa Elisa Hedwig Augusta se mudam para uma chácara no Beco do Salso,

³⁰ Quinta-coluna foi uma expressão usada para se referir a grupos que atuam dentro de um país ou região prestes a entrar em guerra com outro. Na época, era usado em tom pejorativo para se referir aos de origem alemã ou italiana.

n.758³¹, onde passam a trabalhar com agricultura e criação de animais. Por um curto momento, o jornal *Aktion* é produzido lá, mas, no final de 1936, inicia-se um período conturbado e o jornal teve que suspender suas atividades. Em substituição, foi criado o jornal alternativo *Alarm* (Alarme), do qual foram publicadas 4 edições entre fevereiro e abril de 1937. No entanto, esse jornal também não pode mais circular por problemas políticos. Além da perseguição linguística e étnica, motivada pelo medo de uma invasão alemã no Brasil, esse período foi marcado por uma intensa onda de ataques contra comunistas, anarquistas e demais simpatizantes de ideologias de esquerda através da imposição da Lei de Segurança Nacional. Apesar dessas dificuldades, Kniestedt insistiu e criou o *Das deutsche Buch* (O Livro Alemão), publicado entre maio e julho, que sobreviveu 3 edições até precisar novamente. Por fim, entre agosto e outubro, ressurgiu o *Aktion*, do qual seriam publicados mais 3 números e depois não há mais registros.

³¹ onde atualmente é a Avenida Cristiano Fischer, esquina com a Rua Palestina no bairro Bom Jesus em Porto Alegre.



Imagem 6: Frederico Kniestedt e Elisa Augusta alimentando galinhas na chácara.

Fonte: DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942

A partir dessa data, existem cada vez menos informações sobre a vida de Frederico Kniestedt e sua família. Por conta disso, procurei fazer contato com os familiares. Sobre a rotina de Frederico, o seu neto, Hellmut, me contou o seguinte:

O avô o dia todo ele estava na livraria Internacional, que era dele na Voluntários da Pátria. [...] Então, ele era um bichinho de livro. Ele passava o dia lendo. Só não estava na Livraria Internacional, no sábado e domingo. Sábado e domingo, a gente capinava um pouco e plantava que o terreno era grande (KNIESTEDT, Hellmut, 2022).

Ainda assim, o velho libertário não cessa as suas atividades de combate à barbárie nazista de modo que a chácara ficou cristalizada na memória da resistência antifascista da cidade de Porto Alegre, o que ficou registrado em um romance do escritor Moacir Sliar.

Deste período em que o antinazismo encontrou sua fortaleza e refúgio nos altos do Arrabalde de Petrópolis, ficaram as memórias romanceadas por Moacyr Sliar no livro *O Exército de um Homem Só*. Nesta história um judeu idealista chamado de Mayer Ginzburg procura um lugar para fundar uma colônia (“Nova Birobidjan”), onde pudesse realizar seu sonho de emancipação humana através do socialismo e escolhe como local uma chácara pertencente ao alemão Marc Friedmann, que ficava no Beco do Salso. Ginzburg era uma alegoria de Henrique Sliar, tio de Moacir, assim como Friedmann era uma alegoria de Kniestedt, de quem Henrique era amigo. Desta forma, por meios alegóricos, a Chácara Kniestedt passou para a memória coletiva como ponto de referência na construção de um mundo mais justo e solidário, o que é muito adequado com a luta contra o fascismo (BARTZ, 2021, p. 358-359).



Imagem 7: Foto da família na chácara de Frederico Kniestedt

Fonte: Acervo Privado, Rosana Dunker

3.3 O maior inimigo de Hitler no Brasil: o Movimento dos Alemães Anti-Nazistas e a luta por reconhecimento

O partido nazista em solo brasileiro deu início às suas atividades em 1928. Em 1933, quando a concessão de plenos poderes a Hitler, o partido ampliou as suas atividades e suas relações com o governo brasileiro. No entanto, na medida em que acabava a década de 1930, a existência desse partido passou a entrar em conflito com as diretrizes nacionais preconizadas por Getúlio Vargas. O Estado Novo, instituído em novembro de 1937, e sua Campanha de Nacionalização procurava “nacionalizar” as minorias étnicas, proibir o uso de idiomas estrangeiros em público, intervir nas escolas e etc. Com isso, opositores ao projeto varguista, como o governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, foram depostos e o partido nazista passou a ser investigado e controlado até ser finalmente proibido em 1938. No ano seguinte, a Alemanha nazista, que já havia anexado os territórios da Áustria e da Tchecoslováquia, avança em seu projeto expansionista e invade a Polônia em primeiro de setembro de 1939. Com isso, Hitler rompeu os acordos internacionais firmados em Munique em 29 de setembro de 1938, dando início à maior guerra que a humanidade já presenciou.

Enquanto isso no Brasil, a busca da criação de uma identidade nacional por parte do governo varguista se expressa em uma política de controle sobre os alemães residentes em solo nacional, independentemente de serem adeptos do nazismo. Na imprensa, foram publicados textos contra os estrangeiros e muitos debatiam sobre o “Perigo Alemão” (GERTZ, 1998), ou seja, a possibilidade de uma secessão nos territórios do Brasil, que ficariam como área de influência econômica ou de dominação direta da Alemanha. Em Porto Alegre, o jornal nacional-socialista *Für Dritte Reich* (Em favor do Terceiro Reich) foi proibido e o líder do partido na cidade, Ernst Dorsch, junto de outros partidários, foram presos (DIETRICH, 2007, p. 182).

A proibição do partido, contudo, não significou o fim das suas atividades. Elas foram apenas repensadas para a nova conjuntura de clandestinidade. Como comenta Ana Maria Dietrich (2007), o líder do partido no Brasil, Hans Henning von Cossel, permaneceu no país na Embaixada Alemã do Rio de Janeiro e centralizou as atividades clandestinas do partido em suas mãos. No entanto, em 1942, o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, o que acarretou o rompimento das relações com a

Alemanha. Com isso, os diplomatas alemães deixaram o Brasil, o que tornou praticamente impossível a sequência das atividades do partido nazista em solo brasileiro. As restrições impostas pelo Estado Novo, todavia, não diferenciavam entre alemães simpatizantes do nazismo, alemães anti-nazistas e a imensa maioria dos descendentes de alemães e imigrantes não engajados na discussão política. Sobre isso, René Gertz sintetiza ao afirmar que “a nacionalização teve duas faces: uma, a intervenção nas escolas das comunidades, fechando-as em sua maioria, e a outra, na forma de perseguição policial àqueles que não eram considerados verdadeiros brasileiros” (2004, p. 51). A necessidade de assimilação dos “estrangeiros” era percebida como uma questão urgente de segurança nacional (SEYFERTH, 1999) e, por conta disso, o uso do idioma estrangeiro, festividades e demais expressões de etnicidade foram duramente combatidas pelos interventores estaduais nomeados por Getúlio Vargas.³² Esse tom nacionalista se fazia presente até mesmo na legislação trabalhista como é o exemplo da Lei de Nacionalização do Trabalho de 1939, que decretava que, no mínimo, dois terços dos funcionários das empresas deveriam ser brasileiros (WEBER, 2002, p. 188).

Isso representou uma série de dificuldades para os movimentos antifascistas no país, uma vez que, em grande parte, esses grupos eram compostos de descendentes ou exilados da Alemanha e da Itália. Com o objetivo de afastar a imagem de “súditos do eixo”, esses grupos passaram a lutar por reconhecimento por parte do governo brasileiro principalmente após o Brasil entrar na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados em 1942. Como já abordado, desde o desaparecimento definitivo da *Aktion* em 1937, as informações sobre Kniestedt se tornam cada vez mais escassas na documentação colhida para esta pesquisa. Apesar disso, com base no trabalho da historiadora Marlen Eckl (2015), que teve acesso a um conjunto de fontes como cartas e relatórios oficiais, percebemos que o velho libertário retorna ao cenário político em 1942 para desempenhar um papel central no enfrentamento à barbárie nazista: a articulação do *Movimento dos Anti-Nazis Alemães*. Esse grupo foi fundado em 1942 por Friedrich Kniestedt e o refugiado católico Johannes Grimmeisen (1885-1969) com o objetivo de conquistar esse reconhecimento e afirmar a afinidade com o Brasil na luta contra os países do eixo. Misturando engajamento social e fé religiosa, Johannes Grimmeisen tinha uma formação e uma trajetória bastante diferente de Kniestedt. Considerado o “líder católico austríaco”

³² No caso do Rio Grande do Sul, a direção desse processo foi do interventor Cordeiro de Farias e o coronel e chefe da polícia, Aurélio da Silva Py

da Igreja combatente, ele foi membro do *Christlich-Soziale Partei* (Partido Social-Cristão) em Viena. Com a anexação da Áustria pela Alemanha Nazista, teve que deixar o seu país junto de sua esposa. Em 1939, desembarca no Brasil para encontrar o seu filho que também teve que fugir da Europa (ECKL, 2015, p. 132).

Em relação à Kniestedt, houveram dois fatores que favoreceram a sua liderança em meio ao contexto de Estado Novo e plena Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, o regime nazista colocou Kniestedt na lista de expatriação em 1934, reconhecendo-o como um inimigo do Terceiro Reich. Na condição de não-cidadão alemão, o militante anti-nazista Kniestedt era mais livre em sua atuação política sob os olhos do governo brasileiro do que a maioria dos outros alemães ou de origem alemã residentes no Brasil uma vez que o velho libertário não era suspeito de ser um “súdito do Eixo” que secretamente agia em favor do interesses imperiais da Alemanha.

Em segundo lugar, Kniestedt tinha boas relações com autoridades locais, como o chefe da Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, Aurélio da Silva Py (ECKL, 2015, p. 137). A colaboração com as autoridades brasileiras de fato existiu e foi marcante durante o Estado Novo, período no qual o Brasil oficialmente era adversário da Alemanha e os alemães anti-nazistas buscavam um tratamento especial em relação aos alemães adeptos ou simpáticos ao nazismo. Talvez o leitor esteja surpreso ao saber que um anarquista como Kniestedt tenha colaborado com uma figura da repressão como Aurélio da Silva Py. Quanto a isso, é preciso considerar que Py foi o chefe de polícia do Rio Grande do Sul entre 1938 e 1943. Nesse período, foi encarregado pelo governo de Getúlio Vargas da tarefa de investigar as atividades de grupos alemães suspeitos de ligação com o governo nazista alemão, sendo que no ano de 1942 o coronel da polícia lança um livro intitulado “A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul” denunciando a infiltração da ideologia nazistas na comunidade gêrmanica, inclusive nas cidades do interior (WEBER, 1994, p. 118). Sendo assim, a curiosa colaboração entre um chefe da polícia e um anarquista foi muito mais uma aliança estratégica do que uma ruptura na trajetória de Frederico.

Assim, com o objetivo de representar perante as autoridades brasileiras as pretensões dos alemães anti-nazistas para um tratamento especial, o católico e o velho libertário fundaram o *Movimento dos Anti-Nazis Alemães*. Tratava-se de uma organização para proteger os seus membros das medidas tomadas contra os “súditos do Eixo”. Nesse sentido, possuir uma carteira de filiação do movimento dava mais segurança

para o estrangeiro em solo brasileiro. Se, por um lado, o grupo de Kniestedt e Grimeisein conseguiram um salvo-conduto, por outro, essa medida também poderia vulnerabilizar a imensa maioria dos alemães que não se engajaram politicamente. Através de uma carta, Kniestedt relata a Willy Keller em outubro de 1942 que:

a polícia do estado de Rio Grande do Sul concede essas pessoas [i.e. as 106 pessoas para cuja integridade Kniestedt se responsabilizava] a proteção policial completa. Nesses dias isso vale muito aqui! [...] As carteiras já tenham mostrado bons resultados. [...] Somente alemães portadores de nossa carteira obtêm salvos-condutos. Isso são as exigências que até hoje fiz (KNIESTEDT, 1942, apud ECKL, 2015, p. 135).³³

Todavia, com o sem salvo-conduto, a política do governo Vargas continuava extremamente restritiva sobre as atividades políticas dos estrangeiros de modo que esses grupos dependiam do apoio do exterior. Na América do Sul, a principal fonte de apoio para os anti-nazistas foi o movimento *Das Andere Deutschland* (Uma outra Alemanha). Fundado no ano de 1937 em Buenos Aires, o DAD era um centro de articulação internacional da luta contra o nazifascismo. Formado principalmente por socialistas de esquerda, o DAD tornou-se um dos grupos políticos de maior influência na América do Sul por conta da ampla divulgação da revista do movimento.

Nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, diferentes grupos possuíam o papel de representar o DAD em solo brasileiro. Em Porto Alegre, esse papel foi assumido pelo *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* de Friedrich Kniestedt e Johann Grimmeisen que também se encarregou da distribuição da revista publicada pelo DAD. Nessa revista, segundo Marlen Eckl (2015), Kniestedt publicava artigos sobre a situação no Brasil nos quais ele denunciava que, apesar da Campanha de Nacionalização e das medidas restritivas contra as atividades políticas de estrangeiro, “os simpatizantes dos nazistas ainda saberiam divulgar sua propaganda enquanto as atividades políticas dos seus oponentes estivessem condenadas a falhar por causa dos empecilhos” (ECKL, 2015, p. 136). Por conta dessas medidas restritivas, a revista do DAD não chegava mais ao Brasil de forma regular, o que impossibilitou a sua distribuição em solo nacional. Nessas

³³ No texto de Marlen Eckl, essa fonte está creditada da seguinte forma: Carta de Friedrich Kniestedt para Willy Keller, Porto Alegre, 17 de outubro de 1942. In: Acervo Willy Keller, Institut für Zeitgeschichte, vol. 1, Munique: ED 208

circunstâncias, o Movimento dos Anti-Nazis Alemães de Porto Alegre passou a publicar cartas informativas (*Informations-Briefe*) para garantir a troca de notícias entre seus membros apesar da distância geográfica.

Mesmo com essas dificuldades, o DAD conseguiu organizar um grande congresso em Montevideo para articular uma rede latino-americana e o responsável por representar os alemães anti-nazistas no Brasil foi justamente Friedrich Kniestedt. Ainda que as insuperáveis divergências tivessem decepcionado o velho libertário, a sua participação no evento pode ser considerada uma vitória do *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* e de todos os grupos associados com o DAD no Brasil. Por conta da sua relação com o chefe da polícia Silva Py, Friedrich Kniestedt ainda escreveu um relatório sobre o congresso às autoridades, o que permitiu que as preocupações dos refugiados do nazismo e sua luta para uma Alemanha livre chegassem a um público mais amplo.

Essa colaboração, contudo, não foi suficiente para a redução das medidas restritivas e, no ano de 1945, o *Movimento dos Anti-Nazis Alemães* se dirigiu ao governo pedindo "providências oficiais que os distingam da massa amorfa dos seus patrícios, como ato de suprema justiça, de vez que se consideram aliados das Nações Unidas e servidores da brasileira, sua segunda pátria (CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1945, p. 4). Informa a nota, intitulada "Alemães Domiciliados em Porto Alegre", que o Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça avaliou o pedido como improcedente. Conforme a historiadora Marlen Eckl (2015), após o fim da guerra, Kniestedt prosseguiu a luta contra o nazismo, advertindo em uma publicação nas cartas informativas que

de todo o Brasil recebo cartas que me confirmam que ainda hoje 95% dos antigos 'nazis' são mais fanáticos do que um ano atrás. [...] Para essas pessoas, a sua mentalidade é uma religião [...] É preciso informar as pessoas! No Brasil, sobretudo nos estados do sul, nos, os adversários da doença mental nazista, estamos de mãos atadas. [...] Dê nos a possibilidade de atuar nesse sentido. Para isso é necessário deixar entrar uma imprensa alemã livre. [...] Só assim é possível combater esse perigo. [...] Desde publicamos essas cartas, afirmo que o risco principal de uma segunda ataque dos nazistas encontra-se na América do Sul (KNIESTEDT, 1946 apud ECKL, 2015, p. 137).³⁴

³⁴ No texto de Marlen Eckl, essa fonte está creditada da seguinte forma KNIESTEDT, F. Die Demokratisierung Brasiliens. In: Movimento dos Anti-Nazis Alemães do Brasil, Informations Briefe Nr. 30, Acervo René Gertz, 1946. pp. 1-7, pp. 2-3, p. 5.

Apesar disso, há indicações que Kniestedt recebeu homenagens pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul pelos seus serviços prestados no combate ao nazismo em uma reportagem realizada pelo jornal carioca *Diretrizes*³⁵, publicada no dia 11 de junho de 1942. Na ocasião, o jornal realizou uma extensa matéria sobre a vida de Kniestedt, cujo curioso título é “Começou combatendo o Kaiser e acabou combatendo Hitler”. Na matéria, o repórter Ridavia de Souza escreve que “a vida do velho Kniestedt daria um romance cheio de enredo” e aborda vários momentos da trajetória do anarquista, destacando a sua luta “pela liberdade e contra a violência”.

Por fim, a reportagem descreve a vida de Kniestedt de tal forma

Hoje é um ermitão. Vai à cidade uma vez por semana, a fim de recolher sua correspondência do correio e levar a resposta a outras cartas, de amigos distantes, muitos dos quais sofrendo na Europa, outros lutando na América. A todos, ele transmite a sua palavra de ânimo, de entusiasmo, de alento, de solidariedade. Está velho e cansado. Vive cuidando da hora e da velhinha que foi sua companheira de todas as horas (DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942).

Em tons bucólicos, a reportagem termina num tom agridoce, mostrando empatia e reconhecimento pelo velho Frederico Kniestedt.

Passamos uma tarde inteira palestrando e caminhando por dentro da sua chácara. Quando íamos saindo, uma loura netinha do casal veio ao nosso encontro: trazia uma braçada de flores para a amiga que nos acompanhava nessa excursão. Eram flores silvestres, com cheiro de terra, rudes e gloriosas, flores cuidadas pela mão do homem que sonhou com a liberdade e passou grande parte da vida na prisão (DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942).

Tragicamente, naquele ano, a sua esposa Elisa Augusta Hedwig faleceu. Lamento que essa pesquisa tenha levantado poucos dados sobre Elisa Augusta. A título de curiosidade, pontuo que, segundo o seu neto, ela fazia um delicioso doce com tomate (KNIESTEDT, Hellmut, 2022). Esse tipo de comentário, realizado muito anos depois,

³⁵ Fundado em 1938 por Azevedo Amaral e Samuel Waimer, que posteriormente criaria o jornal *Última Hora*, conhecido por ser um dos únicos jornais da grande mídia que se posicionou contra o Golpe Militar de 1964.

representa um tipo de enquadramento de memória uma vez que os familiares têm uma tendência de possuir uma lembrança afetiva dos parentes que destaca os aspectos da vida privada em detrimento da vida pública. Além dos seus talentos culinários, Elisa Augusta também merece ser lembrada por ter sido uma mulher forte que acompanhou as lutas do seu marido até o final da sua vida.

Após o falecimento da sua companheira de vida, Frederico seguiria ativo em suas correspondências, embora talvez não no estado de ânimo que a matéria aponta. No dia 30 de dezembro de 1946, é publicada no jornal anarquista do Rio de Janeiro “Ação Direta” uma carta assinada por Kniestedt na qual ela comentava a situação dos anarquistas na Alemanha. Como podemos imaginar, os anos de nazismos foram extremamente duros com esses militantes. Segundo as informações recolhidas por Kniestedt, boa parte dos seus correspondentes havia morrido nos campos de concentração e outra parte sobrevivia sob dificuldades financeiras de modo que o texto termina convidando os leitores a contribuir em uma campanha para angariar dinheiro e produtos que seriam enviados às vítimas na Alemanha.

3.4 Memória sobre um imigrante anarquista: as Palavras que ficaram de fora

No final, Friedrich Kniestedt foi um homem de palavra. Em seus últimos anos de vida, ele acompanhou o fim do nazismo. Sobre o seu falecimento, a neta de Frederico, Helga, me contou o seguinte: “Eu só fiquei sabendo que meu avô tinha falecido porque diz que [o padeiro] costumava a botar pão por fora numa caixinha [na casa de Frederico] e sempre aumentava o pão porque ninguém tirava o pão. Aí eles abriram a porta e ele estava morto já” (KNIESTEDT, Helga, 2022). De acordo com o jornal Correio do Povo, Kniestedt faleceu em 12 de outubro de 1947 por hipertrofia com dilatação no coração. Existem poucas informações disponíveis sobre sua vida nesse momento. O jornal do dia 14 de Outubro de 1947, publica a seguinte nota de óbito:

Morreu o líder antinazista Frederico Kniestedt

Sucumbiu nessa capital o Sr. Friedrich Kniestedt, conhecido líder antinazista. O benquisto cidadão, que desapareceu repentinamente, contando 74 anos de idade, era muito conhecido e estimado entre nós, pois que há longos anos estava radicado nessa capital, onde sempre se impusera ao respeito e à consideração de todos. [...] Dizia-se ele o antinazista nº 1 do Rio Grande do Sul e, a propósito, fazia este comentário: “Se o nazismo vai durar mil anos, como afirma Hitler, eu quero viver 1001 anos para assistir à sua derrota (CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 14 de Outubro de 1947).

A morte de Kniestedt também repercutiu na imprensa anarquista, especialmente nas quais ele mantinha relações, como foi o caso do jornal Ação Direta e do A Plebe, que em 15 de novembro publicou uma nota de falecimento. Nesses jornais, destacou-se principalmente o seu papel na luta contra o nazismo ao passo que sua participação no movimento operário teve menos destaque. N’A Plebe, abaixo de uma foto de Kniestedt e Edgard Leuenroth, lê-se que

Foi um combatente incansável, conseqüente e corajoso. Quando surgiu o nazismo na Alemanha e estendeu sua maléfica influência até os elementos alemães do Brasil, Kniestedt lançou-se numa luta sem tréguas contra essa praga, sofrendo, por isso, em sua atividade de profissional uma sistemática boicotagem promovida pelos nazistas, que o tornaram alvo de suas intrigas, calúnias e ameaças [...] É uma grande perda para o movimento anarquista, pelo qual Kniestedt muito trabalhou (A PLEBE, São Paulo, 15 de Novembro de 1947).

Muitos anos depois, 24 de novembro de 1995, vereador Antônio Hohlfeldt³⁶, na época membro do PSDB, propôs à Câmara dos Vereadores de Porto Alegre um projeto de lei que denomina Rua Frederico Kniestedt um logradouro público localizado no Conjunto Residencial Costa e Silva no Bairro Rubem Berta. Após enviar um e-mail para a Câmara dos Vereadores requisitando a ata do processo de denominação, fui gentilmente respondido com o envio da Exposição de Motivo e o Projeto de Lei relativos ao processo nº 2533/95, dos quais seleciono o seguinte trecho:

³⁶ Nascido em Porto Alegre, é um jornalista, professor da PUCRS e político brasileiro. Foi filiado ao PT entre 1980 e 1993, quando se transferiu para o PSDB, no qual permaneceu até 2005. Desde então, é membro do MDB.

[...] Antimilitarista, pacifista por natureza, anarquista por isso mesmo, Frederico Kniestedt recebeu o título de ‘o mais ferrenho líder antinazista’ [...] Por tudo isso, entendemos plenamente justa a homenagem que nos propomos a prestar a Frederico Kniestedt, dando-lhe o nome de um logradouro em nossa cidade.

Não pude deixar de notar, no entanto, que no projeto de lei há um enquadramento da memória pois no segundo artigo do projeto de lei determina-se que “as placas denominativas conterão, abaixo do nome, os seguintes dizeres: ‘Líder pacifista, Editor e Jornalista’”. Embora Kniestedt tenha de fato desempenhado essas funções nos jornais e periódicos que trabalhou, é no mínimo curioso que as palavras “anarquista” e/ou “antinazista” ficaram de fora da homenagem. Nesse caso, as palavras que ficaram de fora, mais do que as que foram escolhidas, nos ajudam a entender que tipo de homenagem que a Câmara dos Vereadores gostaria de preservar e, nesse caso, não se trata de uma memória de resistência.

Apesar dessa determinação, em um passeio pela Rua Frederico Kniestedt, infelizmente não consegui localizar nenhuma placa que fizesse menção ao nome da rua. É possível especular que os moradores do bairro pouca ou nenhuma ideia façam de quem foi o homem que nomeia o local onde vivem e suas lutas por um mundo mais solidário e pacífico. Certamente o mesmo não pode ser dito sobre os leitores desse texto.

“Ele era bonzinho, viu?” (KNIESTEDT, Hellmuth, 2022.) me garantiu o seu neto ao final da entrevista.

ASSIM FALOU...



... O MAIS VELHO ANTI-NAZISTA ALEMÃO NO BRASIL:
FREDERICO KNIESTEDT:

"Isto é o espírito do Prussianismo que agora, sob a máscara do Hitlerismo, entende poder cavalgar tudo e todos que se oponham a ele, massacrando o que encontra no seu caminho para a conquista mundial."

Imagem 8 - Gravura e citação de Frederico Kniestedt publicada no jornal Diretrizes

Fonte: DIRETRIZES, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1942

PALAVRAS FINAIS

Chegamos ao fim da trajetória de Frederico Kniestedt e também desta dissertação. Ao longo do texto, esta pesquisa trouxe visibilidade a uma figura da primeira metade do século XX. A trajetória desse imigrante insere-se na história do movimento operário uma vez que ele torna-se uma importante liderança anarquista no cenário da capital gaúcha, tendo se tornado uma figura fundamental para a produção da imprensa operária, tanto em alemão como em português, para a realização de greves e para a disputa da hegemonia anarquista na direção da FORGS. Na condição de imigrante, ele se insere na história do sul do Brasil, pois se soma aos milhares de imigrantes europeus que vieram desde o final do século XIX em busca de novos horizontes para sua vida. No entanto, Frederico diferencia-se da maioria por já possuir uma experiência no movimento operário organizado e por, após um período no interior do Paraná, ter se estabelecido no cenário urbano. Além disso, diferente da maioria dos migrantes, a principal motivação da migração de Kniestedt foi a perseguição política. Por longos períodos e, em diversas vezes, esse sujeito foi preso na Alemanha por conta das suas atividades políticas. O aprisionamento e o conflito com as autoridades policiais foram constantes em sua vida mesmo em terras brasileiras, mas, após fugir definitivamente da Alemanha, não há registro de que Kniestedt tenha ficado um número significativo meses seguidos atrás das grades de modo que ele encontrou no Brasil melhores condições para exercer a sua vocação política. A solidariedade foi um fator determinante na trajetória de Kniestedt. Na Alemanha, quando esteve na prisão, membros do partido social-democrata ajudaram a sua esposa, Elisa Augusta, a manter os negócios da família. Para a realização da mobilização política no Brasil, Kniestedt contou com a colaboração de uma rede de relações com anarquistas, social-democratas e, em alguns momentos, até comunistas.

Houve um esforço para que as fontes analisadas pudessem refletir a temática proposta de problematizar as categorias de identidade, principalmente em seus aspectos classistas e étnicos, tratando-se, portanto, de identidades sociais. Longe da pretensão de colocar um ponto final nesse debate, acredito que consegui contribuir no sentido de

demonstrar que a identidade de classe e étnica são forças históricas dinâmicas, que, para serem ativadas, precisam ser mobilizadas pelos sujeitos históricos a partir das condições sociais nas quais os sujeitos estão inseridos. Seguindo essa linha, os sentidos de ser “trabalhador” e “alemão” não possuem significado inato, mas sim são construídos na concretude das relações históricas. Além disso, essas categorias não são “caixinhas separadas” pois podem ser mobilizadas de forma articulada, ainda que esse movimento enfrente contradições e resistências.

Certamente um marco na trajetória desse sujeito foi o projeto de mobilizar identidade coletivas. Um cenário que hoje em dia talvez seja mais difícil de visualizar. De acordo com Dardot e Laval (2016), é cada vez mais difícil encontrar esse sujeito voltado à sua comunidade pois o tipo de racionalidade que hoje se faz hegemônica produz uma subjetivação através da qual os indivíduos, inclusive os pertencentes à classe trabalhadora, passam a se pensar como uma empresa, exigindo desse indivíduo total envolvimento com os princípios de competição do mercado. Embora pareça ser inegável a pressão da ideologia neoliberal, é preciso relativizar essa atomização da vida uma vez que os estudos de sociólogos, como Ruy Braga (2017), indicam o surgimento de solidariedade de classe mesmo em contexto de superexploração neoliberal.

Em relação a mobilização de identidade coletivas, esse estudo demonstra que, ao longo de sua vida, Frederico Kniestedt buscou combater uma determinada identidade nacional e étnica de ser alemão, associada à disciplina e obediência, que ele denominou de “prussianismo”. Através da articulação com uma identidade combativa de classe, ele buscou mobilizar a comunidade falante de alemão para as lutas sociais. Em alguns momentos, essa tentativa de imprimir um caráter de resistência provocou enfrentamentos e conflitos na comunidade germânica. Na dissertação, isso foi demonstrado tanto a nível local, através dos enfrentamentos com a imprensa da elite teuto-brasileira, quanto internacional, uma vez que o próprio governo nazista cassou a nacionalidade alemã de Frederico Kniestedt.

Essa articulação de identidades, nos coloca diante de um questionamento: Friedrich Kniestedt foi um líder étnico e/ou operário?

A resposta para essa questão pode parecer muito fácil à primeira vista. A trajetória de Kniestedt é a trajetória de um líder operário. Muitos aspectos apontam para esse lado: ele se insere no mercado produtivo local, mais como artífice do que como operário, mas

ainda assim um trabalhador; ele recusa cargo de chefia para manter-se na classe social à qual se sentia vinculado por adesão política e pessoal; ele se comunicava a partir da linguagem de uma ideologia, que entendia a classe trabalhadora como o sujeito político principal; sua inserção social foi através do movimento operário; os jornais que editou tinham como público alvo membros da classe trabalhadora. Sendo assim, Frederico Kniestedt foi muito mais líder operário do que étnico.

No entanto, a partir da sua imigração, a sua atuação assume também um cunho étnico uma vez que a barreira da língua definiu o seu público principal como os *deutschsprachige arbeiter*, ou seja, trabalhadores que dominassem o idioma alemão. Fosse ou não o seu objetivo inicial, Frederico Kniestedt colocou-se como uma referência para esse conjunto de trabalhadores, buscando falar em nome deles como um porta-voz. A partir disso, no momento em que a Alemanha tornava-se uma nação inimiga do Brasil, Kniestedt tencionou os significados construídos de ser alemão, demonstrando haver outras possibilidades de construção sobre o significado de ter origens e raízes na Alemanha, em outras palavras, outra germanidade possível. Apesar disso, não há nenhuma proposição de identidade étnica em que pese a feroz crítica ao militarismo prussiano e o nazifascismo que influenciava o pensamento do povo alemão tanto no Brasil como na Alemanha. Respondendo objetivamente à pergunta colocada, acredito que podemos dizer que Frederico Kniestedt foi um líder operário, mas após a diáspora a sua atuação ganhou, intencionalmente ou não, um cunho étnico.

Assim, Frederico foi um homem de dois mundos, o que nos permite afirmar que ele faz parte de uma história transnacional (WEINSTEIN, 2013), porque sua trajetória se articula em uma complexa rede intercultural e interpessoal entre a sua sociedade de origem, a Alemanha, e a sociedade hóspede, o Brasil. De acordo com o que foi analisado nesta dissertação, acredito podemos traçar um paralelo comparativo entre Frederico Kniestedt e as diáspora modernas, nas quais “no lugar de estarem desterritorializados, eles de fato experienciam e vivem em duas localidades e manifestam dupla consciência” (TAMBIAH, 2000, p. 163, tradução nossa). Ainda que Tambiah se referisse a eventos recentes, associados aos avanços da globalização e das comunicações, o mesmo admite que não se tratam de nenhuma novidade na história da humanidade.

A transnacionalidade aparece na trajetória de Friedrich Kniestedt de forma bastante evidente através da Livraria Internacional e da troca de correspondência que eram uma das fontes de informações para o jornal *Aktion*. Além disso, a questão do idioma

demonstra, por um lado, o duplo vínculo que Frederico estabelecia entre a Alemanha e o Brasil e, por outro, que, ao menos até a década de 1940, havia muitos interlocutores para os quais esta língua era a principal forma de comunicação. A opção pelo anarquismo também demonstra a circulação de ideias de classe, uma vez que essa ideologia estava presente, talvez até de forma mais pronunciada, em outros grupos imigrantes, como espanhóis e italianos.

Frederico Kniestedt também foi um “homem de dois mundos” em outro sentido uma vez que a sua atuação política no Brasil articulou a comunidade germânica com o movimento operário. Esses dois ambientes foram espaços sociais complexos, onde convivem diferentes matizes, com maior ou menor grau de disputa. Inserido em ambos, Kniestedt foi um político, no sentido não-partidário do termo, na medida em que conseguiu, até certos limites, ouvir e se fazer ouvir por semelhantes e diferentes. O esforço desse sujeito de mobilizar a comunidade falante de alemão contra o que ele entendia como o “espírito prussiano” foi uma tentativa de articular esses dois espaços sociais no sentido de construir uma outra germanidade, ou seja, um outro “modo de ser alemão”, tendo como base a oposição ao nazifascismo.

LISTA DE FONTES

1. Jornais e periódicos

A Plebe, São Paulo: 1917 – 1951. Biblioteca Digital Unesp

Ação Direta, Rio de Janeiro: 1946 – 1958. Biblioteca Digital Unesp

Aktion, Porto Alegre: 1933 - 1937. Arquivo Edgard Leuenroth

Correio da Manhã, Rio de Janeiro: 1901 – 1974. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 10/02/2022.

Correio do Povo, Porto Alegre: 1895 – 1984. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa

Der Freie Arbeiter, Porto Alegre: 1920 – 1930. Arquivo Edgard Leuenroth

Diretrizes, Rio de Janeiro: 1938 – 1945. Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 10/02/2022.

2. Acervo Digital

Entrevista com Willy Keller para o Institut für Zeitgeschichte, Munique, 05/10/1971. In: Acervo Willy Keller, Institut für Zeitgeschichte, Munique, ZS 2214, p. 3. Disponível em <<http://www.ifz-muenchen.de/archiv/zs/zs-2214.pdf>>. Acesso em 10/02/2022.

3. Entrevistas

KNIESTEDT, Hellmuth: entrevista[maio de 2022]. Entrevistador: Lucas Becker Delwing. Porto Alegre, 2022. Arquivo de áudio MP3 (20 min.).

KNIESTEDT, Helga: entrevista[maio de 2022]. Entrevistador: Lucas Becker Delwing. Porto Alegre, 2022. Arquivo de áudio MP3 (17 min.).

4. Jurídicos

Exposição de Motivos e o Projeto de Lei relativos ao Processo nº 2533/95., de 24 de novembro de 1995. Porto Alegre, câmara dos deputados, 1995.

5. Memórias

KNIESTEDT, Friedrich. Memórias de um imigrante anarquista. Tradução, Introdução, Epílogo e Notas de Rodapé: Rene E. GERTZ. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMSTAD, Theodor. Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul-1824-1924. *São Leopoldo: Unisinos*, 1999.].
- BAK, Joan. Class, Ethnicity, and Gender in Brazil: The Negotiation of workers' Identities in Porto Alegre's 1906 Strike. In: *Latin American Research Review*, volume 35, number 3, 2000
- BALIBAR, E., WALLERSTEIN, I. *Raza, nación y classe*. Madrid: Iepala, 1991 [1988].
- BARBARA WEINSTEIN, B. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, [S. l.], n. 14, p. 10–31, 2015. DOI: 10.46752/anphlac.14.2013.2331. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2331>. Acesso em: 28 out. 2022.
- BARTZ, Frederico D. A Allgemeiner Arbeiter-Verein e os Espaços de Mobilização dos Socialdemocratas Alemães em Porto Alegre (1892-1928) In: *Migrações, territorialidades e ambiente*. 9e-book] / Organizadores: NEUMANN, Rosane M; SCHNEIDERS, Carlise; SAND, João V.; FRITZEN, Vanessa T.; SCHMITZ, Kalinka. - São Leopoldo: Oikos, 2021
- BARTZ, Frederico Duarte. *Liga de Defesa Popular: a construção de um espaço de luta política entre os trabalhadores organizados de Porto Alegre após a Greve Geral de 1917*. *Revista Mundos do Trabalho* | vol. 8 | n. 16 | Julho/Dezembro de 2016 | p. 117-130 DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-9222.2016v8n16p117>
- BARTZ, Frederico Duarte. *O horizonte vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2008 (dissertação de mestrado)
- BARTZ, Frederico Duarte. *Os espaços da luta antifascista em Porto Alegre (1926-1937)*. *Revista Cantareira*, n. 34, 25 jan. 2021.
- BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1, 446p
- BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005 (dissertação de doutorado)
- BILHÃO, Isabel. *Análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses. (1896-1920)*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS. 2005. (Tese de Doutorado)
- BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre 1906-19011* / Isabel Aparecida Bilhão – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- BIONDI, Luigi. Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista "La Battaglia" e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos. *Cadernos AEL*, 1998.

- BORGES, Stella. *Italianos e o Movimento Operários em Porto Alegre*. Estudos Ibero-Americanos, XXII(2) – dezembro, 1996
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA,
- BOURDIEU, Pierre. *Espaço Social e gênese de classe* [1984]. In Bourdieu, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Espíritos de estado: gênese e estrutura do campo burocrático*. In: BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, Papius, 1996
- BRAGA, Ruy. Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global.
- BURAWOY, Michael. O marxismo encontra Bourdieu. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- CANCELLI, Elizabeth. O mundo da violência: a política da era Vargas. Brasília: Universidade de Brasília, 2 ed., 1994. 227 p.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. Coleção História do Povo Brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016
- DIETRICH, Ana Maria. Nazismo tropical? O partido Nazista no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-10072007-113709. Acesso em: 2022-02-19.APA
- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. *Algumas formas primitivas de classificação*. In Mauss, M. Ensaio de Sociologia. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- ECKL, Marlen. *Entre a Resistência e a Resignação: as atividades políticas do exílio alemão no Brasil. 1933-1945*. Projeto História. São Paulo, n. 53, Mai-Ago, 2015
- ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- ELUN, Gabriel. Anarchism's Appeal to German Workers, 1878-1914. Journal for the Study of Radicalism. vol. 5 no. 1, 2011, p. 33-65. Project MUSE, doi:10.1353/jsr.2011.0000.
- FAUSTO, Boris. Fazer a América. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000
- FEIJÓ, Ricardo L. C. Uma interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão (1933-1944). Revista de Economia Política, vol. 29, nº 2 (114), pp. 245-266, abril-junho/2009.
- FORTES, Alexandre. Como era gostoso o meu pão francês: a greve dos padeiros de Porto Alegre (1933-1934). Anos 90, Porto Alegre, n.7, julho de 1997.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. 1.ed. Caxias do Sul/ Rio de Janeiro:EDUCS / Garamond, 2004.
- FORTES, Alexandre. “Miríades por toda a eternidade” A atualidade de E. P. Thompson. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, abril de 2006.

- FROTSCHER, Méri. *Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950)*. Blumenau: Edifurb, 2007.
- GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX. (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs/Anpuh, 2004
- GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009
- Gellately, Robert. *Backing Hitler: Consent and Coercion in Nazi Germany*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, René E. *O perigo alemão / René E. Gertz*. – 2.ed – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- GERTZ, René. Estado Novo. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson; GERTZ, René. República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, v. 4, 2007.
- GERTZ, René. *Operários Alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Ed. Marco Zero, v. 6, nº 11, set. 85/fev. 86.
- GIMÉNEZ, Gilberto. *Materiales para una nueva teoría de las identidades sociales*. Revista Frontera Norte. v. 9. n. 18. México. Jul-dic, 1997, 9-28.
- GINZBURG, Carlo. O Queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: DIFEL, 1989. P. 169-178.
- GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo / Angela de Castro Gomes*. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005
- GOMES, Angela M. C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Zahar, 2002.
- GRÜTZMANN, Imgart. NSDAP-Ortsgruppe Porto Alegre, comemorações do 1º de maio (1933-1937), participantes. História Unisinos, Vol. 22 Nº 2 - maio/agosto de 2018, pp. 274-289.
- GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. Revista brasileira de ciências sociais, v. 5, n. 14, p. 73-90, 1990.
- HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. Tradução de Leo Vinícius Liberato. – São Paulo: Veneta, 2019.
- HALL, S. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de janeiro: Lamparina, 2015.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era do Capital, 1848 - 1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875 - 1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

- HOBBSAWM, E. J. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. – 5 ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. 2ª ed. Tradução de Waldea Barcellos & Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- IGNATIEV, Noel. *How the Irish became white*. New York: Routledge, 1995
- JARDIM, Jorge Luíz Pastorisa. *Comunicação e Militância, A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação em História da PUCRS, 1990. P.112-113. (dissertação de mestrado).
- KLEIN, Herbert. *Migração internacional na história das Américas*. In Boris Fausto, ed, *Fazer a América: A imigração em massa para América Latina* (São Paulo: Editorial de la Universidad de São Paulo (EDUSP), Memorial & FUNAG, 1999
- Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.14, p. 13-29, jan./jun.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LINDEN, Marcel Van der. *História do trabalho: o velho, o novo e o global*. *Revista Mundos do trabalho*, 2009, vol. 1.
- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 440p.
- LONER, Beatriz. *O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República*. Anos 90, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 111-143, jul. 2010
- LOPES, Aristeu E. M. *Os trabalhadores das fábricas de chocolates e caramelos em 3x4: história do trabalho e fotografia a partir da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 1933-1943*. *História Unisinos*, Vol. 24 N° 1 - janeiro/abril de 2020.
- LOUREIRO, Isabel M. *A Revolução Alemã, 1919 – 1923*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- MALDONADO, Fernando Larrea. *Classes sociais no papel, classes mobilizadas e lutas pela classificação em Pierre Bourdieu: uma discussão em diálogo com o fazer-se da classe de E. P. Thompson*. *Prelúdios*, Salvador, v. 4, n.4, p. 47-64 set./mar. 2015.
- Disponível em
<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/17873/11547> acesso 26/07/2021>
- MATTOS, Marcelo Badaró. *A Classe Trabalhadora: de Marx ao nosso tempo / Marcelo Badaró Mattos*. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2019
- MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EduFsCar, 2016
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra / Kabengele Munanga*. – 5 ed. Ver. Ampl.; 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora 2019.

- NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. *As greves antes da "grève": as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX*. Cienc. Cult., São Paulo, v. 65, n. 2, p. 56-59, Junho 2013. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26/07/2021.
- PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Marco Zero, 1987. p. 53-101
- PERROT, Michelle. *História da vida privada*. v. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- Perussatto, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892 – c. 1911)* / Melina Kleinert Perussatto. -- 2018.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *"Que a união operária seja nossa pátria": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja nossa pátria!: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As origens de nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012
- POLIAKOV, Léon, O Mito ariano. São Paulo, Perspectiva, 1991.
- POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth* / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução de Elcio Fernandes – São Paulo: Fundação da editora da UNESP, 1998.
- REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, Dossiê África, n. 18, 1993, p. 6-29.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Primeira Guerra Mundial: Impactos sobre a economia e a sociedade brasileiras – 1914-1918*. *Revista Portuguesa de História* – t. XLV (2014) – p. 11-37 – ISSN: 0870.4147 DOI: http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_45_1
- ROEDIGER, David R. *The Wages of whiteness: Race and the Making of the American Working Class*. London: Verso, 2007
- ROEDIGER, David. *E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça*. FORTES, Alexandre. (Et. Al). In: *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2013.
- ROSA, Marcus. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens Editora Universidade de Brasília – Brasília/DF; Editora Ática – São Paulo/SP – 1989 [1755].

RUDÉ, George. *A europa no século XVII*. Lisboa: Gradiva, 1988.

SARNA, Jonathan D. *From Immigrants to Ethnics: Toward a New Theory of "Ethnicization"*. Ethnicity. Academic Press. v. 5, 1978. p. 370-378. Disponível em: <http://www.bjpa.org/Publications/details.cfm?PublicationID=12079>. Acesso em xxx.

SARTRE, Jean-Paul. O Existencialismo é um Humanismo; a Imaginação a Questão e Método, ed. Nova Cultura; São Paulo, 3ª edição; ano 1987

SCHMIDT, Benito. *Em busca da terra de promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso (2005). *De mármore e de flores. A primeira greve geral do Rio Grande do Sul* (Porto Alegre, outubro de 1906). Porto Alegre: Editora da UFRGS

SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o Tribuno: Caminhos, entrecruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas/SP: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. Uma reflexão sobre o gênero biográfico: a trajetória do militante socialista Antônio Guedes Coutinho na perspectiva de sua vida cotidiana (1868-1945). Porto Alegre: UFRGS, 1996 (dissertação de mestrado)

SCHMIDT, Benito Bisso; BILHÃO, Isabel Aparecida, SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. *Aspectos da história operária: entre o público e o privado*. MÉTIS: história & cultura – v. 1, n. 1, p. 149-170, jan./jun. 2002

SCHMIDT, Benito. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHMIDT. *O patriarca e o Tribuno: Caminhos, entrecruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas/SP: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SEYFERTH, Giralda. *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf> Acesso em: 15/09/2020

SILVA JR, Adhemar Lourenço da Silva. *A Bipolaridade Política Rio-grandense e o Movimento Operário (188? – 1925)*. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, V; XXII, n. 2, p. 5-26, dezembro, 1996

SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão / Haike Roselane Kleber da Silva*. – São Leopoldo: Oikos, 2006.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

- TAMBLIAH, Stanley J. Transnational Movements, Diaspora, and Multiple Modernities *Daedalus*, Vol. 129, No. 1, Multiple Modernities (Winter, 2000), pp. 163-194. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/20027619>> Acesso em 10/07/2022
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2012.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, (1963) 1987. 3v.
- TOLEDO, Edilene. Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890 – 1945). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- VENDRAME, Maíra Ines. Micro-história e história da imigração: pensando o problema do equilíbrio e da complexidade. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 25, p. 267-288, 2018.
- WEBER, Regina, TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. Imigrantes poloneses no Brasil no contexto da dominação austríaca. *Revista del CESLA*, No. 19, 2016, pp. 269-289. Disponível em <<https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/issue/view/1>> Acesso em 10/04/2022
- WEBER, Regina. *Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações*. Diálogos (Maringá. Online), v. 18, n.2, p. 703-733, mai.-ago./2014.
- WEBER, Regina. *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002
- WEBER, Regina. Dos navios para as fábricas: imigrantes romenos entre os operários ijuienses dos anos quarenta. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XIX, n.1, p.73-79, jul. 1993
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: 1780-1950*. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969 [1960]
- WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico*. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 205-238, Nov. 2000. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832000001400009>.
- WEBER, Regina. *Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí*. In: JÚNIOR, Silva, DA SILVA JR, Adhemar Lourenço, MAUCH, Cláudia, et al. *Os Alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Editora da ULBRA, 1994.